

MARINA RODRIGUES TONON

**REINVENTANDO O BRASIL:
Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**

**ASSIS
2014**

MARINA RODRIGUES TONON

**REINVENTANDO O BRASIL:
Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

ASSIS
2014

Tonon, Marina Rodrigues

Reinventando o Brasil : Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira
/ Marina Rodrigues Tonon – 2014

169f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e
Letras (Campus de Assis)

Orientador: Karina Anhezini de Araujo

1. Historiografia. 2. Bomfim, Manoel, 1868-1932.
3. Estado nacional. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante dois anos de pesquisa, o que me possibilitou dedicação exclusiva à elaboração desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP–FCL/Assis), sobretudo aos colegas e professores, pelas discussões levantadas durante as disciplinas em que pude aprofundar questões relacionadas à teoria da história.

Às professoras integrantes da banca examinadora Tania Regina de Luca e Rebeca Gontijo por disporem generosamente de seu tempo para a leitura e discussão deste trabalho. Agradeço ainda, aos professores Hélio Rebello Cardoso Junior e Tania Regina de Luca pelas preciosas críticas e sugestões que foram apontadas durante a banca de qualificação.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Karina Anhezini de Araujo pela orientação, dedicação e paciência, mas principalmente pela contribuição inestimável à minha formação acadêmica e profissional. Aproveito para agradecer aos colegas do grupo de estudo a respeito da História da Historiografia, pelos instigantes debates e aos colegas do Seminário Brasileiro de História da Historiografia realizado todos os anos em Mariana - MG e que tem trazido grandes contribuições para a área. Aproveito ainda, para agradecer, mais uma vez, a professora Rebeca Gontijo pela sugestão que deu origem ao segundo capítulo desta dissertação.

Aos meus pais Claudio e Cristina e à minha irmã Mariana pelo apoio e paciência. Aos meus amigos de Assis: Camila, Wellington, Tiago e Ana Clara, sem eles o caminho seria mais difícil. E por fim, a Roberto Andreoni pelo amor e cumplicidade.

TONON, Marina Rodrigues. **REINVENTANDO O BRASIL: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

A História da Historiografia tem se dedicado nas últimas décadas ao estudo dos fundamentos da escrita da história de variados autores. Inserido nessa tradição, este estudo tem como objetivo a compreensão da escrita da história de Manoel Bomfim. Um intelectual, autor de uma vasta bibliografia a respeito de assuntos diversos e que em seus estudos dedicados à história apresenta uma visão, considerada por muitos de seus comentadores, peculiar e até mesmo rebelde. A partir disso e preocupada em interpretar algumas nuances da cultura histórica das primeiras décadas do século XX, pretende-se investigar os fundamentos e procedimentos utilizados por Bomfim em sua escrita da história, dedicando especial atenção à definição de história construída por esse autor, bem como à visão do passado brasileiro e a eleição de temas que integram sua escrita da história.

Palavras Chaves: Historiografia, Manoel Bomfim, Estado Nacional.

TONON, Marina Rodrigues. **REINVENTING BRAZIL: Manoel Bomfim and the review of brazilian historiography** 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

The History of Historiography has been devoted in recent decades to the study of the fundamentals of writing the history of various authors. Inserted into this tradition, this study aims to understand the writing of history Manoel Bomfim. An intellectual, author of a vast bibliography on various subjects and in their studies devoted to the history presents a vision, considered by many commentators, peculiar and even rebellious. From this and worried about playing some nuances of the historical culture of the early twentieth century, we intend to investigate the grounds and procedures used by Bomfim in his writing of history, paying particular attention to the definition of history built up by this author, as well as the vision of the Brazilian past and the election of subjects that are part of your writing history.

Keywords: Historiography, Manoel Bomfim, National State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - O Brasil na História e a busca por uma nação livre, democrática e republicana.....	27
1.1 - A construção de uma história pátria no Brasil.....	28
1.2 - História, educação e o despertar da consciência nacional.....	34
1.3 - Os principais conceitos: a história como propulsora do agir humano.....	36
1.4 - Apontamentos para uma escrita da história nacional.....	41
1.4.1 - Métodos e procedimentos.....	42
1.4.2 - A influência de ideias estrangeiras na escrita da história nacional: o que seguir?.....	48
1.4.3 - A busca pelo passado ideal.....	56
1.5 - A Independência num regime livre, democrata e republicano.....	68
2 - A História da Independência e a disputa por um futuro do Brasil.....	73
2.1 - Varnhagen e a luta por um Brasil monárquico.....	75
2.2 - Varnhagen por Bomfim: uma história feita para o Trono.....	79
2.3 - Disputa por um passado: a independência e um futuro para o Brasil.....	83
3 - Leitores e leituras de <i>O Brasil na História</i>.....	111
3.1 - O lugar social dos impressos no Brasil.....	112
3.2 - <i>O Brasil na História</i> : “um grande livro”.....	116
3.2.1 - <i>Correio da Manhã</i> (1901- 1974).....	116
3.2.2 - <i>Diário Carioca</i> (1928 – 1965).....	129
3.2.3 - <i>Diário de Notícias</i> (1930 – 1974).....	139
3.2.4 - <i>A Noite</i> (1911-1957).....	143
3.2.5 - <i>A Esquerda</i> (1927-1933).....	147
3.3 - Conclusão: uma recepção positiva da obra.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
BIBLIOGRAFIA.....	157

INTRODUÇÃO

Aos grandes povos, em quanto mantêm grandeza, não é difícil defender a própria história, e ter nela o necessário estímulo e inspiração. Mesmo sem tal intuito explícito, neles, a história é, sempre, a expressão exagerada até, da grandeza nacional ¹.

Neste trecho do livro *O Brasil na História* (1930), escrito por Manoel Bomfim (1868-1932) no final da década de 1920, nos deparamos com o destaque, dado pelo autor, ao papel da escrita da história, no desenvolvimento e na identidade nacional. Para este autor, escrever a história de forma adequada é fundamental para o desenvolvimento da nação.

É conhecido que, já nas primeiras páginas escritas a respeito da história nacional após o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, existia uma forte intenção dos autores de ditar certos procedimentos para a elaboração correta da dessa história. Desde então a preocupação com a questão nacional marcou fortemente a elaboração da história do Brasil nos séculos XIX e XX.

Assim como muitos outros intelectuais do período, Manoel Bomfim, objeto de estudo desta dissertação, buscava encontrar as origens da nacionalidade brasileira, desejando identificar os males de um país considerado atrasado e incompleto quando comparado ao “mundo civilizado”, e procurava, também, entender o que deveria ser feito para que o Brasil pudesse ser incorporado às comunidades das nações desenvolvidas.

Nesta busca pela definição do ser brasileiro, Manoel Bomfim realizou uma intensa crítica à historiografia nacional. Nela o autor condenou certos historiadores que teriam, segundo ele, deturpado a história nacional e contribuído para a “degradação” da nação, e exaltou outros que seriam os historiadores da “verdadeira tradição nacional”. Com isso, Bomfim demonstrou estar preocupado em resgatar as “qualidades características do povo brasileiro” que, segundo ele, estavam esquecidas pela historiografia.

Manoel José do Bomfim nasceu em Bom Fim do Cariri, povoado pertencente a província de Sergipe, em 8 de agosto de 1868. O autor era o sexto dos treze filhos de

¹ BOMFIM, Maneol. *O Brasil na História*: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 38. Advertimos que a ortografia original do livro *O Brasil na História* foi alterada em todas as citações utilizadas neste estudo

uma família rica. Seu pai, José Paulino, foi um vaqueiro que se tornou comerciante e proprietário de terras. Sua mãe, Maria Joaquina era filha de comerciantes portugueses.

Em 1886, Bomfim ingressou, contra a vontade de seu pai, na Faculdade de Medicina da Bahia e, posteriormente, migrou para o Rio de Janeiro onde obteve seu diploma em 1890 com a dissertação *Das Nefrites*. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e acabou participando de uma expedição pelo Rio Doce para estudar a situação dos Índios Botocudos.

Em 1893, já casado, Bomfim se mudou para Mococa, cidade localizada no interior de São Paulo, fato esse que, segundo seu biógrafo Ronaldo Conde Aguiar², ocorreu por conta de perseguições políticas sofridas pelo sergipano, já que ele estava entre os intelectuais³ antimilitaristas que apoiaram eleições imediatas para presidente contra os que defendiam a permanência de Floriano Peixoto (1839-1895) no poder.

No ano de 1894, após a morte de sua filha Maria, Bomfim abandona a medicina, volta ao Rio de Janeiro e passa a interessar-se pelo jornalismo, além de exercer a docência, dedicando-se a dar aulas particulares de português, ciência e, sobretudo história natural⁴.

Foi convidado, em 1896, pelo prefeito Francisco Furquim Werneck (1846-1908) para ocupar o cargo de subdiretor do *Pedagogium*⁵, onde, mais tarde, foi promovido a diretor geral. Entre os anos de 1905 e 1911, o autor exerceu o cargo de deputado federal por Sergipe e mais tarde foi Secretário de Educação do Rio de Janeiro. Lecionou na Escola Normal e se tornou membro efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública.

Em 1903 foi a Paris estudar psicologia experimental na Sorbonne e lá iniciou a escrita de seu livro mais conhecido, *América Latina: males de origem (1905)*⁶, obra que provocou polêmica entre os intelectuais brasileiros rendendo até mesmo uma série

² AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

³ Aqui se assume a ideia de intelectual apresentada por Sirinelli em: SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

⁴ AGUIAR, Ronaldo Conde. op.cit. p.165.

⁵ Criado para exercer as funções de coordenação e controle das atividades pedagógicas do país, o *Pedagogium* foi fundado durante a República no ano de 1890, por Benjamim Constant, e tinha a intenção de ser um centro impulsor das questões pedagógicas, sendo extinto no ano de 1919. Ver em: AGUIAR, Ronaldo Conde.op.cit. p. 189

⁶ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 3ªedição [1905].

de artigos, que mais tarde se tornariam livros, escritos pelo célebre crítico Sílvio Romero (1851-1914)⁷, em que ele refuta as análises de Bomfim.

Em *América Latina*, Bomfim se dedicou ao estudo da exploração econômica das metrópoles sobre as colônias latino americanas, processo denominado por ele de “parasitismo”, buscando, desta forma, compreender os “males de origem”, ou seja, os defeitos surgidos na gênese dos países e que se tornaram responsáveis pelos problemas que a América Latina enfrentava no período. Com isso, Bomfim buscava, em seu livro, mostrar que o atraso destas nações, não se devia à suposta inferioridade de seu povo e sim à exploração empreendida pelas metrópoles.

Podemos destacar, ainda, a contribuição de Bomfim em jornais e revistas relevantes como o *A Notícia*, *Tribuna*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Nação*, *A Academia*, *O Correio da Semana*, *Correio do Brasil*, *A Crônica*, *A Rua*, *Ilustração Brasileira*, *Os Annaes*, *Kosmos*, *Correio do Povo*. Além disso, Bomfim frequentou as redações de jornais como *A cidade do Rio*, além de ser redator de *A República* e de *Leitura para todos*.

O sergipano também se destacou ao fundar em 1901, junto com Tomás Delfino (n.1860) e Rivadávia Correia (1866-1920), a revista quinzenal *A Universal* e, mais tarde, no ano de 1905 a revista semanal infantil de grande sucesso *O Tico-Tico*, em parceria com o jornalista Renato de Castro e com o poeta Cardoso Júnior⁸.

Outro aspecto de sua trajetória⁹ que pode ser lembrado é sua frequente presença em fins do século XIX em palestras da Livraria Garnier, em conferências do Instituto Nacional de Música, nos cafés, nas confeitarias, nos salões, nas rodas literárias e boêmias, locais que, certamente, favoreciam as trocas intelectuais¹⁰. Podemos destacar também, que o seu forte contato com os intelectuais do período contribuiu para que Bomfim ocupasse cargos públicos, uma espécie de “segunda pele” do intelectual desse

⁷ ROMERO, Silvio. *A América Latina: Análise do livro de igual título Dr. M. Bomfim*. Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores. 1910.

⁸ AGUIAR, 2000, *passim*.

⁹ Esta noção de trajetória foi desenvolvida, principalmente, no capítulo três intitulado “Por uma ciência das obras” de BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Ver também do mesmo autor: _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Apesar de ter como referência estes textos que tratam de temáticas relativas ao campo intelectual, esta dissertação se apoia em análises pautadas em referenciais que se dedicam a trajetórias intelectuais específicas situadas em recortes espaciais e temporais mais adequados aos objetivos da pesquisa histórica.

¹⁰ A ideia de “redes de sociabilidade intelectual” é explorada por: GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

período¹¹. Um bom exemplo disso é o fato dele ter sido apresentado por Alcino Guanabara (1865-1918) ao então prefeito do Distrito Federal, Werneck de Almeida, que mais tarde lhe convidou para ocupar o cargo de subdiretor do *Pedagogium*.

No ano de 1912, Bomfim tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, mais tarde participou da recém-criada Liga Brasileira pelos Aliados – contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro – presidida por Rui Barbosa (1849-1923) e, no ano de 1915, passou a integrar a Sociedade Brasileira de Homens de Letras¹².

Vale ressaltar aqui o engajamento político de Bomfim que, como supracitado, teve que sair da Capital Federal devido às perseguições políticas em 1893, e que, após esse ocorrido, sempre se colocou contra intervenções da força militar na política e defendeu a instrução pública, entendendo a educação como redenção nacional, e, mais tarde, em *O Brasil Nação* (1931), defenderia uma “necessária e inevitável revolução brasileira”¹³.

Manoel Bomfim possui uma vasta bibliografia que versa a respeito de assuntos diversos das áreas de pedagogia, psicologia, história da América Latina e do Brasil, resultado de seu envolvimento em diferentes questões. Nas décadas de 1920 e 1930, ele escreveu e publicou sua importante trilogia *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931)¹⁴.

Esta trilogia, escrita no final da década de 1920 e início da década de 1930, tinha como intenção estudar as:

[...] as causas que turbaram o prosseguir da nacionalidade brasileira, como sejam ataques sistemáticos à tradição já definida, efeitos da degradação e degeneração da metrópole, reagindo sobre a colônia – em lesões diretas e contaminação pútrida [...] ¹⁵.

¹¹ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 27.

¹² A Sociedade Brasileira dos Homens de Letras foi fundada por Olavo Bilac e tinha como objetivo principal “defender os interesses profissionais, econômicos, morais e sociais de seus membros, facilitar a publicação de trabalhos literários e artísticos, realizar cursos, congressos e conferências e promover, junto aos poderes da República, a votação e aplicação de leis de interesse literário e artístico”. Ver In: AGUIAR, Ronaldo Conde. op. cit. p.451-452.

¹³ BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª. edição [1931]. p. 567.

¹⁴ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929];.....

¹⁵ BOMFIM, Manoel. 1997. p. 30.

Vale, portanto, ressaltar aqui que a trilogia escrita por Bomfim foi pensada e constituída como um projeto cuja intenção era buscar uma interpretação que pudesse evidenciar as causas mais profundas da desigualdade e do atraso presentes na sociedade brasileira. Desta forma, o primeiro livro intitulado *O Brasil na América* finalizado em 1925, mas publicado somente em 1929 é dedicado à memória de Frei Vicente de Salvador (1564-1636), “primeiro definidor da tradição brasileira” e apresenta como objetivo principal caracterizar o processo de formação do Brasil, desde a colônia até sua independência política, apontando suas características próprias. Nele, o autor defendeu que a expressão América Latina não passa de uma “designação geográfica”, já que existiam mais diferenças do que semelhanças históricas e culturais entre o Brasil e os demais países do continente.

Já, *O Brasil na História*, eleito como fonte principal desta dissertação, foi escrito na década de 1920 e publicado no ano de 1931¹⁶. Apresentado como segundo livro da trilogia ele é composto por um extenso estudo em que o médico se dedicou a crítica da escrita da história nacional, com o objetivo de evidenciar suas falhas buscando comprovar sua contribuição para o atraso do Brasil e se empenhando em propor uma abordagem distinta para esta historiografia. Por ser fundamental para o estudo aqui proposto esta obra será tratada de forma mais detalhada adiante.

O terceiro livro que compõe a trilogia tem como título *Brasil Nação* e foi editado em 1931, um ano antes da morte de Bomfim. Nesta obra, ainda seguindo o objetivo principal de expor os males do Brasil, o autor tratou da evolução histórica e política brasileira demonstrando como a exploração bragantina contribuiu para a estagnação do país e defendeu como solução para os males do Brasil, não mais a educação e, sim, a revolução. Em sua proposta de revolução, Bomfim pregava que ela devia ser feita por etapas, aos moldes da Revolução Mexicana.

Entende-se, portanto, que através desta trilogia Bomfim buscou, em seu período de maior maturidade, constituir um projeto em que pudesse apontar os males do Brasil, a forma com que eles foram compostos, além de propor soluções para os mesmos, evidenciando um projeto que buscava expurgar estas chagas para que o Brasil pudesse finalmente progredir.

¹⁶ No ano de 2013, o livro ganhou uma segunda edição com prefácio de Ronaldo Conde Aguiar. (Ver: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições de degradação política*. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013.)

Ressaltamos que, apesar de fazer parte de uma trilogia, apenas o livro *O Brasil na História* foi escolhido como fonte para esta dissertação, pois seu tema, dedicado inteiramente à historiografia nacional, nos levou a crer que uma análise mais detalhada e profunda deste livro se adaptaria melhor aos objetivos desta dissertação. Além disso, no período em que o livro foi escrito, ao final da década de 1920, as reflexões de Bomfim a respeito da história adquiriram uma dimensão mais relevante, evidenciando sua forte preocupação com a escrita da história e suas consequências para a construção da nacionalidade brasileira. Para Rebeca Gontijo, a reflexão realizada por Bomfim a respeito da objetividade e subjetividade, questões caras à escrita da história, apresentam contornos mais definidos nesta obra, já que o psicologismo¹⁷ tornou-se aparentemente mais forte, apesar de ainda disputar espaço com a homologia entre o biológico e o social, existente principalmente em seu livro *A América Latina*¹⁸.

Sendo fruto da reflexão de um Bomfim mais maduro, que teria redigido-o em condições penosas de saúde¹⁹, *O Brasil na História*, obra composta de 559 páginas, no total, é dividida em um prefácio, algumas páginas iniciais que Bomfim nomeia de orientação, duas partes centrais compostas por seis capítulos e um apêndice ao final que é dedicado à História da Independência.

No prefácio a obra é apresentada como um estudo dedicado a analisar os motivos que impediram o progresso nacional. Nas palavras de Bomfim, pretendia-se:

[...] estudar as causas que turbam o prosseguir da nacionalidade brasileira, como sejam – ataques sistemáticos á tradição já definida, e efeitos da degradação e degeneração da metrópole, agindo sobre a colônia como lesões diretas e contaminação pútrida...²⁰

Em seguida, na “orientação” inicial, o autor nos apresentou algumas ideias chave para a compreensão de sua noção de história e, portanto, para a compreensão do texto,

¹⁷ Na filosofia da lógica, o psicologismo é a perspectiva segundo a qual a lógica se baseia nas leis do pensamento, em que estas são as descrições dos processos por meio dos quais os seres humanos efetivamente pensam. A lógica tornou-se, não tanto uma disciplina normativa, que estabelece normas de verdade com as quais o pensamento deve conformar-se, mas uma construção baseada em padrões aos quais o nosso pensamento se conforma realmente. (Ver: BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.p. 325)

¹⁸ GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. p. 93.

¹⁹ Segundo Ronaldo Conde Aguiar, durante o processo de escrita de sua trilogia, Bomfim já enfrentava as moléstias decorrentes de um câncer de próstata que o conduziria a morte no ano de 1932. Ver em: AGUIAR, op. cit., p. 484.

²⁰ BOMFIM, 1930. p. 7.

são elas: a ideia de confiança, de tradição, a tradição no Brasil, o progresso, a relação entre tradição e progresso, a degeneração psíquica e a decadência nos valores humanos com a conseguinte degradação das tradições.

Na primeira parte do livro, intitulada *Deturpação das Tradições*, o autor dedicou-se, em seis capítulos, a analisar as causas que, segundo ele, originaram a distorção da história e, conseqüentemente, da tradição nacional. Já na segunda parte nomeada de *Trauma e Infecção*, Bomfim aponta de que forma ocorreu a degradação portuguesa e como o Brasil, na época, colônia de Portugal, foi contaminado.

Essa obra de Manoel Bomfim ocupou a primeira cena nesse trabalho e foi analisada sob a perspectiva da História da Historiografia, um campo de estudo que, na tentativa de superar os impasses vividos pela História na segunda metade do século XX, apontou para novos horizontes de pesquisa²¹, gerando certo esforço de se repensar a disciplina²².

Neste ponto vale ressaltar que muitos são os estudos dedicados as obras de Manoel Bomfim e para dar continuidade a esta pesquisa faz-se necessária uma análise de alguns desses estudos com o intuito de verificar quais são as principais preocupações de seus intérpretes com respeito a obras de Bomfim, quais são os assuntos mais destacados, além disso, se torna conveniente observar como esses estudiosos veem a crítica à historiografia feita por Bomfim.

A partir da reedição de três de suas obras nos anos 90 (*A América Latina, O Brasil na América* e o *Brasil Nação*), Bomfim passou a ganhar mais destaque entre os estudiosos e assim o volume de publicações que se dedicaram a suas obras cresceu significativamente. O que nos chama a atenção é o fato de que uma questão perpassa a maioria dessas publicações: Qual foi o motivo do esquecimento de Bomfim pela historiografia brasileira? Outro ponto em comum entre esses estudos é que a maioria deles classifica as obras de Bomfim como sendo inovadoras para sua época. Porém, ao verificar essas publicações podemos perceber que as referências a crítica à historiografia produzida por Bomfim são poucas e pouco profundas, com exceção da dissertação de mestrado de Rebeca Gontijo que será analisada mais a diante.

²¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora. Revista de História e Geografia*. Dossiê Historiografia e Escrita da História, v. 11, n. 1, p. 31-47. Jan./jun. 2005. Cabe destacar nesse dossiê a apresentação de Temístocles Cézar e o diagnóstico de François Hartog que aponta para o momento reflexivo vivido pela disciplina histórica.

²² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira Das. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Como já foi dito o número de publicações é vasto e, portanto nos reteremos a apenas algumas que foram selecionadas por terem maior importância para a pesquisa referente ao pensamento de Bomfim aqui proposta.

Flora Sussekind e Roberto Ventura produziram um importante ensaio a respeito das obras de Manoel Bomfim, originalmente publicada no ano de 1979, intitulado *Uma teoria biológica da mais-valia?* Estudo este que fez mais tarde parte do livro dos mesmos autores e que tem como título *História e dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim (1984)*. Este livro além do ensaio já citado apresenta também trechos das obras *A América Latina, O Brasil na América, O Brasil na História e O Brasil Nação*, já que segundo Sussekind e Ventura essas obras são de difícil acesso.

O Objetivo desse estudo, segundo seus autores, é “colocar em discussão a obra de Manoel Bomfim, historiador e ensaísta do início deste século, pouco divulgado na história intelectual brasileira”²³. Para esses autores o que ajuda a explicar o esquecimento de Bomfim está contido em seu próprio texto já que este seria ambíguo por ser escrito em uma linguagem ultrapassada (homologia entre o biológico e o social) e conter ao mesmo tempo uma visão nova, contrária a utilização de noções da biologia na análise da sociedade, com isso, segundo Sussekind e Ventura:

A nebulosidade do objeto e da linguagem tornam nebulosa a própria recepção desse texto. Sua ruptura torna-se estranheza. A tentativa de definição, ambigüidade. A opacidade que o objeto e a investigação oferecem a Bomfim, transfere-se ao leitor na leitura de seu texto. O que explica a ambígua e indefinida posição que lhe coube na história intelectual brasileira²⁴.

Uma questão levantada por Flora Sussekind e Roberto Ventura é a centralidade da categoria *nação* na análise de Bomfim, já que suas obras foram produzidas em um contexto marcado pelo *nacionalismo*, ou seja, essa questão marcava uma tendência do século XIX, porém os autores destacam que Bomfim estabelece uma relação singular com a questão nacional, já que utiliza referências interpretativas extraídas de Karl Marx para se referir a categoria *nação*.

Outro ponto que é tratado por esses autores é a utilização por Bomfim do que eles chamam de “método genético de explicação do presente” em que se procura entender o presente à luz do passado. Este método ajudaria a explicar a formação do

²³ SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981. p.3.

²⁴ *Ibidem*, p. 56.

“caráter nacional”, já que este seria formado através de interferências (políticas, administrativas, sociais) diretas sobre o que se foi herdado, afastando assim a idéia de que o atraso do país decorreria de características naturais, distanciando Bomfim do pessimismo característico de seus contemporâneos ideólogos de concepções deterministas.

Mais um aspecto interessante da obra de Sussekind e Ventura a ser ressaltado é a associação feita entre as idéias de Manoel Bomfim e Karl Marx (1818-1883), associação essa que pode ser percebida já no título do ensaio “Uma teoria biológica da mais-valia?”. Assim para os autores:

A metáfora por Marx volta-se assim como em Bomfim, para a relação de exploração. Em Marx, sobretudo no que diz respeito às relações entre as classes; e em Bomfim, a partir do mecanismo de exploração colonial, à relação entre metrópole e colônia que se reproduz internamente entre as classes²⁵.

Mais um aspecto que foi levantado por Sussekind e Ventura e que aqui nos interessa é a utilização das categorias *paixão* e *interesse* na análise de Bomfim. Os autores destacam a associação assimilada por Bomfim entre a ciência e a *paixão*, esta última seria um instrumento que evidenciaria as motivações e *interesses* que marcam a ciência pretensamente neutra do período. Eles também evidenciam a preocupação de Bomfim em denunciar o interesse existente por trás das práticas científicas.

Podemos notar que apesar de se dedicarem a aspectos importantes do pensamento de Bomfim, o trabalho aqui exposto pouco se referiu à crítica que Bomfim elaborou a respeito da historiografia do período lembrando, porém seu pensamento a respeito da imparcialidade da ciência através da *paixão* e do *interesse*.

Outra obra importante a ser destacada é o livro de Roberto Ventura intitulado *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1991)*²⁶ em que o autor faz diversas referências à Bomfim. O livro tem como objetivo fazer uma investigação a respeito da história cultural e das polêmicas literárias que envolveram a chamada “geração de 1870”. Para Ventura, a principal característica de Bomfim seria a crítica da teoria da desigualdade racial, classificando-o assim como parte de um grupo de “intelectuais isolados”, porém não considera suas idéias originais, já que a reflexão

²⁵ Ibidem, p. 46.

²⁶ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

de Tobias Barreto (1839-1889) antecipara, em pelo menos vinte anos, à refutação do evolucionismo spenceriano feita por Manoel Bomfim em *A América Latina (1905)*.

O autor lembra que embora Bomfim concebesse a sociedade como um organismo, ele se preocupava mais em desvendar as leis não biológicas, específicas dos fatos sociais. Assim, segundo Ventura:

Ao recusar a homologia entre a biologia e a sociedade, Bomfim questionou o próprio conceito de parasitismo que molda seu perfil interpretativo. Estabeleceu, assim, as diferenças entre o parasitismo *orgânico*, que traria modificações irreversíveis nos organismos, e o social, que poderia ser extirpado pelos parasitados – por meio da luta contra as diversas formas de exploração²⁷.

Outro ponto importante é que o autor como já havia feito em seu livro anterior, escrito com Flora Sussekind, levanta pontos em comum entre o pensamento de Bomfim e o de Karl Marx e Frederich Engels, já que estes consideravam que a história humana não é regida pela lei darwinista e sim pela “luta de classes” tomada como lei universal.

Mais um aspecto que Ventura considera relevante em relação a Bomfim se refere ao fato de seu livro *A América Latina (1905)* ter sido alvo de críticas do importante crítico literário Silvio Romero. Com isso podemos notar que as preocupações de Ventura ao analisar a obra de Bomfim são principalmente quanto à sua negação ao evolucionismo e as teorias biológicas.

Outro trabalho a ser destacado é a tese de doutorado produzida por Ronaldo Conde Aguiar intitulado *O Rebelde esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim (2000)*²⁸. Considerado pelo próprio autor como uma “biografia sociológica”, esse trabalho tem como pretensão evidenciar aspectos da vida e da obra de Manoel Bomfim.

Segundo Aguiar, Bomfim era um autor ousado que produzia um discurso crítico no interior do discurso ideológico dominante, esse foi para Aguiar uma das causas de seu esquecimento, já que seu discurso teria que ser silenciado. Outro motivo que levou a seu esquecimento seria a não aceitação, por parte do autor, de certas regras e comportamentos típicos do campo intelectual de seu tempo, como por exemplo, o fato de ter recusado o convite para participar da Academia Brasileira de Letras. Mais um motivo seria o predomínio de uma visão do autor como lusófono o que estimulava o boicote de seus textos pelos jornais cariocas, que eram dominados por portugueses.

²⁷ Ibidem, p. 157.

²⁸ AGUIAR, 2000.

Seu estilo literário, sua opinião contrária à revolução comunista, seu parecer contra a Revolução de 1930 e o que, para Aguiar, é um hábito brasileiro de repúdio a memória nacional também contribuíram, segundo o autor, para seu esquecimento.

Além disso, Aguiar acredita que Bomfim foi o único pensador a criticar de modo sistemático a teoria da desigualdade racial. Segundo ele:

A teoria da desigualdade inata das raças (defendida por teóricos europeus, como Gobineau e Gustave Le Bon, e adotada por intelectuais brasileiros) era, na virada do século uma verdade dominante, plenamente aceita, sobretudo porque baseada num *suposto científico*. Ao arrostá-la, Manoel Bomfim não apenas discordou: ele, na realidade, entrou em rota de colisão com um *sistema de poder*, cuja representação simbólica (ou arcabouço ideológico) apoiava-se justamente no *regime de verdade* da sociedade em que vivia²⁹.

Outro ponto que aqui nos interessa se refere a dedicação de Aguiar a interpretação de Bomfim a respeito da história, segundo ele:

O conceito que Manoel Bomfim tinha da história não se resume, é claro, ao simples registro cronológico dos fatos. Bomfim pensava a história como um processo social contínuo. Daí considerar que o futuro da nação brasileira já estava “delineado” no seu passado, nas etapas anteriores da sua formação, todas elas marcadas por tensões e lutas entre dominadores e dominados. No fundo, portanto, ao fazer a revisão crítica da historiografia brasileira, Bomfim tinha em mente, ou pelo menos intuía o conhecido axioma: a história é sempre, ou quase sempre a versão dos vencedores.³⁰

Para este intérprete Bomfim parte do suposto de que as nações mais poderosas constroem a história de acordo com seus interesses, tornando os dominados seus subalternos. Assim, segundo este autor, Bomfim fez uma “ampla, profunda e impiedosa” crítica das principais histórias escritas de sua época.

Aguiar faz uma rápida análise do livro *O Brasil na história* (1930) e diz que sua proposta era clara: dever-se-ia defender a história nacional contra todas as formas de deturpações que classificam os brasileiros como um povo de segunda e desclassificam o Brasil como uma nação soberana em busca do progresso.

²⁹ Ibidem, p. 49.

³⁰ Ibidem, p. 486.

Mais uma obra que merece destaque é o livro escrito por José Carlos Reis, *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* (2006)³¹, que como o título já diz faz referência a Manoel Bomfim.

Em seu capítulo intitulado *Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática*, Reis faz uma análise da obra de Bomfim utilizando para isso a coletânea de Carlos Maul, *O Brasil (1935)* e o livro *O Brasil Nação (1931)*. Para Reis, Bomfim “era uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto”³².

Reis acredita que Bomfim elaborou através de suas obras uma densa revisão da história e da historiografia brasileiras, uma teoria da história do Brasil e da América Latina. Para ele, Bomfim identifica duas tradições nacionais na história do Brasil: uma republicana e democrática expressão própria da alma brasileira e outra, ligada à monarquia portuguesa e presente no espírito dos dirigentes. Assim, a história do Brasil seria um conflito inconciliável entre essas duas tradições.

Com isso, segundo Reis, Bomfim concluiu que os historiadores brasileiros se dividiram em duas correntes: a “oficial”, “bragantina” e “antipatriótica” e outra “patriótica”, “republicana” e “revolucionária”. Assim, Reis procura diferenciar essas duas correntes e define independentemente de Bomfim como historiografia do “descobrimento do Brasil” e a do “redescobrimento do Brasil”.

Para Reis, a reinterpretação da história do Brasil feita por Bomfim se inicia com uma denúncia historiográfica, em que se evidencia que a história é um conflito de interpretações ligado a interesses e projetos políticos e enquanto os historiadores brasileiros estivessem sob o domínio dos interesses europeus, eles seriam apenas os servidores dos inimigos do Brasil. Com isso, para que houvesse uma mudança na história do Brasil, seria necessária uma mudança na historiografia brasileira.

José Carlos Reis observa que para Bomfim a Independência do Brasil foi uma mentira em 1822 e um fracasso em 1831, já que nessas duas oportunidades de vitória, o Estado monárquico português venceu. Aponta que para Bomfim a vida da nação brasileira se fez através de quatro revoluções frustradas, por terem sido pouco profundas

³¹ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

³² *Ibidem*, p. 186.

e não terem curado os nossos males: além da Independência, a Abdicação, a Abolição e a República.

Outro ponto destacado por Reis, diz respeito à causa do esquecimento que se abateu sobre Bomfim, a hipótese desse autor é a de que inexistia um destinatário para a obra de Manoel Bomfim, já que ele parecia não ser e não saber qual o sujeito histórico brasileiro poderia tomar a iniciativa da revolução brasileira. Ainda aponta outro aspecto que o levaria ao esquecimento: a avaliação feita por Bomfim da contribuição do negro na constituição do Brasil, já que para Reis, Bomfim excluiu a presença negra já na origem da constituição do Brasil: a feliz combinação brasileira da origem era a indígena e a branca, sem os negros.

Por fim, Reis diz que se deve ler Manoel Bomfim já que:

Seus teses rebeldes, solitárias em sua época, abrem o horizonte brasileiro para a integração democrática da nação, que ainda esta por ser conquistada. Sua interpretação revolucionária do Brasil é original, corajosa, pioneira. Ele antecipou muita teses sobre o Brasil, que, depois, fizeram a notoriedade de outros autores...A discussão de sua interpretação do Brasil é indispensável para que possamos nos aproximar mais da realidade brasileira e criar uma representação de nós mesmos, com uma linguagem nossa, moderna, mas própria, que nos faça avançar com coragem e confiança³³.

A última obra a ser destacada, é um importante estudo para a pesquisa realizada nesta dissertação, de autoria de Rebeca Gontijo a dissertação intitulada *Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história (2001)*³⁴, também têm sua análise fundamentada no livro *O Brasil na história* e apresenta dois objetivos principais: o primeiro é “analisar como Bomfim e seus textos foram lidos, observando tais leituras como produtoras de memórias e/ou representações sobre o autor e sua obra”; e o segundo focalizar alguns temas presentes no livro, “buscando compreender sua interpretação sobre a história, a historiografia e os historiadores, a nação e seus habitantes”³⁵.

Segundo Gontijo:

[...] este estudo pode ser apresentado como sendo um exercício para situar um livro sobre o Brasil na história em relação à constituição da disciplina com a qual este livro dialogou (a disciplina histórica, vista em formação) e a outros textos sobre a história do Brasil. *O Brasil na*

³³ Ibidem, p. 222.

³⁴ GONTIJO, 2001.

³⁵ Ibidem, p. 14.

história é visto na confluência de debates, discussões, questões, problemas etc., que ajudaram a compor a *cultura histórica* de uma época. Além disso, o exercício procura recuperar parte das representações, até certo ponto contraditórias e ambíguas, por meio das quais um autor expressou suas ideias e assumiu posições intelectuais e políticas, atentando para as formas como ele próprio foi representado³⁶.

No primeiro capítulo da dissertação, Gontijo analisa como Bomfim e seus textos foram lidos por diversos estudiosos, entendendo tais leituras como produtoras de memória sobre esse autor e com isso recuperando algumas características atribuídas a ele e também observando os lugares aos quais ele foi destinado, no chamado *pensamento social brasileiro*.

No segundo capítulo, a idéia é analisar o modo como o autor em questão concebia a ciência, o método científico, a subjetividade e sua visão da relação entre indivíduo e sociedade. A autora buscou focar em alguns pontos específicos como o primado da ciência, o aperfeiçoamento da psicologia e o desenvolvimento das ciências sociais. Para a autora essa análise ajudaria a compreender a expectativa de Bomfim diante dos historiadores alvos de suas críticas.

E, no, terceiro capítulo, Gontijo realizou uma leitura de como a nação foi tratada em *O Brasil na História*, por meio da análise de alguns assuntos como: tradição, progresso, formação nacional, patriotismo, nacionalismo, caráter nacional e seu antilusitanismo.³⁷

Apresentada a dissertação, agora se faz necessário um levantamento de alguns pontos específicos desse trabalho.

Como já dissemos, Gontijo afirma que nos anos 1920, o psicologismo parece ter se tornado mais forte nas reflexões de Bomfim, disputando espaço com a homologia entre o biológico e o social que ele ainda utilizava, com isso, a reflexão sobre a história se tornou mais relevante e a preocupação com a objetividade/subjetividade ganhou destaque. Para Gontijo, Bomfim parecia ver a paixão como uma espécie de força propulsora da vontade, capaz de controlar interesses relacionados às práticas científicas e políticas.

Segundo a autora, Bomfim acreditava que a história do Brasil teria sido “deturpada” devido a uma causa externa e a uma série de causas internas. A causa externa seria a “deficiência de critério histórico” no registro das tradições brasileiras, o

³⁶ Ibidem, p. 16.

³⁷ Ibidem, p. 19-20.

que teria acontecido por causa da influência francesa. As causas internas podem ser listadas da seguinte forma: a negação ou camuflagem de interesses, a “perversão” das fontes e por fim, a redução da história à enunciação de fatos e listagem de nomes.

Outro aspecto importante é que para essa autora, Bomfim não pode ser considerado como um historiador no sentido que era atribuído a autores como Capistrano de Abreu (1853-1927), contudo Gontijo acredita ser possível classificá-lo como um “pensador da história”, pelo seu trabalho como crítico da historiografia.

Mais um aspecto destacado por Gontijo em sua análise é a feroz crítica empreendida por Bomfim a certos historiadores como Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), exemplo máximo da historiografia criticada por Bomfim. Para Bomfim, este autor seria o principal historiador a dar o Brasil à casa portuguesa reinante.

Gontijo ainda faz uma ressalva quanto a aplicação de duas concepções de história – a clássica e a moderna – por parte de Bomfim, já que para a autora, essa aplicação deve ser vista em relação a complexidade dos fenômenos experimentados durante as primeiras décadas do século XX, quando a busca por imparcialidade convivia com a demanda por uma atuação política e social.

Por fim, segundo a autora, ao produzir sua crítica historiográfica, em plenos anos vinte do século passado, Bomfim:

[...] ajuda a pensar sobre a circulação de idéias sobre como, porque e por quem a história deveria ser escrita. Ajuda a pensar sobre a existência, em um mesmo período, de diferentes percepções do trabalho historiográfico e conseqüentemente, diferentes usos da história³⁸.

Com isso, podemos notar que o trabalho de Rebeca Gontijo pode ser visto como um esforço para situar o livro *O Brasil na História* em relação a constituição da disciplina histórica e a outros textos da história do Brasil. E para isso:

[...] diante de uma variedade de temas relativos à história presentes no livro-objeto da pesquisa – tais como: progresso, tradição, passado, presente, futuro, mudança histórica, decadência, etc. –, a opção foi eleger uma temática geral, capaz de servir como uma espécie de eixo norteador da investigação, permitindo articular diferentes assuntos, categorias, conceitos e noções referentes à maneira de pensar e escrever a história da nação³⁹.

³⁸ Ibidem, p. 132.

³⁹ Ibidem, p. 12.

Assim, podemos concluir que diversos assuntos perpassam as pesquisas realizadas a respeito dos escritos de Bomfim, alguns temas são recorrentes como, por exemplo, discussões a respeito de sua linguagem que utiliza termos da biologia ao escrever, ou a respeito da causa do seu esquecimento. Além disso, através dessa análise podemos notar que grande parte dos estudos a respeito de Manoel Bomfim não se dedica a sua relação com a escrita da história, com exceção do trabalho de Rebeca Gontijo.

Ressaltamos ainda que a dissertação de Gontijo nos serviu como inspiração na medida em que buscamos, a partir do que já está posto por ela, colaborar para que outros aspectos do pensamento de Bomfim fossem esclarecidos, procurando contribuir com os estudos a respeito do autor e do período de sua produção.

Sendo assim, a presente dissertação possui como problemática central a escrita da história nas primeiras décadas do século XX, tendo como objetivo principal compreender os fundamentos da escrita da história de Manoel Bomfim e sua relação com a cultura histórica do período. Para tanto, buscou-se analisar a visão do passado brasileiro que ele possui, bem como os sujeitos e motivações que integram sua construção da história.

A dissertação está organizada em três capítulos, o primeiro – *O Brasil na História* e a busca por uma nação livre, democrática e republicana – busca compreender, por meio dos textos selecionados, os elementos que compõem a escrita de Manoel Bomfim, observando quais as metodologias, as fontes utilizadas e as temáticas privilegiadas. Aqui se destaca a notável preocupação que o autor dedicava à escrita da história nacional e a importância desta história para a compreensão de suas concepções teórico-metodológicas, focando na relevância de todos esses pontos para sua ideia de história.

Buscamos ainda, interpretar, por meio da análise da revisão historiográfica empreendida por Manoel Bomfim, qual era seu modelo de história e de historiador. Pretendemos compreender, também, as críticas atribuídas aos seus pares, com base em sua visão de passado e sua escolha de futuro.

O segundo capítulo – *A História da Independência e a disputa por um futuro do Brasil* – tem como objetivo principal buscar, por meio da análise da escrita da história da Independência do Brasil, construída por dois autores distintos, Manoel Bomfim e Francisco de Adolfo Varnhagen (1916-1978), revelar os diferentes projetos para a nação brasileira apresentados por estes autores. Com isso, temos o objetivo de compreender qual passado cada autor elegeu e qual futuro pretendia alcançar com ele. Trata-se,

portanto, de evidenciar a disputa em torno do passado desejado para a nação e da forma com que a escrita da história nacional deveria ser conduzida.

O terceiro – *Leitores e leituras de “O Brasil na História”* – apresenta uma análise a respeito da forma com que o livro *O Brasil na História*, de Manoel Bomfim, foi lido por contemporâneos de seu autor. Com esta análise, buscamos situar Bomfim em relação a estes autores e em relação à cultura histórica do período. Para tanto, analisaremos alguns textos publicados em periódicos brasileiros de destaque no período, procurando ter em mente as importantes reflexões produzidas pela área da história da leitura. Neste estudo, propõe-se, portanto, uma análise a respeito da escrita da história de Manoel Bomfim, em que se busca compreender a concepção de história do autor e qual a relação dela com a cultura histórica de seu período. Deste objetivo principal, desdobram-se outros três objetivos: o primeiro visa interpretar como o autor considerava que a escrita da história deveria ser realizada para que a nação brasileira progredisse, e em quais ideias ele se baseava para formular seus pensamentos; o segundo busca compreender de forma mais clara, por meio da análise comparativa entre a *História da Independência* de Bomfim com a de Varnhagen, qual era o modelo de história defendido por este autor; e por fim, pretende-se compreender como a obra *O Brasil na História* foi recebida pela intelectualidade contemporânea em seu lançamento.

O conceito de “cultura histórica” foi fundamental para compreender as condições de possibilidade e de emergência dos textos articulados por Bomfim e, com isso, foi possível verificar os passados possíveis e historicamente construídos pelos homens desse período. Este conceito foi tomado por Jacques Le Goff (1924 - 2014)⁴⁰ de Bernard Guenée (1927- 2010), para caracterizar a “relação que uma sociedade mantém com seu passado”. Desta forma, ele nos ajudará a compreender melhor o que os homens - de determinado período - entendem por seu passado, e o “lugar” (espaço e valor) que lhe destinam em determinado momento do tempo⁴¹.

Em nossa análise, percorreremos o livro de Bomfim com o intuito de compreender como esse autor concebia a história, interpretando, ainda, de que maneira as condições do “lugar” socioeconômico, político e cultural e suas “práticas” se

⁴⁰ LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. p.40-45.

⁴¹ GOMES, Angela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo (16), fevereiro de 1988. Para uma discussão a respeito do conceito de cultura histórica ver: FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História* [16]. DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, jan./jun. 2007, pp. 83-102.

relacionam com a compreensão do passado historicamente construída por Bomfim, com seus usos do passado e sua visão do futuro.

A noção de “lugar social” foi elaborada por Michel de Certeau (1925-1986) em seu livro *A escrita da história* (1992) ⁴², no capítulo intitulado *A operação historiográfica*. Ao refletir a respeito da produção historiográfica, Certeau destacou aquilo que não se manifesta claramente no texto, o não dito, ou seja, o “lugar” que os historiadores ocupam na estrutura socioeconômica, política, cultural e, especialmente, institucional. Segundo o autor, toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção, em um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias que definem o modo de se trabalhar (a “prática”) e o discurso (a “escrita”) da produção historiográfica.

Segundo Certeau, a “prática” historiográfica obedece a um código específico do “lugar” e, dessa forma, se dedica em transformar um objeto em histórico, em historicizar um material produzido em outro tempo com uma função específica. Porém, essas “operações técnicas”, o próprio recorte da documentação, estão sujeitas às imposições do “lugar social” do autor. A “escrita”, controlada por essas práticas, vinculadas ao “lugar social” do autor, assumiram a centralidade da análise, pois foram o lugar do discurso histórico, da delimitação de um recorte espacial e temporal, da “inversão escriturária” que vai da elaboração da pesquisa ao texto.

Considerando a noção de “operação historiográfica”, procuramos destacar da fonte os autores citados por Bomfim, os documentos privilegiados, os temas trabalhados, os recortes cronológicos e espaciais escolhidos, bem como os argumentos encaminhados. De posse desses elementos, foi possível identificar as referências teóricas utilizadas, os pares com os quais o autor estabeleceu diálogos amistosos, ou não. Dedicamos grande atenção aos vínculos institucionais do autor e dos pares citados, para a localização dos espaços institucionais que mais informaram/conformaram a escrita da história do nosso objeto.

Para melhor realizar tal análise buscamos, também, inspiração nas noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, formuladas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006). Em seu livro *Futuro Passado: contribuição à*

⁴² CERTEAU, op. cit.

semântica dos tempos históricos (2006) ⁴³, Koselleck nos apresentou esses conceitos que nos introduziram a uma melhor compreensão da noção de perspectivas temporais.

Tivemos ter em mente que um passado é delimitado, selecionado e reconstruído em cada presente, e assim, entendemos, que “espaço de experiência” é o passado tornado atual, com a noção de que, no presente, convivem, simultaneamente, diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no cotidiano. Já a noção de “horizonte de expectativa” é o que, no presente, se projeta como futuro. São os cálculos, as esperanças e as angústias voltadas para o que ainda não foi vivido, para as projeções de futuro construídas no presente.

Portanto, em nossa análise, as noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” ajudarão a compreender os projetos de futuro que esse autor idealizava para o Brasil e que influenciaram a sua construção do passado brasileiro.

De posse dessas noções formuladas por Certeau e Koselleck, consideramos que temos os instrumentos necessários para compreender a escrita da história empreendida por Bomfim.

⁴³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

CAPÍTULO 1

O BRASIL NA HISTÓRIA E A BUSCA POR UMA NAÇÃO LIVRE, DEMOCRÁTICA E REPUBLICANA

“[...] Mas, pensemos, com orgulho, no privilégio que a própria história nos confere, de representarmos um largo trato da Terra votada à paz, de podermos dar toda expansão à nossa tradição, sem deixar de ser uma nação de bondade”⁴⁴.

O objetivo deste capítulo é efetuar uma análise das principais características da operação historiográfica⁴⁵ empreendida por Manoel Bomfim (1868-1932), destacando a notável relevância que o autor, assim como grande parte de seus pares, conferiu à escrita da história nacional e, por consequência, às escolhas teóricas e metodológicas que, certamente, fundamentaram sua ideia de história.

Para atingir nossos objetivos, nos voltaremos para a compreensão dos elementos que constituem a escrita deste autor, observando as metodologias, as fontes utilizadas e as temáticas privilegiadas.

Para pensarmos os fundamentos da escrita de Bomfim, pretendemos destacar os autores citados por ele, os documentos privilegiados, os temas trabalhados, os recortes cronológicos e espaciais escolhidos, bem como os argumentos encaminhados. De posse desses elementos, foi necessário identificar as referências teóricas utilizadas e os pares com os quais ele estabeleceu diálogos, sendo estes amistosos ou não.

Ao realizar esta análise procuramos, ainda, verificar as escolhas feitas pelo autor investigado, com a intenção de averiguar sua aproximação ou afastamento em relação a um certo sistema de referências ditado pelo lugar de produção relativo ao que é entendido como fazer histórico no Brasil no período em questão, prestando devida atenção ao que Certeau entende por prática do desvio, e tentando, dessa forma, evidenciar as singularidades do autor e não apenas a obediência plena aos modelos impostos.

Podemos afirmar que, ao dizer algo, o historiador está realizando escolhas, se filiando ou não a diálogos, conexões e cruzamentos, portanto, entendemos que fazer

⁴⁴ BOMFIM, 1930, p. 527.

⁴⁵ Segundo Michel de Certeau, toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção, em um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias que definem o modo de se trabalhar (a “prática”) e o discurso (a “escrita”) da produção historiográfica. Ver em CERTEAU, 1982. p.65-119.

história é um procedimento epistemológico, mas também estratégico e político, já que sua realização implica variados posicionamentos.

Sendo assim, procuraremos colocar em primeiro plano as escolhas que levaram à construção do texto estudado, lembrando que estas escolhas são também permeadas por um “espaço de experiência” e por um “horizonte de expectativa”⁴⁶, noções que contribuem para a compreensão dos projetos de futuro que esse autor idealizava para o Brasil e que compuseram a sua construção do passado brasileiro.

Buscamos aqui averiguar o quanto Manoel Bomfim cedeu às regras e ao rito de pertencimento que compõem o lugar do qual a escrita da história é produto, verificando quais diálogos estabeleceu, quais outros textos teve como base para composição de sua obra, quais relações de proximidade e de distanciamento estabeleceu com o que já estava postulado. Buscaremos compreender, portanto, de que forma esse pensador construiu sua narrativa.

1.1– A construção de uma história pátria no Brasil

No Brasil, as reflexões a respeito da escrita da história ganharam maior relevância a partir do processo de emancipação política ocorrida em 1822. Neste momento, no contexto de construção do Estado Imperial, emergiu a preocupação de definir uma *identidade* para a nação brasileira.

Em um primeiro momento, com a criação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, notamos o delineamento de um novo projeto político que trouxe como preocupação central a escrita das lembranças do passado. Este momento pode ser considerado um marco para a historiografia brasileira já que este lugar (IHGB) passou a desempenhar um papel decisivo para produção historiográfica que sucedeu sua criação.

O IHGB foi criado como uma instituição cultural nos moldes de uma academia iluminista, tendo, no entanto, a missão de traçar a gênese da nacionalidade brasileira.

Enquanto na Europa o processo de escrita da história se desenvolveu tanto nos

⁴⁶Koselleck apresenta esses conceitos que nos introduzem a uma melhor compreensão da noção de perspectivas temporais. Para isso, devemos ter em mente que um passado é delimitado, selecionado e reconstruído em cada presente. Assim entende-se que “espaço de experiência” é o passado tornado atual, com a noção de que, no presente, convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no cotidiano. Já a noção de “horizonte de expectativa” é o que no presente se projeta como futuro são os cálculos, as esperanças e as angústias voltadas para o que ainda não foi vivido, para as projeções de futuro que se constroem no presente. Ver em KOSELLECK, 2006.

Institutos e Academias quanto nos espaços universitários, no Brasil esta tarefa ficou restrita a uma academia que apresentava um acesso limitado e regulamentado por critérios que passavam pela teia das relações sociais e pessoais⁴⁷.

Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o IHGB foi o principal centro de estudos históricos no século XIX, posição mantida até a década de 1930, quando surgiram as Faculdades de Filosofia no país. Assim, podemos afirmar que o IHGB nasceu com a missão de pensar a história pátria apoiando a consolidação do Estado nacional e a preservação de sua unidade política e territorial. Perante essa simbiose entre Estado e historiografia, o Instituto se tornou “um guardião da história oficial”⁴⁸.

Reforçando a ideia de que o IHGB lançou as bases da escrita da história nacional, José Honório Rodrigues⁴⁹ afirmou que com esta instituição nasceu também a pesquisa histórica no Brasil, e, junto ao seu nascimento, pôde ser constatado o estabelecimento de um projeto historiográfico que pretendia organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história nacional.

Dessa forma, o IHGB desempenhou papel decisivo na construção de uma historiografia que estabeleceu certas visões e interpretações a respeito da questão nacional. Parte considerável dos princípios teóricos ditados pelo IHGB foi desenvolvida e aplicada com maior fidelidade por aqueles que se dedicaram à prática histórica no período oitocentista⁵⁰.

O Instituto Histórico e Geográfico se propôs a pensar o Brasil por meio de um duplo projeto: alcançar uma gênese da nação brasileira e ao mesmo tempo inseri-la em uma tradição marcada pelas ideias de civilização e progresso, noções importantes ao pensamento iluminista. Já nas primeiras produções escritas sob a tutela deste Instituto, podemos notar a forte intenção de seus autores de ditar e especificar certos procedimentos para uma elaboração correta da história.

Um segundo momento da historiografia nacional que merece destaque, devido às suas ideias transformadoras, é o período marcado pelas reflexões da chamada Geração de 1870, pois, neste contexto “um bando de ideias novas”⁵¹ invadiram o país trazendo novas visões de mundo.

⁴⁷ GUIMARÃES M., 1988, p. 5 a 27.

⁴⁸ GUIMARÃES L., 1995, p. 573.

⁴⁹ RODRIGUES, 1969, p. 37.

⁵⁰ CEZAR, 2004.

⁵¹ Termo utilizado por Silvio Romero para designar as várias correntes de pensamentos europeias que chegavam ao Brasil. Ver em: ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*. In: MENDONÇA, C. S. *Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938, p.48 – 52.

Neste momento, teorias científicas formuladas na Europa adentraram o território nacional e revolucionaram as bases da compreensão da sociedade. O romantismo e o ecletismo foram substituídos pelo realismo e pelo cientificismo. O evolucionismo, o naturalismo, o positivismo e o transformismo foram algumas das correntes teóricas que trouxeram uma renovação ao pensamento nacional, lembrando, porém que além desses esquemas explicativos que visavam, de fato, implantar uma novidade em relação ao que se praticava, existia também um conjunto de referências, um trabalho acumulado de reflexão interna com o qual esses historiadores precisavam dialogar. Podemos entender, portanto, a produção intelectual pós-1870 a partir de duas vertentes: a experiência nacional e o repertório europeu⁵².

Em meio a este processo de grande transformação social, a intelectualidade nacional voltou-se para o fluxo cultural europeu como se ele fosse a verdadeira “tábua de salvação” capaz de selar o passado obscuro do Brasil e abrir caminho para um novo mundo, dessa vez, abundante e cheio de perspectivas. Assim, estas novas doutrinas forneceram as bases para a releitura do país, segundo novos parâmetros, que levaram os intelectuais brasileiros a atribuírem urgência ao engajamento socioeconômico, pois este seria “a condição ética do homem das letras”⁵³.

Já nos primeiros anos da República no Brasil a produção historiográfica não se distanciou da missão que lhe foi atribuída desde o início: a de construir uma *identidade* para a nação. Em um contexto de construção de um Estado Republicano, este período pode ser apontado como muito rico para o debate de ideias políticas e culturais. Este foi um tempo, também, de intensa busca por modernidade, marcado por uma ampla atividade intelectual em que concorreram diferentes projetos que buscavam cumprir o desafio de modernizar uma sociedade recém-saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, muitas vezes, responsáveis pelo atraso nacional.

Podemos afirmar que durante os primeiros anos do regime republicano o passado foi objeto de disputas. Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cujo objetivo era atingir o imaginário popular para recriá-lo nos moldes dos ideais republicanos.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de regimes políticos. Ele se constrói e se expressa através de ideologias, utopias, símbolos,

⁵²ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo:Paz e Terra, 2002.

⁵³SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 80.

alegorias, rituais e mitos. É nele que as sociedades definem seus objetivos e organizam seu passado e seu futuro.⁵⁴

Sendo assim, com as transformações ocorridas a partir da instalação do novo regime, foi destacado o interesse em renovar certos aspectos da história nacional com a finalidade de construir uma tradição republicana. Os estudos históricos sofreram novas propostas de remodelação, principalmente, a partir das influências intelectuais europeias.

Apesar de todo o debate e divergência de ideias em torno do imaginário republicano, havia um ponto de intersecção das ideias: o Brasil não se tornaria civilizado sem a ciência, ou seja, o progresso da nação não ocorreria sem o desenvolvimento científico. Portanto, a discussão a respeito da cientificidade da história marca a trajetória dessa disciplina também no início do século XX.

Com isso o debate referente a questão da definição do que se entendia por ciência e, especificamente, por ciência social, ganhou relevância. Por meio da busca de seu caráter científico, a disciplina histórica estabelece uma tentativa de delimitação de sua identidade, apoiando-se, desta maneira, na defesa de uma *moderna* cientificidade⁵⁵.

Neste contexto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ganhou uma importância especial como arena de debates sobre o que era e o que deveria ser a história, questão que estava claramente associada ao traçado de projetos futuros possíveis à modernidade do país e à legitimação do regime republicano. Deste modo, algumas linhas sobre o perfil do Instituto nos primeiros anos da República foram significativas para o entendimento de aspectos importantes para a escrita da história no período supracitado.

No limiar entre a Monarquia e a República, o Instituto Histórico e Geográfico passou por uma situação delicada com a evidenciação de alguns problemas organizacionais e políticos, devido aos seus estreitos vínculos com o regime monárquico. Os recém-chegados ao poder viam a associação como uma herança típica do *ancien regime*⁵⁶. Deste fato resultou o empenho do Instituto em se debruçar sobre a necessidade de construção de uma escrita da história, e de uma cultura cívica republicana. Destarte, diante da rapidez do desmoronamento do regime que contribuía para sua manutenção e a quem estes, por sua vez, serviam, os membros do Instituto

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1990. p. 10.

⁵⁵ GOMES, 2012.

⁵⁶ GUIMARÃES, L. 2007, *passim*.

tiveram que reavaliar o projeto de escrita da história nacional nascido ainda no Império, a fim de que esta instituição não se tornasse obsoleta.

As sólidas verdades sobre o passado do país que foram construídas até então estavam atreladas ao projeto político bragantino, e o patriotismo, que servia de mote para os sócios da Instituição, passou a ser visto como prejudicial à tão almejada imparcialidade do historiador. Fica subentendido, com isso, que o amor à pátria, ao invés de diminuir os erros, acabou por agravá-los, o que motivou o surgimento de novas propostas que buscavam revigorar os estudos sobre o passado do país, fazendo com que outros documentos fossem buscados, e que os já existentes fossem reavaliados de forma mais crítica.

Três questões apareceram com frequência nos estudos publicados no período da Primeira República pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, são eles: a imparcialidade do historiador, o uso dos testemunhos como prova, e a existência de uma lacuna entre o acontecido e o relatado⁵⁷.

Tendo em mente os debates enfrentados pelo Instituto Histórico e Geográfico, podemos dizer que novas tradições foram inventadas e outras reelaboradas com o objetivo de legitimar o novo regime. Sob este novo horizonte pensou-se em remodelação, em novos impulsos e novas verdades.

Podemos perceber que o período republicano pode ser considerado um momento de grande importância para a historiografia nacional, pois a partir dele notamos o destaque dado às reflexões sobre saberes e poderes que puderam contribuir para a sua consolidação.

Neste período, ainda foram discutidas questões relevantes à formação de uma identidade para a nação e para seu novo regime político. Lembrando que estes debates em busca de um imaginário nacional ocorreram em meio a um campo de tensões e conflitos, o que gerou concordâncias e discrepâncias, dentro desse conjunto de intelectuais.

Tendo em vista as questões destacadas anteriormente, nos deteremos, neste momento, à relação existente entre a produção historiográfica do período inicial do século XX e sua pretensão de criar uma nação republicana através da reconstrução da história do Brasil e seu ensinamento. Indicaremos, brevemente, algumas das diversas

⁵⁷HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: *IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS. Vestígios do passado, a história e suas fontes*, 2008. Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes - anais (recurso eletrônico), 2008.p. 5.

concepções a respeito da história nacional desenvolvidas no período da Primeira República, para que possamos vislumbrar a variedade de projetos de nação que se desenvolveram neste momento tão produtivo para historiografia nacional.

Para compreender melhor essa diversidade na produção intelectual utilizaremos os trabalhos de Lucia Lippi de Oliveira⁵⁸ que identificam alguns momentos significativos na luta entre perspectivas nacionais distintas. Um desses momentos apresenta duas visões diferentes: a primeira avaliava positivamente o passado colonial e imperial, acreditando no valor das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da influência da Igreja Católica. Já, a segunda, via a República como uma ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. Para esses republicanos, a nacionalidade seria o resultado da luta contra o passado e a organização de uma nova sociedade.

Outro ponto importante destacado pela autora é a presença da intelectualidade cientificista que, assentada sobre a desigualdade das raças, era extremamente pessimista em relação ao destino do país, já que a miscigenação era vista, por eles, como prejudicial, que, supostamente, comprometeu os alicerces do país.

Outra versão do pensamento nacional apresentada pela autora é a do ufanismo vigente nos primeiros anos do século XX, ufanismo este que, procurando solucionar o impasse imposto pelos pensadores cientificistas, acreditava que a nacionalidade deveria ser pensada como fruto das condições naturais da terra. Ainda segundo a autora, o ufanismo “pode ser visto como a construção simbólica de maior constância e penetração no pensamento social brasileiro da Primeira República”⁵⁹.

A autora acrescenta que, nos anos vinte, alguns movimentos intelectuais, com destaque para o modernismo paulista, fizeram com que o Rio de Janeiro perdesse sua posição de vanguarda em relação às propostas nacionalistas. Sendo assim, a nacionalidade, neste momento, passou a se identificar com outros modelos regionais que contribuíram para a definição do mosaico da cultura brasileira.

A partir dos pontos expostos acima podemos verificar que das transformações ocorridas a partir da instalação do regime Republicano nasceu o interesse em renovar certos aspectos da história nacional com a finalidade de edificar uma tradição republicana. Sendo assim, os estudos históricos sofreram novas propostas de remodelação apontando para diversas direções.

⁵⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵⁹ *Ibidem*, p.24

Em confluência com as novas preocupações republicanas, destacamos a questão referente à construção de uma História Pátria no Brasil e sua relação com dois outros processos: por um lado, a construção de um discurso republicano que formou fortes vínculos entre a ideia de República e a necessidade de se criar uma cultura cívico-patriótica que seria capaz de produzir novos cidadãos, e, por outro, o processo que relaciona esta cultura cívico-patriótica à reelaboração da escrita da história nacional.⁶⁰ Assim, segundo Gomes:

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, tanto em Portugal como no Brasil, assinalaram, juntamente com a emergência de um projeto político republicano, a conformação de um projeto cultural de teor cívico-patriótico que mobilizou parte importante da elite cultural dos dois países.⁶¹

No início de século XX, segundo Tania Regina de Luca, a disciplina história tinha o papel de cumprir a nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo, apontando um conjunto coerente de tradições a serem partilhadas por todos⁶².

Assim, entendemos que a partir da Proclamação da República a preocupação com o ensino da história ganhou maior visibilidade, gerando a noção de que a escola e o ensino deveriam cumprir a tarefa de denunciar os atrasos nacionais impostos pela monarquia, e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a nação, colocando o país nos trilhos do progresso e da civilização.⁶³

1.2 - História, educação e o despertar da consciência nacional

Entendemos que Manoel Bomfim, assim como muitos dos intelectuais de seu período, buscava encontrar as origens da nacionalidade brasileira, ou segundo suas palavras: a “verdadeira tradição nacional”, desejando identificar os males de um país considerado atrasado e incompleto quando comparado ao “mundo civilizado”. Assim, procurando entender o que deveria ser feito para que o Brasil pudesse ser incorporado às

⁶⁰ GOMES, 2012. p. 85.

⁶¹ GOMES, op. cit., p. 110.

⁶² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a Nação*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 86.

⁶³ GONTIJO, op. cit., p. 155.

comunidades das nações desenvolvidas, este autor, se debruçou sobre a escrita da história e sua função pedagógica.

Portanto, estando em convergência com os ideais de sua época, ou seja, preocupando-se com a tarefa de denunciar os atrasos nacionais impostos pela monarquia, Bomfim acreditava que a educação era de fundamental importância para o futuro do país, entendendo-a, até mesmo, como uma forma de “redenção nacional”⁶⁴, em que ela seria a solução para os problemas da nação. Segundo Bomfim:

Repete-se que a necessária regeneração tem de ser inicialmente uma obra de educação e formação do povo. Sem dúvida: é indispensável que a massa da nação brasileira suba a nível – mental e social, mediante sistemática educação. Mas, tanto só se realizará quando o povo for senhor dos seus destinos [...].⁶⁵

De tal modo, encarando a educação como forma de despertar na população o sentimento de pertencimento a uma tradição que possa transformar o país, Bomfim voltou-se para a história entendendo-a como provisão para apresentar essa tradição “verdadeiramente nacional” aos cidadãos, fornecendo, desta forma, uma educação cívica em a população poderia contribuir para o progresso do país.

A partir disso, acreditamos que em seu livro *O Brasil na História*, Bomfim voltou-se para a história e sua escrita com a intenção de realizar uma crítica à forma com que ela foi produzida e ensinada até então. Já que, segundo ele, a nação tem: “[...] o dever de cultivar e defender a tradição nacional, na fórmula prática de defender e depurar a história em que ela se contém e se sistematiza [...]”⁶⁶.

No decorrer do livro, Bomfim buscou evidenciar o que estava sendo feito de maneira equivocada e de que maneira deveria ser realizado, apontando uma espécie de roteiro que deveria ser seguido para a construção de uma história que coincidissem com o que, segundo sua visão e suas expectativas, deveria ser o futuro da nação brasileira.

No tópico a seguir apontaremos alguns dos principais conceitos utilizados por Bomfim em sua definição de história. Estes conceitos nos ajudarão a compreender

⁶⁴ Ver em: BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Campinas, SP: UNICAMP/Dep. de Sociologia, dissertação de mestrado, 1997.

⁶⁵ BOMFIM. 1996, p. 562. A respeito do debate acerca das soluções apresentadas por Bomfim possuírem um caráter reformista ou não, ver: BOTELHO, op. cit.; SILVA, José Maria de Oliveira. *Da educação à revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado em História Social, 199; Etc.

⁶⁶ BOMFIM, 1930. p. 42

melhor a importância e a função da história para este autor, para mais adiante compreendermos o modelo de escrita apontado por ele.

1.3– Os principais conceitos: a história como propulsora do agir humano

Para Bomfim, a história seria “um luxo perdido, inútil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, se não houvera a tradição, com sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação”⁶⁷. Portanto, a função da história, segundo o autor, é de fornecer o acesso à tradição que, por sua vez, orientaria uma marcha evolutiva rumo ao progresso social. Ou seja, a história agiria como um estimulante para a evolução social já que geraria confiança, um combustível necessário à ação.

A primeira noção importante para a compreensão das formulações a respeito da história produzidas por Bomfim é a sua construção da ideia de consciência. Segundo o autor, a consciência é fundamental para o progresso, já que é por meio dela que as energias características de cada povo se revelam, exaltando, dessa forma, as potencialidades, ou, como prefere Bomfim, os “dons naturais da nação”. Assim, o progresso não se faz no vazio: é necessário, para atingi-lo, o fortalecimento e a elevação das potencialidades de cada nação, ou seja, é necessário exaltar a tradição, ou ainda, despertar a consciência nacional, para que este estímulo gere ação e desenvolvimento. E como despertar essa consciência nacional senão por meio da história?

A história, dessa forma, tem a função de recapitular a experiência histórica na consciência dos indivíduos, tornando-a aparente e conseqüentemente servindo como um estímulo à ação. Segundo o sergipano esse “passado, que só existe como vida que se continua, deve continuar, tanto quanto se irradie das nossas consciências a tradição em que nos fizemos, pois que nos definimos como brasileiros”⁶⁸.

Para Bomfim, nenhuma ação se faz fora de um aspecto consciente e, deste modo, os interesses gerais da espécie como a moral, a justiça e a humanidade, por não serem interesses egoístas, tomam forma de ideias que se contrapõem aos interesses puramente individuais, mantendo-se, dessa forma, a predominância das necessidades de justiça e solidariedade, e assegurando, portanto o progresso essencialmente humano.

Sendo assim, todo o progresso mental e social tem de se fazer a partir do

⁶⁷ Ibidem, p.14.

⁶⁸ Ibidem, p. 26.

esforço e apuro dos valores da consciência definidos em suas respectivas tradições. Para ele:

[...] não há liberdade absoluta ou objetiva, pois que pertencemos ao determinismo universal dos fenômenos; mas, sentimo-nos subjetivamente livres, procedemos como se fôramos senhores absolutos dos nossos atos, e os modelamos explicitamente pelos valores morais, apresentando-nos dentro da humanidade, como responsáveis por eles. Como indivíduos, vamos no sentido de uma finalidade social, realizada no grupo a que pertencemos: é o progresso – político, moral econômico...incluído no programa nacional, e que é, finalmente, uma relação de causalidade, entre ações pessoais e fins comuns, progresso que é concretamente, a realização, cada vez mais ostensiva e completa, da tradição nacional em si mesma, como indicação das possibilidades nos conjuntos humanos.⁶⁹

Logo, para Bomfim, a orientação se faz por meio dos valores humanos como a moral e a justiça, valores estes que têm a função de guiar a humanidade rumo ao progresso. Estes valores prevaleceram pelo fato de não serem egoístas e, portanto, servirem a humanidade. A humanidade, entretanto, possui tais valores intrínsecos à sua existência e à seu agir, utilizando, desta forma a ética para validar, através da racionalização, suas posturas orientadoras.

Outra noção que se impõe como componente fundamental em suas formulações, como já pôde ser observado, é a ideia de tradição. Para o sergipano a tradição pode ser definida como:

[...] almas que se continuam através das idades; são os veios que traçam o viver da humanidade. Ou melhor, é a *trama viva* onde se tecem as consciências, para todos os efeitos da realização humana – moral, política, religião, arte, produção econômica...que tudo se faz como expressão patente de tradições.⁷⁰

Ou seja, para Bomfim, a tradição desempenha a função de edificar modelos que se teriam a intenção de serem capazes de assegurar a orientação necessária para a caminhada rumo ao progresso, servindo, desta forma, como uma consciência nacional.

⁶⁹ Ibidem, p. 25.

⁷⁰ Ibidem, p.18. (grifo nosso)

Antes de nos atermos ao uso da noção de progresso, devemos, ainda, destacar a definição de tradição como uma “trama viva”, que indica a propriedade de desenvolvimento constante desta noção. Para Bomfim:

[...] a fórmula – tradição nacional não será para nós um dique de estagnação, mas, nitidamente, fórmula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu. Lucidamente consciente não podemos realizar verdadeiro progresso humano, sempre caracterizado no apuro da própria tradição, senão conhecendo-a bem, para, *conscientemente*, desenvolvermos todos os esforços no sentido em que ela se orienta, pelo estímulo das energias que nela se revelam.⁷¹

Deste modo, nota-se que Bomfim não entende a tradição como uma ideia estanque - que não se altera através dos tempos – e, sim, enxerga-a como objeto de constante apuração e renovação através da consciência, trazendo assim, um caráter historicizante ao termo que, dessa maneira, pode ser melhor associado à ideia de progresso. Para ele, “[...] se pretende durar, cada povo deve concentrar as suas energias em torno da respectiva tradição, e defendê-la, como a própria vida: porque a tradição, por ser a expressão de vida, é evoluível, compatível com as necessárias transformações”⁷².

Sendo assim, entendendo-a como um termo historicizado, o médico propõe uma revisão da tradição declarando que a nação teria:

[...] o dever de cultivar e defender a tradição nacional, na fórmula prática de defender e depurar a história em que ela se contém e se sistematiza. Toda nação tem o seu caráter, cuja expressão formal se encontra na respectiva história, registro de experiências e de motivos de confiança... Só aí podemos achar o que nos explique o presente, e as virtualidades discerníveis do futuro.⁷³

Bomfim afirma, deste modo, uma necessidade de revisão da historiografia vigente, com a pretensão de ser fiel à tradição nacional e ao novo “espaço de

⁷¹ Ibidem, p. 12. (grifo do autor)

⁷² Ibidem, p. 242.

⁷³ Ibidem, p.25.

experiências” presente, afim de que se possa criar um futuro adequado ao “horizonte de expectativas” contemporâneo.

Como já pôde ser notado, outra noção que opera diretamente na definição de história do autor é a noção de progresso. O progresso é, segundo Koselleck, o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em uma única noção, a diferença temporal entre experiência e expectativa, tornando-se o fio condutor do historiador que se orienta para o futuro.

Manoel Bomfim entende o progresso por evolução, segundo ele: “[...] Evolução, em linguagem subjetiva – para os fatos humanos, é progresso”⁷⁴. Já que:

Na realidade objetiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor*, nem *pior* – Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar nossos esforços agimos como se houvera, de fato, progresso, e conduzimos a ação para aquilo que, no subjetivo da espécie consideramos como melhor.⁷⁵

Ou seja, neste sentido, progresso é entendido como uma marcha evolutiva que, por motivos relacionados à sua fundamentação em valores humanos baseados na ética, ou melhor, nas questões relacionadas ao devir humano, tende a caminhar para o melhor, porém isto não se ocorre, necessariamente, desta maneira.

O “horizonte de expectativa” de Bomfim pode ser visto como extremamente otimista, entendendo que o “espaço de experiência” deve ser utilizado como um motor que, através de sua propulsão, leva a humanidade rumo a um futuro que tem tendência a melhorar. Além disso, acompanhado de sua ideia de progresso Bomfim parece considerar a história como uma sucessão de tempos passados que se diferenciam entre si. Segundo ele, é a partir das diferenças verificadas e apreciadas que surge a ideia de progresso, mas adverte:

[...] Não esqueçamos que antes de poder analisar evoluções e mutações, devemos ter, bem explícita no espírito, a compreensão de estados. Começamos a filosofar como se a natureza e o universo fossem aspectos estáticos definitivos. Só então, é possível reconhecer uma evolução, que já não é somente apreciar de um estado, senão o verificar – a transformação de uns estados em outros. Assim, a longa

⁷⁴ Ibidem, p. 21.

⁷⁵ Ibidem, p. 24-25. (grifo do autor)

sucessão de formas e de estados derivados toma o valor de um fato próprio: é a evolução.⁷⁶

Portanto, a evolução só pode se concretizar a partir da diferenciação de um período para o outro que, por sua vez, se realiza na busca por mudança e modernização.

Como já foi enfatizado, para Bomfim, o progresso não se faz no vazio e daí vem a necessidade de se buscar fatos que deem destaque à tradição, para que as consciências mergulhem nela e a incorporem, dando-lhe vida através da ação. Assim se justifica o quão fundamental é a história para esse autor, pois, se por um lado, quando escrita corretamente, sem deturpações, ela dá o estímulo necessário para a evolução e modernização da nação, por outro, quando alterada, falsificada, gera um sentimento de inferioridade que impede o progresso.

Com as observações realizadas podemos notar certa distinção, realizada pelo autor, entre o que se entende por uma história em si, dotada de sentido e progresso, e a história narrada, que pode ou não fazer jus à história em si, dependendo de quem a escreve.

Destarte, segundo o médico sergipano, para que a história nacional caminhe rumo à modernização e ao progresso temos que depurar a tradição, expurgando a história da nação para livrá-la dos “influxos deturpadores”, inconvenientes, estranhos e às vezes hostis ao nosso passado, já que:

Somos uma pátria. Compreende-se bem o empenho de definir-lhe a tradição genuína, e acentuá-la e cultivá-la, fazendo para isso intransigente defesa de sua história. Representamos essa história, em todas as formas do passado que devem subsistir. Atestamo-lo em nossa própria vida.⁷⁷

Bomfim atribui à história a força residente no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, entendendo-a como um poder que impulsiona. Esta conclusão nos sugere que, para o autor, o que encontramos na história não são instruções sobre o que se deve fazer em determinada situação, ou seja, exemplos, mas sim, motivação e inspiração que contribuem para a ação, impulsionando, desta forma, o progresso.

A partir das análises expostas até aqui, entende-se que Bomfim, ao preocupar-se com a história, tenta atribuir sentido a ela, entendendo-a como um todo que caminha

⁷⁶ Ibidem, p. 22.

⁷⁷ Ibidem, p. 25 e 26.

rumo à evolução e entendendo o passado como um campo de experiências voltado para o futuro.

1.4 - Apontamentos para uma escrita da história nacional

Neste tópico demonstraremos que, Bomfim, por meio de sua crítica à história nacional, concretizada em *O Brasil na História*, forneceu ao historiador de seu tempo uma série de indicações de como deveria ser escrita a história do Brasil.

Estas orientações podem ser percebidas tanto nos elogios feitos a certos historiadores, quanto nas críticas destinadas a outros, indicando, desta forma, o que deveria e o que não deveria ser realizado para efetivação de uma história “verdadeiramente nacional”.

Devemos destacar que, como apontou Rebeca Gontijo: “[...] a reflexão de Manoel Bomfim não se apresenta como uma teoria da história ou como um projeto historiográfico organizado em torno de proposições metodológicas sistematizadas [...]”⁷⁸. No entanto, podemos encontrar, em seu texto, vestígios a respeito de uma escrita da história almejada por ele, não um manual com métodos sistematizados, mas sim apontamentos que indicam quais seriam alguns dos caminhos necessários para a concretização desta história.

Em sua crítica, Bomfim aponta equívocos na escrita da história e propõe soluções. Neste caminho, ele se ocupou em apontar o que considerou as razões da deturpação da história do Brasil. Segundo Gontijo, para Bomfim, a História do Brasil teria sido “deturpada” devido à uma causa externa, denominada por ele como “deficiência de critério histórico” causada pela influência francesa, e uma série de causas internas que podem ser sintetizadas por três procedimentos: 1) a negação ou camuflagem de interesses; 2) a “perversão das fontes; 3) a redução da história a enunciação de fatos e listagem de nomes⁷⁹.

Após apontadas estas questões, buscaremos, nos próximos tópicos, a partir das críticas do autor, evidenciar o modelo de história desejado por este pensador, apontando, a princípio, sua relação com métodos e procedimentos científicos do período. Destacaremos ainda, a partir de suas leituras de autores nacionais e

⁷⁸ GONTIJO, op. cit. p. 12.

⁷⁹ Ibidem, p. 118.

estrangeiros, vestígios de ideias de história e, por fim, através de sua eleição de temas a serem tratados, poderemos verificar que passado Bomfim deseja privilegiar.

1.4.1– Métodos e procedimentos

Temos como objetivo, a seguir, através da análise da operação de escrita realizada por Manoel Bomfim, destacar como este autor compreendia os métodos históricos em voga no período – se considerava necessária ou não sua utilização – principalmente no que diz respeito aos procedimentos técnicos do uso dos documentos, mais especificamente, em dois pontos: a crítica documental e a busca por uma abordagem imparcial que a história científica exigia destes pensadores. Para isso, nos ateremos à análise dessas duas questões na obra estudada. Buscaremos verificar o quanto Bomfim considerava, e, se considerava, os métodos históricos fundamentais para uma escrita, ou seja, sua adesão ou não a eles.

O método científico da história foi desenvolvido a partir segunda metade do século XIX, quando os historiadores alemães e, posteriormente, os franceses, ofereceram a seus pares e aos seus alunos manuais que guiavam a utilização correta do método histórico. Em 1867, Johann Gustav Droysen (1808-1884) publica o seu *Grundriss der Historik* e, mais tarde, em 1898 é a vez dos franceses Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) publicarem sua famosa *Introdução aos Estudos Históricos*.⁸⁰

Langlois e Seignobos distinguiram quatro fases do trabalho do historiador. Apontam como primeiro passo a reunião de documentos através da heurística⁸¹, o segundo refere-se à necessidade de tratar os documentos através de uma série de operações críticas – crítica de autenticidade, de restituição, de proveniência, de interpretação e de credibilidade. Logo após isso, chegamos à fase da separação dos fatos: dos documentos incontestáveis o historiador extrai os fatos relevantes por meio de simples observações. Após a separação dos fatos resta organizá-los em um “corpo de ciência” por meio da “construção histórica”. Para isso o historiador estabelece relações

⁸⁰CARBONELL, Charles-Olivier. O século da história. In : _____. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, s/d (1981), p. 104-105.

⁸¹ Heurística é o nome atribuído à arte da pesquisa. Segundo Marrou, “O grande historiador não será apenas aquele que melhor souber propor os problemas, mas que, ao mesmo tempo, melhor souber elaborar um programa prático de pesquisas capazes de fazer surgir os mais numerosos, mais seguros e mais reveladores documentos”. Ver em : MARROU, H. I. *De La connaissance historique*. Paris, 1954, p. 73. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 162-163.

entre os fatos sob a forma de um relato impessoal, evitando o estilo romântico que pretendia dar ao leitor a impressão do vivido.⁸²

Como já vimos, em suas análises Manoel Bomfim não se debruçou sobre a formulação de um método científico, deixando de lado a formulação dos manuais que poderiam elevá-lo à alcunha de historiador.

Contrariamente a isso, ao se apropriar⁸³ do pensamento do historiador alemão Theodor Mommsen⁸⁴, que afirmou que não é a razão, mas sim, a paixão, que faz a história, Bomfim refletiu a respeito da exigência de uma neutralidade científica e do lugar dos interesses e das paixões. Ele acreditava ser impossível a construção de uma história objetiva, já que, tudo se faz através do julgamento de valores morais, contidos em uma tradição que inspira desta forma: os pensamentos. Portanto, para ele:

Pretender, no caso, o efetivo objetivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a deisar fora de qualquer horizonte. Não: o historiador, a definir valores, há de ficar no ponto de vista humano, na refração da tradição a que pertence.⁸⁵

Com isso, podemos notar que Bomfim não acreditava que a história poderia ser feita com o objetivismo pretendido por historiadores que se baseavam em critérios científicos, como João Capistrano de Abreu (1853-1908)⁸⁶ e outros de seu período. Para ele, este objetivismo contribuiu para a deturpação da história nacional, já que os historiadores republicanos, por exemplo, se impuseram como imparciais em seus conceitos a respeito do regime anterior, e acabaram por propagar opiniões já consagradas por um regime que atendia às necessidades dos braganças em detrimento das nacionais. Sendo assim, a paixão era necessária e deveria ser assumida na hora de

⁸² CARBONELL, 1981. p. 105.

⁸³ Entendemos que, em sua leitura, como em qualquer uma, Bomfim se apropriou, inventou e produziu significados, o que nos indica que o texto pode não ter o sentido que lhe atribuiu seu autor, editores ou comentadores. Ver: CHARTIER, Roger. O leitor: entre limitações e liberdades. In: _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998 [1997].

⁸⁴ Christian Matthias Theodor Mommsen nasceu em Garding, uma pequena cidade do norte da Alemanha. Ingressou na Universidade de Kiel onde fez o curso de direito, e, mais tarde, se interessou pela Antiguidade clássica, se especializando em direito e mais tarde na história romana. Considerado como um dos mais preeminentes historiadores alemães dedicados à história Antiga, no século XIX, seu trabalho mais conhecido é a *Histoire romaine*, publicado entre 1854. O autor recebeu o Nobel de Literatura em 1902.

⁸⁵ BOMFIM, 1930. p.41.

⁸⁶ OLIVEIRA, Maria da Gloria. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS. Porto Alegre, 2006. As formulações de Manoel Bomfim a respeito deste autor serão analisadas mais a frente neste capítulo.

se escrever a história de nosso país, assim, cada historiador faria a história baseado em critérios particulares eminentes de suas respectivas tradições nacionais:

Infelizmente, a história nos responde, já o vimos, no critério de quem a faz, pois que, de fato cada grupo vê e compreende a civilização de si para si, e deturpa os apreços gerais, como nas consciências se deturpa a nação do próprio valor pessoal [...] o fato não teria maior importância, si não fora a circunstância – de que a deturpação se faz para proveito dos que já tem grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados.⁸⁷

Bomfim vê, portanto, a história como um campo onde se travam combates que resultam na vitória de tradições em detrimento de outras. Por isso, acredita que cabe a cada povo defender a própria história e assim, citando Vicente Blanco Ibañez (1867-1928): “La historia es una mentira...”⁸⁸, Thomas Carlyle (1795-1881): “ No fundo, não há história verdadeira...”⁸⁹ e Karl Kautsky (1854-1938): “ A falsidade da história é tão velha como a própria história”⁹⁰, Bomfim incide no problema do relativismo do saber histórico. Já que cada nação faz a sua história a sua maneira, não há como existir uma história única e verdadeira. Melhor dizendo, não existe, desta forma, verdades válidas para todos, mas, sim, verdades relativas, o relativismo.

As opiniões de Bomfim corroboraram com o pensamento dos três autores citados por ele, o que nos induz a crer que o sergipano não acreditava na existência de

⁸⁷ BOMFIM, op. cit., p. 41.

⁸⁸ Vicente Blasco Ibañez foi um escritor espanhol. Teve certa atividade política, aderindo ao republicanismo federalista. Desenvolveu uma intensa atividade como jornalista e orador, destacando-se, na sua juventude, como agitador democrático e anticlerical. A sua obra novelística, refletindo as realidades da Espanha, utilizava recursos próprios do naturalismo de Zola. Os seus romances mais conhecidos são *Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse*, *A Catedral* e *Areias Sangrentas*. (sua obra citada por Bomfim é *La Catedral* de 1903)

⁸⁹ Thomas Carlyle foi um escritor, historiador e ensaísta britânico nascido em Ecclefechan, Dumfries and Galloway, Escócia, que formulou, em sua vasta obra, uma concepção da história como produto da vontade divina, que se expressa na vida dos chamados grandes homens, a partir de suas profundas convicções religiosas, seu conservadorismo e concepções idealistas. Após ler *De l'Allemagne* de *Madame de Staël*, dedicou-se à literatura e ao pensamento alemães e iniciou na literatura traduzindo autores como *Goethe*, *Hoffmann* e *Schiller*, fazendo-se arauto do germanismo na Inglaterra. Seu livro de maior êxito popular foi *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* (1841). Publicou uma gigantesca biografia (1858-1865) de outro de seus heróis, *Frederico o Grande*, da Prússia. Escreveu também uma biografia *de Dante Alighieri* (1865). Foi, ainda, reitor da Universidade de Edimburgo, escreveu para a *Edinburgh Encyclopaedia* e morreu em Londres. (Bomfim cita o livro intitulado *Cromwell's Letters and Speeches* de 1845).

⁹⁰ Karl Kautsky foi um pensador socialista alemão e um dos principais teóricos da II Internacional (1889-1914). Fundou a revista *O Tempo Novo*, órgão oficial do Partido Socialista Alemão e criou o Partido Social-Democrata Independente (1917). Escreveu *Revolução social* (1903), *O caminho do poder* (1907), entre outros. (o livro deste autor citado por Bomfim é *Terrorismo y Comunismo* de 1919).

uma história única e verdadeira. Logo, Bomfim parece acreditar que a verdade absoluta, total, está fora de alcance, e, essas ideias ameaçam a possibilidade de uma ciência histórica.

Ademais, Bomfim pôs em xeque a história universal afirmando que sua premissa de que cada povo escreve a sua história para si é verdadeira, ou então, bastaria justapor as histórias nacionais e teríamos a “total historificação [sic] dos povos”, porém isso não ocorre, visto que:

[...] quem assim procedesse, só obteria uma soma, contradizendo-se dentro de si mesma; uma verdadeira monstruosidade, visto que as histórias parciais não se completam, nem coincidem – nos limites de umas com as outras. Então, nos povos de grande prestígio intelectual e político, para a afirmação e consagração do mesmo prestígio, compõe-se uma *história geral* como complemento da nacional, isto é, cuja *generalização* se distribui especialmente para formar o fundo onde se destaquem os feitos em que se engrandece aquela a que ela vem servir, feitos cuja glória é, necessariamente, sombra para os outros povos.⁹¹

Para Bomfim, cada povo, além de escrever a sua história inspirado pela tradição local, quando se propõe a realizar uma história geral, também a faz sob influência dela, sendo assim, após “[...] verificadas as condições em que se faz a história universal, cabe a cada povo defender a própria história, num esforço que deve ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadas [...]”⁹². Desta forma, Bomfim advogou a favor da defesa da história nacional que deveria ser feita com vivacidade e intransigência sendo, no entanto, indispensável que fosse registrado “sinceramente a verdade”⁹³.

Bomfim, entretanto, declarou que “a história é uma mentira”, que a “objetividade é um ideal impossível” e que a “paixão é a motivadora da história e não a razão”, não podendo, desta forma, exigir dos seus pares que registrem uma verdade incontestável. Portanto, uma questão se estabeleceu: a que se referia Bomfim ao reivindicar o empenho em se registrar “sinceramente a verdade”?

Para este pensador, a verdade parece estar “[...] condensada nos feitos expressivos e característicos da mesma tradição”, se identificando, desta forma, com uma verdade ligada à questão interpretativa, e esta, por sua vez, estaria condicionada

⁹¹ BOMFIM, op. cit. p. 39. (grifo do autor)

⁹² Ibidem, p. 42.

⁹³ Ibidem, p. 37.

pela tradição. A verdade que Bomfim se refere deve, portanto, estar atrelada às necessidades da nação, à sua tradição. Assim, para ele, a história deve ser: “[...] sincera, purificada, viva, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional, o qual participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns”⁹⁴.

A partir disso, mais uma pergunta se impõe: diante dessa definição de verdade, como Bomfim via os usos documentais? Percebemos que o sergipano não se debruçava sobre os pressupostos teóricos de sua escrita, mas, apesar disso, podemos, através de alguns indícios, notar a importância que ele atribui à utilização dos documentos.

Estes indícios aparecem de forma dispersa no corpo do texto. Para melhor ilustrá-los, apontaremos a seguir algumas frases que podem nos fornecer a dimensão de sua compreensão a respeito dos usos documentais.

Observamos que Bomfim utiliza frases e expressões como a “[...] verdade dos fatos consagra [...]”, “Estas páginas [...] ocorrem, aqui, como documentação, explicação, comentário [...]”, “Resta-nos mostrar, documentalmente [...]”⁹⁵. Estas citações corroboram a hipótese de que Bomfim se apropriou dos métodos modernos da escrita da história, sem, no entanto, se atrelar totalmente a eles, visto sua forte crítica à imparcialidade. Sendo assim, ao utilizar diversas fontes como cartas, revistas, testemunhos de viajantes, documentos oficiais e livros, ele ainda demonstra erudição, uma característica relevante a esse método.

Outra questão importante é a de que, no anseio de comprovar suas hipóteses a respeito da falta de critério dos franceses ao escrever sobre o Brasil, Bomfim examina alguns dos escritos franceses, interrogando-os, e sentencia:

[...] tratando do que não é a França, eles são registros de inexatidões. Capacidade de crítica, esse mesmo *sens de la mesure*, de que tanto se ufanam, a própria lucidez de lógica...tudo os abandona, no desamparo em que se sentem, quando se vêm entre gentes e coisas exóticas.⁹⁶

Para Bomfim, o rigor científico tão aclamado pelos franceses é deixado de lado quando se trata de um país estranho a eles.

⁹⁴ Ibidem, p. 38.

⁹⁵ BOMFIM, 1930, passim.

⁹⁶ Ibidem, p. 56.

Contudo, quando refletimos de forma geral a respeito dessas técnicas concernentes ao uso dos documentos, realizadas por Bomfim, observamos que em *O Brasil na História*, o pensador pouco se utiliza, do que se entendia no período, por fontes primárias, fazendo algumas poucas referências às cartas e documentos oficiais e, no entanto, se dedicando à utilização e crítica de textos que se empenhavam na escrita da história.

Sendo assim, notamos que em seu trabalho de escrita, Bomfim, apesar de estar preocupado com os usos das fontes, não se empenhou em realizar uma pesquisa arquivística, demonstrando sua falta de preocupação com a busca por novas fontes de pesquisa, ação esta, bastante valorizada pela historiografia oficial do período.

Ao falar dos usos documentais empreendidos pelos historiadores que escreveram a história nacional – textos analisados por ele – Bomfim afirma ter ocorrido uma perversão das fontes nas quais esta história estaria baseada, contribuindo, portanto, para deturpação da história e da tradição nacional, tornando, desta forma, indispensável a revisão das mesmas.⁹⁷ Esta perversão ocorreu, pois apesar de se autodenominarem imparciais, estes historiadores estavam ligados à uma historiografia oficial que, por sua vez, como o nome já diz, estava ligada ao governo e, portanto, a um projeto político.

Para um esboço de conclusão devemos levantar algumas questões. Ressaltamos que Bomfim parece não se preocupar com as exigências metodológicas reivindicadas por uma história que ambiciona ser científica, apesar de evidenciar seu cuidado em utilizar documentações, como provas, em alguns momentos, demonstrando, com isso, realizar uma apropriação método histórico.

Essas preocupações, ou a falta delas, podem ser relacionadas à proposição de que Bomfim nunca fez questão de pertencer ao mundo dos historiadores. Outro ponto que corrobora com esta hipótese, demonstrando seu desinteresse, é o fato dele ter se recusado a fazer parte de instituições como o IHGB e a ABL (Academia Brasileira de Letras) consideradas legitimadoras do meio intelectual no período.

Ao se negar a aderir às instituições e às regras de uma história científica, Bomfim parece se afastar do lugar de onde falam certos historiadores renomados e reconhecidos como representantes de uma história nacional no período e, no entanto, aparenta se inserir em outro lugar de fala em que, entre outras características, a verdade

⁹⁷ Ibidem, p.70.

histórica era determinada pela paixão e pela sinceridade⁹⁸ destinadas à pátria e não pela objetividade que contribuía para a deturpação da história nacional.

Com isso, entendemos que Bomfim não estava interessado em cumprir as regras ditadas pelos lugares de legitimação da história, mas, em contrapartida, se preocupava com a produção de uma história que assumisse seu nacionalismo claramente e que buscasse em sua escrita evidenciar uma tradição específica que pudesse exaltar o Brasil como nação. Para isso, assumir a paixão e deixar de lado o suposto objetivismo que buscavam os historiadores oficiais era fundamental: já que cada tradição faz a sua história a partir de seu ponto de vista, a historiografia brasileira deveria assumir o ponto de vista de sua legítima tradição e defendê-lo com ardor.

Refletindo a respeito das instruções fornecidas por Bomfim para a escrita da história, outros questionamentos se tornaram-se necessários: qual o papel das ideias estrangeiras na produção historiográfica nacional? Estas ideias devem ser seguidas? Se sim, quais? A seguir, buscaremos através da análise das leituras realizadas por nosso autor, responder as questões colocadas acima.

1.4.2 – A influência de ideias estrangeiras na escrita da história nacional: o que seguir?

Na sequência pretendemos realizar uma análise das leituras⁹⁹ empreendidas pelo autor objeto de nossa pesquisa, focando nas ideias estrangeiras que influenciaram grande parte da historiografia mundial e, por consequência, também a do Brasil. Com esta análise, almeja-se compreender quais ideias Bomfim considerava viáveis para a produção da historiografia brasileira e quais deveriam ser descartadas. A partir disso, poderemos ter uma noção mais evidente da história nacional almejada por ele e, com ela, de suas instruções para a produção da história.

Destacaremos aqui os autores lidos por Bomfim, buscando abarcar as escolhas realizadas para a composição da obra, o que pode evidenciar sua aproximação ou afastamento em relação aos modelos de escrita da história.

⁹⁸ Para esta discussão ver: TURIN, 2009, p.12-28.

⁹⁹ As reflexões a respeito da leitura foram orientadas pelas ideias de CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, especialmente a introdução, p.13 a 28 e o capítulo IV, “Textos, impressos, leituras” [1986]

Lembramos que entendemos as referências feitas por Bomfim como indícios de apropriação¹⁰⁰, desta forma, não consideramos a leitura de um texto como simples transferência de ideias, o que significa que Bomfim pôde não partilhar das visões empreendidas pelos autores que leu, se apropriando, portanto, de suas ideias de um modo criador.

A princípio, nos deteremos às adesões de Manoel Bomfim, ou seja, às noções consideradas por ele úteis à escrita da história nacional. Desta forma, a avaliação positiva do autor em relação ao pensamento alemão tornou-se evidente logo no primeiro capítulo do livro, quando o autor, ao traçar o caminho da evolução social humana, atribuiu aos alemães o papel de adaptadores do espírito romano à vida moderna, concluindo que:

Ontem, orgulhosos da grandeza feita na política prussiana, hoje abatidos em poder militar, os Alemães reconheceram que a sua verdadeira obra de progresso e o respectivo valor humano, estão na atividade social e inteligente expressa na vida da *Hansa* e no pensamento desses, que desde Leibniz a Goethe, foram legítimos criadores, na formação do espírito humano.¹⁰¹

Ao tecer um elogio ao pensamento alemão, citando autores como Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716)¹⁰² e Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832)¹⁰³, Bomfim, evidenciou uma certa ligação com o pensamento historicista¹⁰⁴, já que

¹⁰⁰ A noção de apropriação permite pensar as diferenças na divisão, pois postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção. Sendo assim, o ato da leitura não poderia ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. In: CHARTIER, op. cit., p. 136.

¹⁰¹ BOMFIM, op. cit., p.47 e 48.

¹⁰² Gottfried Wilhelm Leibniz nasceu em 1646, em Leipzig, Alemanha. Foi filósofo, matemático e erudito. Foi o mais erudito dos filósofos modernos, com uma obra que contém contribuições para a matemática, a jurisprudência e a história, assim como para a filosofia. Correspondeu-se com todos os grandes sábios de sua época e foi o fundador da Academia de Berlim. BLACKBURN, 1997, p.221.

¹⁰³ Johann Wolfgang Von Goethe nasceu na Alemanha no ano de 1749. Literato e filósofo que influenciou Schiller e Shelling e sua obra sofreu a influência do panteísmo de Espinosa, do pampsiquismo de Leibniz e da filosofia moral de Kant. BLACKBURN, op. cit., p.170-171.

¹⁰⁴ Entendemos que a definição do conceito de historicismo é bastante complexa, problemática e está longe de entrar em consenso. Não sendo, portanto, a intenção desta dissertação entrar em tal discussão, que se apresenta em constante aperfeiçoamento, sempre indicando novas interpretações que enriquecem o debate. Para acompanhar esta discussão no Brasil, ver: BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*, volume II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2011; FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de Teoria da História e Historiografia*. Volume I - Teoria da História. São Paulo: HUCITEC, 2011; VARELLA, Flávia et al. *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.p.15; Entre outros. Nesta dissertação, buscaremos trabalhar com um aspecto específico do historicismo, o "historicismo romântico" desenvolvido por José Carlos Reis em: REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003, p. 15.

Leibniz teria sido um dos precursores deste pensamento, através do desenvolvimento de sua formulação da ideia de *mônada*¹⁰⁵. Já Goethe, entusiasmado pela obra de Leibniz, esteve inserido em uma fase do historicismo conhecida como “historicismo romântico”¹⁰⁶.

Na Alemanha, no início do século XIX, teve origem um movimento com inspiração leibniziana e embasado por ideias românticas. Este movimento ficou conhecido como *Sturm Und Drang* (*tempestade e impulso, ou ansiedade*)¹⁰⁷ e levou a ruptura radical com o racionalismo iluminista.

Autores como Goethe, Herder (1744-1803) e Schiller (1759-1805)¹⁰⁸ defendiam posições francamente irracionalistas. A partir dessas ideias nasceu o “historicismo romântico”, que apresentava características ao mesmo tempo vitalistas e espiritualistas.

A formulação irracionalista do historicismo romântico apresentava a mistura de uma linguagem biológica com a linguagem metafísica, chamada de “histórica”, valorizava a vida individual, que era descrita, por um lado, como impulso, instinto, vigor e, por outro, como criatividade, liberdade e historicidade.

Esse tipo específico de historicismo justificava o direito individual e concreto dos indivíduos contra os direitos do homem universal. De tal modo, para os autores vinculados a esse movimento, “racional” é o que tem “vida histórica” e o indivíduo só pode ser feliz quando se sente reconhecido em seu mundo histórico. A história, deste modo, é vista como um todo móvel e diverso, uma corrente de vida onde o indivíduo desenvolve sua vitalidade, onde o indivíduo aparece ligado ao todo, sem se fundir.

Assim, o processo da vida é visto como essencial e não final. A história não é atraída pelo fim, mas cresce a partir da raiz. Dessa forma, o “historicismo romântico” falava da vida cotidiana com simpatia, vida estruturada pelo dia-a-dia, pela tradição, com a respiração quase vegetal. Nas palavras de Goethe, o iluminismo e o historicismo se opunham, já que o iluminismo buscava mais o humano no histórico e o historicismo se interessava mais pelo histórico no humano.¹⁰⁹

¹⁰⁵ É importante lembrar que a palavra “mônada” significa unidade. Segundo Leibniz, as mônadas são as verdadeiras unidades e por isso as únicas substâncias verdadeiras. Os fundamentos de sua doutrina encontram-se na tese segundo a qual as relações têm de ser explicadas em última instância pela natureza categorial, não relacional, das coisas. BLACKBURN, op. cit., p. 254.

¹⁰⁶ REIS, op. cit., p. 15.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 14; Segundo José Carlos Reis a associação entre o movimento romântico, sturmunddrang e Leibniz foi sugerida por Cassier; In: CASSIER, E. *La Philosophie des Lumières*. Paris: Fayard, 1932.

¹⁰⁸ Schiller é apontado como integrante do movimento romântico Sturm und Drang por VOLOUBEF, Karin. *Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2000, p.26-27.

¹⁰⁹ REIS, op. cit., p. 15.

Dito isto, acreditamos que a visão de Manoel Bomfim sobre a história pode conter traços de suas leituras a respeito destes autores entendidos aqui como “historicistas românticos”. Destes traços podemos destacar a importância dada à particularidade e à individualidade que em sua leitura foi destinada à nação, além da relevância dedicada ao reconhecimento do indivíduo em seu mundo histórico e à importância da tradição.

Outro autor alemão utilizado por Bomfim na construção de seu texto é o pensador alemão anteriormente citado, Theodor Mommsen. O sergipano via em Mommsen um sábio, “um historiador de verdade” e o utilizou em diversas passagens do livro.

Em sua obra Mommsen utiliza um método rigoroso de pesquisa racionalmente fundamentada e concomitantemente, mesclando uma perspectiva histórica e contemporânea, apresenta uma escrita distintivamente engajada.¹¹⁰ Este pensador se tornou famoso por seus estudos a respeito da antiguidade, e seu livro mais famoso é a *História de Roma*, obra que versa sobre história e política de Roma de seus primórdios até a vitória de Júlio César sobre os seguidores de Pompeu, na batalha de *Tapso*. Nessa obra, Mommsen lida com os fatores jurídicos, culturais, econômicos e literários para tratar da constituição, da religião, da agricultura, da arte e da educação, ou para traçar perfis extraordinários dos autores latinos e de suas obras.¹¹¹

Segundo Estevão de Rezende Martins, apesar de não se debruçar sistematicamente sobre os pressupostos teóricos do seu fazer científico, Mommsen confiava plenamente na pesquisa abrangente das fontes e considerava que o método histórico-crítico era o mais adequado para lidar com projetos de grande envergadura, como o de recuperar todo o legado da antiguidade. Assim, Mommsen pratica diretamente as operações altamente sofisticadas de crítica das fontes e de sua hermenêutica. Sua ciência da antiguidade, que foi institucionalizada nas universidades e academias, é marcada pela crença no progresso e pelo otimismo científico.¹¹²

Para Mommsen, ciência e política são inseparáveis, e, para o autor, o pior de todos os erros quando alguém “se dispa da vestimenta do cidadão a fim de não comprometer a toga do intelectual”¹¹³. Em *História de Roma*, Mommsen mescla a

¹¹⁰ MARTINS, Estevão de Rezende. Theodor Mommsen (1817-1903). In: _____. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.p. 106.

¹¹¹ Ibidem, p.105.

¹¹² Ibidem, p.107.

¹¹³ MOMMSEN, 1905 apud MARTINS, 2010, p. 107.

perspectiva histórica e a contemporânea, transferindo as polêmicas de sua época para o Senado romano, de modo com que o público culto se reconheça na velha Roma. Assim, esta obra de Mommsen tornou-se um grande exemplo de historiografia engajada.¹¹⁴

É exatamente este aspecto de engajamento de Mommsen que parece ter agradado Bomfim, pois ao fazer referência à sua crença de que “não é a razão; é a paixão que faz a história, por que é a paixão que trabalha pelo futuro”¹¹⁵, nosso autor, parece destacar a necessária noção de engajamento, que é entendida por ele como a defensora da história nacional.

Para Bomfim, com a história vêm os sentimentos dominantes e fecundos, e isto não prejudica sua função essencial, e, sim, beneficia-a, já que o sentimento é o “próprio estímulo na consciência”. Para o sergipano, a fala de Mommsen contribuiu para o entendimento do progresso humano, já que as novas necessidades, refletidas na consciência através da paixão, geram desenvolvimento. Portanto, como dissemos, a paixão é tida como uma propulsora da vontade que seria capaz de guiar os interesses.¹¹⁶

Contudo, compreendemos que nosso autor se aproxima de algumas noções fornecidas por determinados autores do pensamento alemão. Estas ideias (lembrando sempre que Bomfim faz uma apropriação das mesmas) contribuíram para a formulação de uma história baseada na particularidade de cada nação, em suas tradições, e na necessidade de se assumir um ponto de vista e defendê-lo, ou seja, de ser engajado.

Após esta observação a respeito da relação entre Manoel Bomfim e o pensamento alemão, nos voltaremos para sua relação com as ideias francesas. Ao se referir aos franceses Bomfim não é tão elogioso quanto com os alemães, para ele:

Os Franceses, que tão dificilmente subiram para a liberdade, e tão tardiamente se incorporaram a obra de socialização do planeta, perturbaram-nos sempre, com a facilidade de suas generalizações quando vem dar nos como decisivos para o total do mundo, os seus demorados progressos sociais e políticos.¹¹⁷

Segundo Bomfim, algumas ideias nos doutrinaram, já que estávamos “desamparados mentalmente”. Na degradação em que se encontrava Portugal, víamos

¹¹⁴ MARTINS, op. cit. p. 106.

¹¹⁵ MOMMSEN apud BOMFIM, 1930, p.38.

¹¹⁶ GONTIJO, op. cit., p. 95.

¹¹⁷ BOMFIM, 1930, p.48.

tudo pelos olhos dos críticos franceses e julgávamos da mesma forma que seus pensadores. Sendo assim:

Entregamo-nos a orientação do espírito Francês, rendidos à qualidade sensível dos seus processos, e fomos, decididamente, caudatários trôpegos, sem dúvida, mas exaltados e convertidos. Tivemos, ali, os nossos grandes mestres, com a vantagem de uma assimilação pronta, e as desvantagens de uma necessária distorção dos nossos julgamentos, sem maiores fundamentos em observação própria, produzindo-se, com isto, uma forçada deturpação de nossa história, pois que a orientávamos, e julgávamos dela, com um critério de empréstimo, já de si insuficiente, sem o influxo daquilo que é nossa tradição efetiva. Grande parte dos conceitos em que consagramos heróis e feitos são reflexos imediatos, modelagens passivas, de ideias francesas. Contamos e escolhemos como eles próprios o fariam.

118

Dessa forma, Bomfim iniciou sua dura crítica à historiografia brasileira, destacando que essa influência de ideias estrangeiras, principalmente francesas, não atendia à realidade nacional e, por isso, causaram a deturpação de nossa história.

Para Bomfim, um exemplo para se comprovar a utilização do critério francês para julgar nossa história é o prestígio que aqui alcançou o positivismo. Esta corrente contribuiu para distorcer valores no decorrer da nossa história.

O positivismo de Auguste Comte (1798-1857) ¹¹⁹ tentou resolver o enigma do mundo histórico, aplicando a ele os princípios e métodos das ciências naturais e considerando que o estudo do espírito humano dependia da biologia, sendo a sucessão de fatos psíquicos resultado da sucessão de fatos físicos. A tese central do positivismo se fundamenta em uma base biológica, afirmando que o sentido geral da evolução humana consiste em diminuir o predomínio da vida afetiva sobre a vida intelectual. Assim, uma ordem estável biológica externa fundamentava a estrutura psíquica, vendo dessa maneira, o fundamento da sociologia como uma metafísica naturalista. ¹²⁰

Para Comte, o objetivo de toda ciência é produzir leis explicativas e a sociologia não é diferente, portanto, a história só seria científica se assim fizesse. Comte reconhecia, no entanto, uma relação mais complexa entre as ciências do espírito e as que

¹¹⁸ Ibidem, p.69.

¹¹⁹ Auguste Comte nasceu em Montpellier, no ano de 1798. Foi filósofo e sociólogo francês, suas principais obras são os seis volumes de Cours de philosophie positive (1830-42) e Système de politique positive (1851-54). In: BLACKBURN, 1997, p. 65.

¹²⁰ REIS, op. cit., p. 61.

as precederam, existindo, dessa forma, uma autonomia parcial da sociologia, já que seus objetos eram mais complexos e não poderiam ser abordados somente através de leis naturais, exigindo, assim, um método histórico. Entretanto, essa autonomia era relativa, e no final, as leis sociais se submetiam às leis biológicas.¹²¹

Bomfim acreditava que o homem, como um ser moral, poderia, por meio de sua subjetividade, escapar das influências externas ligadas ao meio e internas relacionadas à hereditariedade biológica ou psíquica, subordinando-as aos seus interesses. Sendo assim, pelas relações sociais que fortalecem os sentimentos socializadores, se daria o domínio das necessidades coletivas, o que geraria o progresso. Deste modo, apreendemos em Bomfim uma visão discordante da submissão das leis sociais às leis biológicas, como sugerida por Comte, e encontramos uma visão diferente, que se apoiava em leis sociais específicas baseadas no psicologismo.¹²²

Bomfim considerava o positivismo uma construção que condicionava a evolução do espírito humano à lei dos três estados, tornando, desta forma, a ordem, requisito essencial para a evolução. Esta visão, para Bomfim, deixava a obra de Comte rígida em proporções geométricas e incompatível com a maleabilidade da vida, já que, ela toda estava armada em generalizações pré-concebidas.¹²³ Para ele, o resultado do esforço de Comte foi:

[...] a doutrina mais antipática e mais avessa à verdadeira humanização da espécie, doutrina sem ductibilidade para corresponder aos imprevistos e novos aspectos da evolução social, doutrina onde as qualidades gerais de uma mentalidade média dominaram o gênio do indivíduo, pervertendo-o, esterilizando-o no abuso das generalizações [...]¹²⁴.

Para o pensador sergipano, a tentativa de aplicação de conceitos que, mesmo no mundo em que foram inferidos, nunca tiveram utilização possível, chegava a ser monstruosa. A historiografia nacional consagrou e santificou os que fizeram o Brasil

¹²¹ Ibidem. p. 62.

¹²² Na filosofia da lógica, o psicologismo é a perspectiva segundo a qual a lógica se baseia nas leis do pensamento, onde estas são as descrições dos processos por meio dos quais os seres humanos efetivamente pensam. A lógica torna-se não tanto uma disciplina normativa, que estabelece normas de verdade com as quais o pensamento deve conformar-se, mas uma construção baseada nos padrões aos quais nosso pensamento se conforma realmente. O termo foi utilizado pela primeira vez por J. E. Erdmann em 1878, mas seu uso só se generalizou no final do século XIX. In: BLACKBURN, op. cit. p. 325. Para maiores informações sobre Bomfim e o psicologismo ver GONTIJO, op. cit., p. 93.

¹²³ BOMFIM, op. cit., p. 64

¹²⁴ Ibidem. p. 64.

pelos julgamentos gerais dos preceitos lançados por Comte. No entanto, para Bomfim, o francês era inteiramente alheio às condições da nossa formação, não tendo, por conseguinte, possibilidades de ter um critério justo a esse respeito.¹²⁵

Ademais, Bomfim destacou que a noção de progresso de Comte não era de progresso, pois não pôde ir além daquilo que ele definiu como *estado* último da humanidade, o que contradiz a crença de Bomfim de um progresso contínuo e ilimitado¹²⁶.

Bomfim, seguindo em sua crítica à historiografia, acreditava que, além do positivismo Comtiano, outras doutrinas estrangeiras contribuíram para a deturpação da história nacional.

Modelos de sucesso na Europa em meados do século XIX, as teorias raciais chegaram ao Brasil tardiamente, entretanto, foram recebidas com bastante entusiasmo pelos letrados brasileiros. A mestiçagem existente no país era descrita e adjetivada negativamente, sendo, então, uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade na formação da nação brasileira¹²⁷.

Ao deparar-se com estas ideias, Manoel Bomfim posicionou-se contra as implicações da postura científica que se dizia neutra, assumindo, segundo Flora Sussekind e Roberto Ventura, uma atitude crítica diante de tais pressupostos, revelando os interesses e desejos da ciência que havia por trás de tais teorias e, desmentindo, sua suposta neutralidade¹²⁸.

Para ele, estas doutrinas eram baseadas em falsas induções climáticas ou em conclusões do que ele chama de “sociologia para brancos”, não passando de “pulhices que se desmentem na própria história”, deformações teóricas que, ao serem implantadas no Brasil, classificavam o povo dessa nação como inferior aos povos europeus, ou como prefere o sergipano, os dominadores do momento e inventores dessas teorias. Bomfim prossegue em sua crítica afirmando que, mesmo com a vinda da República o critério histórico não se alterou e os historiadores republicanos impuseram-se como imparciais em seus conceitos a respeito do regime anterior. Dessa forma, os historiados acabaram por propagar opiniões já consagradas.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Campanha das letras 1993. p. 14.

¹²⁸ SÚSSEKIND e VENTURA. op. cit. p. 14.

Percebemos que Bomfim era mais afeito ao pensamento alemão, e apropriou-se, desta forma, de algumas noções geradas pelo historicismo, optando por uma ideia de história linear, na qual o progresso e a tradição constituem pontos-chaves. Além disso, ao negar o positivismo Comtiano e as teorias raciais, Bomfim afastou-se de um tipo de ciência baseada em leis naturais, para se aproximar de um modelo de ciência mais próximo à interpretação: a hermenêutica.

Por meio de suas escolhas, – alguns aspectos do pensamento alemão – e de suas recusas – forte crítica ao pensamento francês, principalmente Comtiano – Bomfim elegeu um modelo de escrita e sugeriu a quem fosse escrever a história que se concentrasse em exaltar a tradição nacional, em detrimento de se apoiar em doutrinas francesas que a diminuíssem.

1.4.3 – A busca pelo passado ideal

Bomfim, por meio de suas críticas, condenou certos historiadores que deturparam a história nacional e contribuíram para a “degradação” da nação, e exaltou outros, que foram legítimos representantes da tradição nacional. Dessa forma, o autor demonstrou preocupação em resgatar as “qualidades características do povo” brasileiro que foram esquecidas pela historiografia brasileira, o que acabava por contribuir para a “degradação” da nação.

Podemos destacar que a concepção de história de Bomfim foi influenciada por questões sociais e políticas, já que ele buscava revelar as tradições e as experiências comuns dos brasileiros, para que essas pudessem orientar, dar força e confiança ao rumo que o país deveria tomar para se tornar uma nação desenvolvida. Questões como estas ainda nos indicam sua eleição do passado brasileiro, passado esse, que deveria ser abordado pela historiografia nacional.

Como já destacado, Bomfim atribuiu à escrita da história uma pretensão pedagógica que elege a educação como instrumento estratégico e decisivo para que o país alcance o progresso. Assim, este autor reivindica para a história e seu ensino a função essencial, se não exclusiva, de orientar o agir humano rumo ao progresso. Desta forma, o passado produzido pelos intelectuais que escreviam a história e que perpetuavam uma tradição orientando esse agir humano, não era, para Bomfim, um passado que correspondia à “verdadeira tradição nacional”. Deste modo, uma revisão da

historiografia nacional era essencial para a evolução e modernização do país. Contudo, neste momento, uma nova questão foi imposta: se o passado eleito pelos historiadores chamados por Bomfim de “oficializados” não é digno da tradição nacional, então qual seria? Qual a tradição que ele defende para o Brasil?

Bomfim respondeu a estas questões elegendo temáticas que deveriam ser exaltadas, para que assim viesse à tona a verdadeira tradição nacional. Os temas de maior destaque eram: a *Insurreição Pernambucana* (1645), a unidade política do Brasil, os Bandeirantes e as *Lutas Nativistas*, principalmente, a *Revolução Pernambucana* (1817).

Para Bomfim, os historiadores, ou como ele prefere “o coro de historiadores bragantinos”, no intuito de defender a dinastia que fizera a Independência, dedicaram-se a difamar os heroísmos nacionais, relegando para segundo plano os acontecimentos que eram realmente importantes para as nossas legítimas tradições.

Estes historiadores incorporaram a tudo que podia valer como prestígio para o trono português, sonhando qualidades essenciais do caráter brasileiro, inventando vícios e crimes e conseqüentemente, relegando as verdadeiras glórias da história brasileira. Para ele:

Foi assim, que a *Insurreição Pernambucana* deixou de ter significação, no silêncio que a esqueceram, ao passo que se apuravam os opacos heroísmos no Prata; assim se criou a lenda mentirosa – de que ‘a unidade do Brasil foi resultado da independência com a monarquia bragantina, e que, autônoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força orgânica da política monárquica’.¹²⁹

Porém, segundo Bomfim, uma “tradição verdadeiramente nacional” existia independentemente da história deturpada, já que em meados do século XVII, para ele, já havia o Brasil como pátria: plantado na costa da América, o país estava destinado a receber ataques dos que pretendiam desapossar os primeiros colonizadores e soube se defender, inaugurando o que Bomfim chama de uma “Idade Heroica”. Esta idade, por sua vez, foi feita com energias próprias do Brasil, já que Portugal estava degradado e teria praticamente abandonado o país. Segundo ele:

¹²⁹ BOMFIM, op. cit., p. 110.

Não houve, no caso, nenhum milagre. A colônia se gerara na virtude do Portugal heroico, e que fora o ânimo nacional mais forte e mais explícito na aurora da vida moderna. Nascido desse gérmen, levada a aproveitar as energias jovens da terra, a colônia se criara na luta incessante – pela intransigente defesa, contra Franceses, Castelhanos, Ingleses, Holandeses... Calor de legítimo patriotismo, essa luta acelerara a gestação nacional, e, antes que termine a defesa, quando tal se torna mais difícil; fechando-a definitivamente, manifestava-se o Brasil, em provas de valor terminante e indiscutível.¹³⁰

Como destaque desta “Idade Heroica”, Bomfim enfatizou a resistência à invasão Holandesa. Segundo ele, só a virtude de uma tradição pátria poderia ocasionar uma luta em defesa, que duraria por quase trinta anos, terminando com a expulsão do invasor. E argumenta:

[...] Mães pernambucanas, irredutíveis sob o domínio do Batavo, e que oferecem a guerra, uns após os outros, todos os filhos, como teriam tal ânimo de sacrifício, se já não houvesse nelas uma alma nacional própria – uma alma brasileira, afeiçoada na tradição de Pernambuco? Em nome de que se levantariam, finalmente, os invencíveis *Insurgentes*, esses que estiveram prontos a passar do Português a qualquer outro príncipe católico com tanto que reconquistassem seu Pernambuco, cuja tradição lhes parecia indispensável ao prosseguir de seus destinos.¹³¹

Segundo o sergipano, as energias vencedoras da Insurreição Pernambucana eram expressivas da pátria brasileira, e não só a dos heróis dessa luta, mas de todas que se dilataram pelos sertões brasileiros. Todas essas lutas evidenciaram um surto de nacionalidade própria: os “heróis” sentiam-se brasileiros e produziam “valor humano proporcional ao sentimento da nova pátria”. Estes sentimentos deveriam ser divulgados pela história para inspirar mais ações heroicas que levassem o Brasil ao progresso.

Logo, para Bomfim, esse movimento assinalou o início do nacionalismo brasileiro, e marcou, fortemente, a tradição nacional de luta e resistência. Diferenciando-se, de Francisco de Adolfo Varnhagen (1854-1857), seu exemplo máximo de mau historiador¹³², (que acreditava que a luta contra os holandeses tornara o Brasil, definitivamente, português) Bomfim caracterizou este movimento como o momento em que portugueses, negros e índios se reconheceram enquanto um único

¹³⁰ Ibidem, p. 15.

¹³¹ Ibidem, p. 17. (grifo do autor)

¹³² Esta questão será abordada cuidadosamente mais adiante nesta dissertação.

povo que deveria lutar contra o invasor estrangeiro.¹³³ Do ponto de vista de Francisco de Adolfo Varnhagen, a partir da vitória contra os holandeses, não surgiu um Brasil-brasileiro, antiportuguês, como propunha Bomfim, mas um Brasil-português, que teria consolidado o que o Tratado de Tordesilhas dizia ser um direito de Portugal.¹³⁴

Outro tema importante para Bomfim e que, no entanto, era, para ele, uma das mais graves calúnias proferidas pelos historiadores até então, dizia respeito sobre as origens e motivos da unidade política do Brasil. Para ele, os historiadores, míopes em seus julgamentos, não souberam observar além da Independência, enxergando-a como única definidora da unidade nacional. Ainda segundo Bomfim, se eles tivessem olhado para a tradição e feito a história a partir dela, teriam chegado a conclusões diferentes.

Outro autor contestado por Bomfim que trará deste mesmo tema e é fixado por ele no grupo dos maus historiadores é Euclides da Cunha (1866-1909). Para o sergipano, este autor não acreditava na existência de uma uniformidade de sentimentos e ideias na nação brasileira, principalmente pelo fato do país ter um território muito grande, que apresentava formações mestiças, gerando, assim, combinações díspares e múltiplas, que atrapalhavam a unidade nacional. E argumenta:

[...] Então ao mover-se para a liberdade e a soberania, não possuía unidade de sentimento, o povo brasileiro? As manifestações eram locais, sim; nem se admite que pudessem ter outra forma. Sem unidade de sentimento, porém, como explicar que a revolução de Dezanove alastrasse, como alastrou, e levasse as suas pretensões do Ceará até a Bahia e a própria sede da Corte? [...] apesar do desconchavo do ambiente, o que se nota, por parte dos brasileiros, é, sempre, a mais completa unidade de aspiração nacional.¹³⁵

Bomfim, ainda afirmou que há sim misturas de gentes e de raças, porém, sem que isso signifique profundas discordâncias étnicas que possam separar os brasileiros, além de impedir uma unidade nacional, se tivesse Euclides da Cunha estudado “a efetiva realidade da nossa história”, teria encontrado a tradição de uma “irrecusável afinidade” entre os povos brasileiros, ao longo dos séculos. Sendo assim, Bomfim

¹³³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.42.

¹³⁴ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.90.

¹³⁵ BOMFIM, op. cit., p. 143.

reivindica a unidade nacional, a tradição, e recusa a afirmação da historiografia tradicional que a atrela a Independência ao príncipe Dom Pedro I.

Mais um tema protestado por Bomfim foi, por ele, nomeado de difamação dos paulistas, e se traduziu como um ataque direto aos representantes da legenda bandeirante. Bomfim entende esse ataque como uma forma de quebrar e diluir a tradição brasileira que se manifesta em varias partes do país. Assim, desta vez, o ataque se direcionou a São Paulo por meio dos bandeirantes.

Acredita-se, portanto, que estes paulistas tenham sido alvo de descréditos, e Bomfim afirmou que o principal motivo das condenações era: “a implacável fereza em escravizar o gentio”¹³⁶.

Em sua defesa dos bandeirantes, Bomfim apontou que o maior valor da história paulista são os intuits patrióticos desses aventureiros em dominar territórios, que buscavam, portanto, amenizar suas ações direcionadas aos nativos. Ademais, Bomfim argumentou a fim de demonstrar que existiram atos mais cruéis e desumanos, como os cometidos por Espanhóis, Holandeses, Ingleses ou Franceses, ponderando que o que estes povos faziam com “as raças dominadas”, já nas vésperas do século XIX, era mais injusto que o proceder dos paulistas, e continua:

[...] Não se trata de medir compensações, que toda a terra não merece o sacrifício de uma linha de justiça; não é isto o que se tem de apurar, quando se pesam acusações tais, mas os movéis a que obedecia a atividade sertanista: somente cativar índios e caçar as minas?... Não. O maior valor, constante em toda a história dos Paulistas, são os intuits patrióticos dos seus cometimentos aventureiros, a dominar territórios.¹³⁷

Bomfim acreditava que os historiadores bragantinos exaltavam os maus feitos dos paulistas ao invés de exaltar seus intuits patrióticos, o que resultava em uma abordagem que não elevava a verdadeira tradição nacional.

Ao realizar esta apreciação Bomfim afirmou, sem citar nomes, que os padres jesuítas, diretamente prejudicados pelas ações dos bandeirantes, foram os primeiros a difamá-los. Logo em seguida, Bomfim destacou a visão de Robert Southey (1774 – 1846)¹³⁸ que estaria “animado de justiça para com os jesuítas”, e teria se deixado levar

¹³⁶ Ibidem, p.100.

¹³⁷ Ibidem, p. 106.

¹³⁸ Sobre Robert Southey ver: CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência histórica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. vol.11, n.3, p.306-312, set.dez

“pela eloquência” do padre e assim, sem “vigor para critério próprio” teria repetidos seus conceitos. Bomfim também destacou as opiniões de Capistrano de Abreu (1853-1927)¹³⁹ que, por ser “humano e justo”, questionou se as terras adquiridas teriam compensado os “horrores” praticados pelos bandeirantes. Questão a que Bomfim respondeu afirmando que o maior valor dos paulistas está nos intuítos patrióticos e não nas terras. Percebemos que, mesmo contestando as ideias destes dois últimos autores, Bomfim buscou justificar suas ações, já que os autores não teriam más intenções¹⁴⁰.

Por fim, o sergipano destacou como grande exemplo de difamador dos paulistas o autor Oliveira Martins (1845-1894)¹⁴¹. Para Bomfim, este autor:

[...] é um dos que repetem, na facilidade dos seus conceitos, toda essa história – de crueldade dos paulistas...e de paulistas – povo independente...Que valor se pode dar a tais conceitos, na pena de quem, não obstante a obsessão – de tornar culpados os jesuítas pela miséria de Portugal bragantino, não soube reconhecer a origem da difamação contra esses brasileiros?¹⁴²

2007;DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil.São Paulo: CEN, 1974; LEITE FILHO, Joaquim de Sousa. Robert Southey. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1943, jan;mar, vol. 178; LIMA, Lílian Martins de. O Brasil na Historiografia inglesa (1809-1821). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo: 2012.

¹³⁹ João Capistrano Honório de Abreu nasceu na cidade de Maranguape, em 25 de outubro de 1853. Fez seus primeiros estudos em rápidas passagens por várias escolas. Em 1869, viajou para Recife, onde cursou humanidades, retornando ao Ceará dois anos depois. Em Fortaleza, foi um dos fundadores da Academia Francesa, órgão de cultura e debates, progressista e anticlerical, que durou de 1872 a 1875. Neste último ano, viajou para o Rio de Janeiro e aí se fixou, tornando-se empregado da Editora Garnier. Em 1879, foi nomeado oficial da Biblioteca Nacional. Lecionou Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II, nomeado por concurso em que apresentou tese sobre *O descobrimento do Brasil e o seu desenvolvimento no século XVI*. Eleito para a Academia Brasileira de Letras recusou-se a tomar posse. Dedicou-se ao estudo da história colonial brasileira. Morreu no Rio de Janeiro, aos 74 anos, em 13 de agosto de 1927.

¹⁴⁰ Robert Solthey e Capistrano de Abreu serão tratados de forma mais detalhada mais a frente.

¹⁴¹ Joaquim Pedro de Oliveira Martins é autor de uma obra vasta e abrangente nas áreas de história, economia política, antropologia e crítica literária. Oliveira Martins nasceu em Lisboa, em 30 de Abril de 1845, e, devido à morte do pai, em 1857, não chegou a concluir o curso liceal, que o levaria à Escola Politécnica, para o curso de Engenheiro Militar, tendo que se empregar. Em 1878 tornou-se sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e em 1880 foi eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, tendo sido nomeado, em 1884, diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto. Sua vasta obra começou com a publicação, em 1867, do romance *Febo Moniz*, de intenção política quanto ao federalismo ibérico. Passou a colaborar no jornal *A Revolução de Setembro* de onde saíram os seus primeiros artigos sobre história e política social. Colaborou também no *Jornal do Comércio*. Em 1869, lançou o jornal de feição socialista *A República*, com Antero, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, Luciano Cordeiro, Batalha Reis e Teófilo Braga, no mesmo ano em que o marechal Saldanha realizou o seu último golpe de estado - a *Saldanhada*. O jornal desapareceu tão rapidamente como o governo do marechal, levando Oliveira Martins a viver para Espanha. Lá trabalhava como administrador de minas entre 1870 e 1874. Regressou a Portugal e empregou-se na Companhia dos Caminhos de Ferro passando a residir no Porto. Em 1885, candidatou-se a deputado pelo Partido Progressista. Em 1892, foi nomeado Ministro da Fazenda. Oliveira Viana morreu de tuberculose aos 49 anos, em 1894.

¹⁴² BOMFIM, op. cit. p. 108.

O último tema que será aqui tratado são as Lutas Nativistas. Estas lutas, segundo Bomfim, não se nutriram em motivos injustos ou parciais, e nem significaram ânimo à desordem, pelo contrário, foram perturbações, com reações violentas, que só ocorreram quando a metrópole extorquiu até o último jato de vida das populações.

Entre as lutas, Bomfim destacou a Revolução Pernambucana como um marco iluminado do nacionalismo brasileiro, considerando-a o motivo de maior glória nacional. Por isso, ele acreditou que era necessário destacar o valor dos que entraram na revolução e foram sacrificados, apresentando, também, o espírito político em que se inspiraram os revolucionários. O autor insistiu, ainda, que aquele espírito de dezessete deve subsistir, pois ele é a própria alma do Brasil.

Os historiadores “difamadores” apontaram como falhas e defeitos dos revolucionários o idealismo, o sentimentalismo e o jacobinismo, coisas que para Bomfim, se estivessem baseadas em um critério de verdade seriam vistas como: sinceridade, entusiasmo, ardor de solidariedade humana. Nesse contexto, Bomfim completa:

A constituição, ou esboço de constituição, de dezessete, é a absoluta garantia da honestidade política de seus autores: condenação da escravidão, liberdade de consciência, liberdade individual, eliminação de todo poder não oriundo da democracia...Tinham fé, e, sinceros, eram tão inacessíveis aos interesses materiais que, durante toda a sua incontestável autoridade, não tocaram, os revolucionários, num vintém do Estado, para qualquer espécie de retribuição pessoal.¹⁴³

Com estas palavras ficou evidente a intenção de Bomfim de fazer dos revolucionários de 1817 heróis nacionais e claro seu intento de propagar os ideais dessa revolução, a fim de que eles possam trazer inspiração para as próximas ações nacionais.

Contudo, percebe-se que, Bomfim, ao eleger certas experiências passadas como dignas de serem exaltadas, estava agindo politicamente e selecionando, desta forma, o futuro que deseja para o país. Ou seja, através de um acionamento específico do passado, Bomfim prevê certo futuro. Ele constrói uma ideia do que deve ser a nação Brasileira, indicando que o principiador de sua formação deveria ser a divulgação da verdadeira tradição nacional, e entendendo que esta tradição deveria ser utilizada como

¹⁴³ Ibidem, p. 426

um motor que, através de sua propulsão, levaria a humanidade rumo a um futuro que tem tendência a melhorar.

Verificamos, portanto, que o passado nacional desejado por Bomfim estava marcado por uma identificação com a tradição de lutas e defesa do território nacional. Percebemos, ainda, uma eleição de temas que fortalecem uma unidade nacional que se construiria a partir de sua distinção das ações portuguesas.

A seguir, nos dedicaremos à análise das críticas de Bomfim direcionadas aos que teriam escrito a história do Brasil. Nesta parte, nosso autor, se dedica a explicar por que a história do Brasil foi deturpada e por quem. Ele apresenta também quais seriam os historiadores da verdadeira tradição nacional. Por meio de seus apontamentos sobre o que considera bom e o que considera ruim, Bomfim nos revelou mais alguns indícios de como, para ele, a história nacional deveria ser escrita.

Assim sendo, o sergipano iniciou sua análise afirmando que uma história para o trono português teria sido adotada pelos que escreveram a história do Brasil no intuito de destruir tudo que pudesse concorrer para a afirmação da nova nacionalidade, que já havia se manifestado, mas deveria morrer. Estes pensadores se dedicaram a realização de uma história contra a “verdadeira tradição nacional”. Segundo ele:

[...] como a tradição é fator essencial na afirmação da nacionalidade, o esforço se dirigiu explicitamente para aí: Portugal restaurado foi, desde o primeiro momento, o inimigo implacável da tradição brasileira; Casa de Bragança, para quem se fez a restauração, foi o principal condutor da deturpação e adulteração de nossa história nacional.¹⁴⁴

O trono português precisava justificar-se, e, com este intuito, surgiu “o coro dos historiadores bragantinos” que tinha a intenção, segundo Bomfim, mal escondida, de demonstrar que a nação devia pertencer à dinastia ‘que fizera a independência’. Dessa forma, os empreiteiros desta história difamaram o Brasil, sonegando suas qualidades e inventando vícios e crimes.

Foi assim que, para Bomfim, as histórias de dois grandes autores dedicadas à escrita da tradição nacional foram ignoradas, são elas: *História do Brasil* (c. 1630)¹⁴⁵,

¹⁴⁴ Ibidem, p. 110

¹⁴⁵ Segundo Bomfim, Varnhagen conheceu o livro de Frei Viscente “ainda bem moço”, o escondeu, e ainda acusou-o de ter utilizado o livro sem citá-lo. O livro era inédito até 1889.

de Frei Vicente do Salvador (c. 1527- c.1636).¹⁴⁶ e *História do Brasil* (1810)¹⁴⁷ de Robert Southey.

Frei Vicente era visto por Bomfim como um legítimo historiador brasileiro. Nele pode-se encontrar “[...] a medida da alma brasileira, em humana bondade [...]”¹⁴⁸. Bomfim via na história do frade a defesa da tradição brasileira e uma forte crítica à colonização portuguesa, e afirmava que este pensador era “o melhor espelho da vida colonial no primeiro século do Brasil”¹⁴⁹. À memória de Frei Vicente, Bomfim dedicou o livro *O Brasil na América*, afirmando que o frade foi “o primeiro definidor da tradição brasileira”.¹⁵⁰

A característica mais exaltada por Bomfim em Frei Vicente é sua “alma brasileira”, que, segundo o autor, contribuiu para sua escrita da história em defesa do Brasil e contra a colonização a portuguesa. Segundo ele:

O livro do frade baiano, sumido pelos Portugueses, era, para o espírito brasileiro, mais do que, para o mundo geral da inteligência, o *Consolatio* ou o *De Virtutibus*...porque, sendo por si mesmo uma obra de valor efetivo, era, ao mesmo tempo, a aurora da mentalidade brasileira e da história nacional...Havia, em quantos se interessavam pelo Brasil, anciã de curiosidade, no irreprimível desejo de conhecê-lo.¹⁵¹

Segundo Bomfim, em todo período em que a obra de Frei Vicente ficou perdida, até a obra de Robert Southey, não houve quem fizesse a história do Brasil “em mérito de verdade”. O que Bomfim apreciava no historiador e poeta inglês Robert Southey, e que o fizera merecer o título de grande historiador era sua valorização da história brasileira, pois, segundo Bomfim, o inglês acreditava que: “[...] A história do Brasil à nenhuma outra de Portugal é inferior...”¹⁵². Para nosso autor, Southey compreendeu perfeitamente a formação da nação brasileira¹⁵³ e, também, sua tradição.

Southey se baseava, segundo Bomfim, na verdade e justiça, e a sua maneira seguindo esse “critério de verdade e de legítimo entusiasmo é que deveria ser feita a

¹⁴⁶ Sobre Frei Vicente de Salvador ver: ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)* Dissertação (mestrado) - Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de pós-graduação em história social, 2004.

¹⁴⁷ *History of Brazil*, obra de três volumes, publicada entre os anos de 1810 e 1819.

¹⁴⁸ BOMFIM, op. cit., p. 105.

¹⁴⁹ BOMFIM, Manoel. 1997, p. 90.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 117.

¹⁵² BOMFIM, 1930, p.85.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 477.

história da nossa tradição para que se realizem os seus fins”.¹⁵⁴ Bomfim leu Southey como um historiador preocupado em fazer uma história do Brasil, afirmando que o primeiro efeito da história deturpadora da tradição nacional foi:

[...] o crime de deixar ignorada, para o grande público nacional, a obra em que o Brasil é apresentado ao mundo, pela primeira vez, como nação definitiva de valor demonstrado – a *História do Brasil* de Roberto (sic) Southey . Então, sobre ela, mas em oposição à tradição nacional, que nela se patenteia, surgem os historiadores por encomenda, opacos refratores, sem outro maior valor que o da distorção.¹⁵⁵

Com isso, verificamos que Bomfim desejava, ao eleger frei Viscente e Southey como verdadeiros historiadores do Brasil, apontar que os que quisessem seguir seus passos deveriam ter em mente sua história e sua defesa do Brasil, buscando escrever contra a versão da história redigida por historiadores do trono português.

Além desses dois pensadores, Bomfim acredita que Capistrano de Abreu e João Ribeiro (1860-1934)¹⁵⁶ também podem ser considerados exceções dentre os historiadores consagrados, já que não teriam se “confundido na mentalidade dos clássicos deturpadores”¹⁵⁷.

Capistrano é visto por Bomfim como um pensador “superior a doutrinas e a consagrações”, que, entretanto, insiste em ser “apenas um lúcido e incansável pesquisador, a organizar bom material para a verdadeira história do Brasil”¹⁵⁸.

Bomfim se refere a *Capítulos de História Colonial*¹⁵⁹ como “páginas magistrais”¹⁶⁰, e lamenta que Capistrano não tenha escrito uma síntese da história

¹⁵⁴ Ibidem, p. 72.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 111.

¹⁵⁶ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes foi jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor, nasceu em Laranjeiras, SE, em 24 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de abril de 1934. Depois de ter concluído, em sua cidade natal, os primeiros estudos, transferiu-se para o Ateneu de Sergipe, em Aracaju, onde sempre se destacou como o primeiro da classe. Foi para a Bahia e matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Medicina de Salvador. Constatando a falta de vocação abandonou o curso e embarcou para o Rio de Janeiro, para matricular-se na Escola Politécnica. Simultaneamente, continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura e sobretudo filologia. Desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez-se amigo dos grandes jornalistas do momento: Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Em 1888-89 estava no Correio do Povo com o seu "Através da Semana", onde assinava com as suas iniciais e também com o pseudônimo "Rhizophoro". Em 1887, submeteu-se a um concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Português, para a qual escreveu a tese "Morfologia e colocação dos pronomes." Contudo só foi nomeado três anos depois, para a cadeira de História Universal. A partir de 1895 fez inúmeras viagens à Europa. A última fase de atividade na imprensa foi no Jornal do Brasil, desde 1925 até a morte. Ali escreveu crônicas, ensaios e críticas. Em 1898 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 137.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 137.

nacional. Para ele, o historiador não se dedicara a esta síntese por ser um “puro espécime de homem de ciência”, fato que o levava a jamais cultivar uma obra de conjunto que, muitas vezes, “exige afirmar por simples dedução” ou “compor em imaginação”. Sendo, portanto, um pesquisador “intransigente”, Capistrano, teria, segundo Bomfim, se perdido em seu “rigoroso objetivismo”¹⁶¹.

João Ribeiro é apresentado pelo sergipano como um historiador por direito de magistério, mas, principalmente por direito “de muito saber, na lucidez de um descortino seguro” que, no entanto, preferiu “se limitar” a uma série de manuais didáticos.

Bomfim aponta que, mesmo se restringindo a livros didáticos, a obra de João Ribeiro foi de “boa orientação, lineada com coragem e precisão”.¹⁶² Bomfim destaca da obra de Ribeiro o volume intitulado *História do Brasil*¹⁶³, destinado ao curso superior. Nele, o autor sublinha uma passagem que valeria “por uma profissão de fé”. Neste trecho, Ribeiro afirmou que a história nacional “escrita com a pompa e o grande estilo da história europeia; perdeu-se de vista o Brasil interno”¹⁶⁴.

Bomfim ainda aponta que Ribeiro possuía certo gosto pelas generalizações e pelas doutrinas, o que lhe concedeu um caráter esquemático que, muitas vezes, “aproveita a preconceitos em que se amparam os que deturparam a história nacional”. Apesar dessa ressalva, Bomfim afirmou que João Ribeiro é uma “inteligência ávida, perenemente incorporada a atividade do pensamento moderno”¹⁶⁵.

Do outro lado, no grupo apontado como o de maus historiadores, o maior representante da história feita para os braganças é Francisco de Adolfo Varnhagem¹⁶⁶. Para Bomfim este historiador não é nada mais que um mercenário que estava falsificando a história nacional a serviço de Portugal - o sistematizador dessa história - para o Império e contra o Brasil¹⁶⁷.

¹⁵⁹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

¹⁶⁰ BOMFIM, op. cit., p. 148.

¹⁶¹ Ibidem, p. 137.

¹⁶² Ibidem, p. 137.

¹⁶³ RIBEIRO, João. *História do Brasil* (curso superior). 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

¹⁶⁴ RIBEIRO, João. op.cit. apud BOMFIM, Manoel. op. cit. p. 137.

¹⁶⁵ BOMFIM, op.cit. p. 137 -138.

¹⁶⁶ No segundo capítulo desta dissertação analisaremos mais atentamente a crítica de Bomfim a Varnhagem.

¹⁶⁷ BOMFIM, op. cit., p. 111.

Além de Varnhagem, Bomfim apontou outros historiadores, que são classificados por ele, como difamadores da história nacional, entre eles encontramos: Pereira Silva (1817-1898)¹⁶⁸, Oliveira Lima (1867-1928)¹⁶⁹, Euclides da Cunha (1866-1909)¹⁷⁰, Fernandes Pinheiro (1825-1876)¹⁷¹ e Moreira de Azevedo (1832-1903)¹⁷².

Todos os historiadores supracitados, segundo Bomfim, seguiram o modelo de história proposta por Varnhagem, e foram denominados por Bomfim de “Os sub-Varnhagem”. Eles agiram no intuito de difamar os heroísmos nacionais de forma a consagrar uma história que foi de encontro aos interesses da monarquia.

Nas buscas por um Brasil ligado à herança portuguesa, os pensadores repugnados por Bomfim difamaram temas que, para o autor, eram sagrados à nacionalidade brasileira. A Revolução de 1817 e seus heróis foram pervertidos, a unidade nacional foi atribuída aos braganças e os bandeirantes paulistas caluniados:

Vimos as nossas tradições desnaturadas, os seus heroísmos infamados, falseada a essência da sua história... E ainda não é tudo; nem é, mesmo, o mais grave. A deturpação suprema,

¹⁶⁸ João Manuel Pereira da Silva foi político, romancista, historiador, crítico literário, biógrafo, poeta e tradutor brasileiro. Nasceu em Iguaçú, atual Nova Iguaçú, RJ, em 30 de agosto de 1817, e faleceu em Paris, França, em 14 de junho de 1898. É o fundador da Cadeira n. 34 da Academia Brasileira de Letras. Era formado em Direito, foi deputado e senador, além de titula do Conselho do Império. Como historiador, a sua obra principal é a *História da fundação do Império do Brasil*, em sete volumes, publicados entre 1864 e 1868, seguida do *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, em 1871, e da *História do Brasil de 1831 a 1840*, em 1879.

¹⁶⁹ Manuel de Oliveira Lima nasceu na capital de Pernambuco em 25 de dezembro de 1867 e faleceu em Washington (Estados Unidos da América), em 24 de março de 1928. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras foi educado em Lisboa desde a mocidade. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa e estudou no Colégio Lazarista o curso de Humanidades. Oliveira Lima aproveitou sua permanência na antiga metrópole para dedicar-se a profundas pesquisas de caráter histórico. Entrou no serviço diplomático brasileiro. Publicara: Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, Sete anos de República e Aspectos da literatura colonial, Memória sobre o descobrimento do Brasil, História do reconhecimento do Império, Elogio de F. A. Varnhagen, Dom João VI. Sua obra mais importante foi publicada em 1909, e foi seguida pelo O movimento da Independência (1922).

¹⁷⁰ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha foi engenheiro, jornalista, professor, ensaísta, sociólogo e poeta. Nasceu em Cantagalo, RJ, em 20 de janeiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909. Foi eleito em 21 de setembro de 1903 para a Academia Brasileira de Letras. Em 1884, matriculou-se na Escola Politécnica. Dois anos depois assentou praça na Escola Militar, às vésperas de 89. Mais tarde em 1902 publicou os Sertões. Em 1907, passou a trabalhar no Itamarati. São dessa fase os livros *Peru versus Bolívia* e *Contrastes*. Em 1908, foi nomeado professor no colégio Dom Pedro II.

¹⁷¹ Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1825, e faleceu em 1876. Foi secretário particular do bispo, conde de Irajá. Lecionou no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, cônego da Capela Imperial. Doutorou-se em Teologia, em Roma. Foi vice-reitor e capelão do Instituto dos Meninos Cegos (1854), sócio correspondente (1854) e primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1859), membro do Instituto de França, da Academia de Ciências de Madri e de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Paris e da de Nova York.

¹⁷² Manuel Duarte Moreira de Azevedo foi médico do Corpo Policial da Corte, professor de História Antiga e Moderna do Colégio D. Pedro II e autor de livros didáticos. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1862. Publicou em 1877 *O Rio de Janeiro - Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades*.

verdadeiro crime contra a pátria, está nos defeitos positivos imputados ao Brasil, nas desenvolvidas mentiras com que contaram decorrências mínimas, a fim de fazer valer a ação dos Braganças, a quem queriam engrandecer. Inimigos, não caluniaram a Nação Brasileira como fizeram os seus historiadores, repetidos nos políticos. Em suas obras confusas e opacas, desaparecem as qualidades características do povo brasileiro, qualidades propositadamente escondidas, quando não são ostensivamente negadas.¹⁷³

Dessa forma, ao rejeitar a história oficial feita por Varnhagem e outros, Bomfim instruiu que, para a produção de uma história nacional deve-se expurgar da historiografia os vícios e defeitos apontados por estes autores, corrigindo também suas ditas falsificações. Bomfim queria “limpar” a história brasileira baseando-se na tradição nacional, como fizeram Frei Vicente e Southey.

1.5 – A Independência num regime livre, democrata e republicano

Para Bomfim, em meados do século XVIII já havia o Brasil nascido de um Portugal heroico, que fora o ânimo nacional mais forte e mais explícito de então. Assim:

Nascido desse gérmen, levada a aproveitar as energias jovens da terra, a colônia se criara na luta incessante – pela intransigente defesa, contra franceses, castelhanos, ingleses, holandeses...Calor legítimo de patriotismo, essa luta acelera a gestação nacional, e, antes que termine a defesa, quando tal se torna mais difícil; fechando-a definitivamente, manifesta-se o Brasil, em provas de valor terminante e indiscutível.¹⁷⁴

Apesar de nascida de Portugal, a tradição nacional se formou a partir da fusão de sangues e temperos de diferentes tradições, e estava fortemente marcada pela diferenciação de Portugal.

O Brasil, segundo Bomfim, construiu seu nacionalismo em oposição ao português, já que, segundo ele, no momento em que uma nação afirma sua existência, ela apodera-se de suas características próprias, realçando suas qualidades divergentes.

Mesmo com esta diferenciação, a nação portuguesa se agarrou ao Brasil dissolvendo sua tradição e contrariando sua evolução, trazendo grandes males ao

¹⁷³ Bomfim, 1930, p. 139.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 15.

desenvolvimento do país. No entanto, Bomfim fez questão de deixar claro que não desejava alimentar ódio contra Portugal e afirmou “[...] que não pareça malquerer para com o povo decaído, nem ódio nem intuito de ultraje”.¹⁷⁵

Plantada em tais características, a nacionalidade e a tradição brasileira só se consolidaram a partir das lutas em defesa aos ataques estrangeiros, no período que Bomfim denomina de “Idade Heroica”, que teve, como marco definitivo, o dia 6 de março de 1817, com a Revolução Pernambucana. A tradição brasileira surgiu, portanto, a partir de características heroicas como a coragem e a união, atributos necessários para enfrentar as lutas em defesa do Brasil.

Notamos que, ao focar nos atributos nacionais, Bomfim apontou que a tradição brasileira, desde o princípio, foi marcada por um desejo de se tornar república. Para ele, os brasileiros insurgentes, aqueles que fizeram a Guerra dos Mascates (1710), A Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817), já aspiravam um governo republicano – democrático.

A partir desse desejo inicial, para Bomfim [...] nunca mais se dissipou, na terra brasileira, a aspiração, logo incorporada nas suas mais legítimas tradições – independência num regime livre, democrata e republicano”¹⁷⁶.

Desta forma, notamos que Bomfim atribuiu a “verdadeira tradição nacional” à característica republicana, elegendo-a, dessa forma, como o regime que deve ser defendido para que o Brasil progredisse como nação. No entanto, isso não impediu Bomfim de estar decepcionado com a República que foi implantada. Para ele, a deturpação da história não cessou com a implantação da República, pelo contrário:

“Com a República, o caso se agravou porque, mantido o critério histórico de sempre, como de fato se manteve, já não se pode esperar correção: os historiadores republicanos, por isso mesmo, impõem-se como imparciais nos seus conceitos a respeito do que toca o regime anterior”¹⁷⁷.

Os que fizeram a história para a República, ao reivindicarem imparcialidade, não esclareceram os critérios históricos em que a história havia sido feita até então, perpetuando-a. Além disso, ao eleger seus heróis, o regime republicano soterrou os grandes brasileiros de 1817 (Revolução Pernambucana) e de 1824 (processo de

¹⁷⁵ Ibidem, p. 265.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 246.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 133.

construção da constituição de 1824), não louvou e nem venerou seus feitos, não criou o seu culto nem lhe deu merecida situação histórica.

Outro ponto relacionado às características da tradição brasileira se refere ao caráter nacional¹⁷⁸ atribuído ao Brasil. Para Bomfim, o caráter do povo brasileiro era tido como bondoso, cordial, generoso, singelo, tranquilo, ordeiro e pacífico. Ele acreditava que a história do Brasil “quase não conhece violências e crueldades” e para ele:

A aversão do brasileiro pelos conflitos e desfechos sangrentos na vida política, pareceria, até, covardia, se a coragem patenteada noutras lutas, si a lição da história não nos dessem, do caso, a legítima explicação¹⁷⁹.

Bomfim pretendia, com este discurso, “limpar o nome brasileiro da mancha de desordeiros e indisciplinados” que os historiadores “a serviço do Império” lhe deram e que teve serventia apenas para os políticos justificarem o uso da força para conter as vontades da população¹⁸⁰.

O sergipano ainda acredita que o Brasil é um dos únicos países no mundo onde as transformações sociais ou políticas fizeram-se pela mudança “do sentimento íntimo da população” para, depois, se impor aos governantes. Foi assim na Independência, na Abolição, na instituição da República, entre outros casos.¹⁸¹

Ao afirmar que o povo brasileiro é ordeiro, Bomfim parecia não acreditar em uma ordem estática. Para ele, a verdadeira ordem era a própria existência, por meio de suas sucessivas formas necessárias às diversas fases do desenvolvimento, assim;

A ordem positiva, ostensiva, tem de ser considerada – simples estágio no constante preparo das novas formas, por conseguinte, na desordem das substituições, indispensáveis na evolução da natureza e no progresso da sociedade...A vida se propaga em espasmos, como a natureza se multiplica e se dissemina em rupturas e variações.¹⁸²

¹⁷⁸ A ideia de caráter nacional surgiu com o romantismo alemão em fins do século XVIII como uma forma de afirmar os direitos do sentimento contra a razão, da história contra o presente. Ver: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002

¹⁷⁹ BOMFIM, op. cit., p. 214.

¹⁸⁰ Ibidem, p.229.

¹⁸¹ Ibidem, p. 231.

¹⁸² Ibidem, p. 233.

Entendemos que, ao formular a tradição nacional, Bomfim designou para o Brasil um papel de povo civilizado que, no entanto, se fez a partir da luta e da coragem, da busca por se libertar das amarras impostas pela colonização portuguesa. A visão desejada por Bomfim, portanto, a respeito do povo brasileiro, parece ser a de um povo cortês, que sabia, no entanto, realizar as mudanças que desejava.

Neste capítulo, buscamos averiguar as principais características da escrita da história empreendida por Manoel Bomfim. Para alcançar nosso objetivo, procuramos verificar quais diálogos ele estabeleceu em sua obra, quais textos convidou para a sua composição e quais relações de proximidade e de distanciamento estabeleceu com o que já estava dito. Enfim, buscamos compreender de que forma esse pensador construiu sua narrativa.

Com base nas análises realizadas até aqui, podemos afirmar que, estando em confluência com os autores de seu período, Bomfim via na história uma importante função pedagógica. Para ele, a história se torna importante à medida que gera confiança e guia ações. Sendo assim, Bomfim, demonstrando-se insatisfeito com o rumo que a essa disciplina vinha tomando, ofereceu, através de sua crítica à historiografia nacional, indícios do tipo de história que, segundo ele, deveria ser escrita.

Neste esforço, Bomfim deixou evidentes suas restrições ao moderno método histórico ao afirmar que não existe a tão almejada imparcialidade. Para ele, cada autor parte de sua tradição e, sendo assim, esta deve ser claramente assumida.

O sergipano clamou que a história brasileira fosse escrita a partir da tradição a que pertence. Para isso, ele buscou desvendar a tradição nacional através da crítica a certos historiadores e exaltação de outros, além da eleição de temas que deveriam ser tratados. Ao realizar este esforço, Bomfim elegeu um passado para o Brasil.

Apontamos ainda que, ao optar pelas histórias de Frei Viscente, Southey, Capistrano e João Ribeiro, Bomfim destacou sua característica nacionalista e, ao rejeitar a história formulada por Varnhagem e seus partidários, buscou purificar da história nacional à referência bragantina.

Destacamos também que, ao realizar a eleição de temas que deveriam compor a nossa história, Bomfim demonstrou preocupação em criar heróis e exaltar uma narrativa que pudesse servir de estandarte para uma tradição e que fosse capaz de impulsionar o país, rumo ao progresso.

Portanto, em sua proposta para a escrita da história, o autor buscou plantar as bases para o progresso ao sugerir procedimentos para uma história em que a tradição

nacional seria o grande destaque. Assim, os historiadores deveriam assumir sua paixão pela pátria e escrever se baseando nela. Deveriam rever a história já escrita e retirar dela apenas a verdadeira tradição nacional que apresentaria o povo brasileiro como civilizado e guerreiro. Estes procedimentos levariam o Brasil ao progresso eminente.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA E A DISPUTA POR UM FUTURO DO BRASIL

“E meditando bem sobre os fatos relatados, não podemos deixar de acreditar que, sem a presença do herdeiro da coroa, a independência não houvera ainda talvez, nesta mesma época triunfado em todas as províncias [...]”.¹⁸³

“A Independência caiu de madura: o Português, vigilante e lampeiro, apressou-se e apanhou-a para si”.¹⁸⁴

O objetivo principal deste capítulo é buscar, por meio da análise da escrita, a história da Independência do Brasil, construída por dois autores distintos, Manoel Bomfim e Francisco de Adolfo Varnhagen, revelar os diferentes projetos para a nação brasileira, apresentados por estes autores.

Buscaremos compreender qual passado cada autor elegeu para o país e qual futuro pretendia alcançar com ele, evidenciando sua opção por um “espaço de experiência” específico que conduziria a diferentes “horizontes de expectativa”. O capítulo tratará, portanto, de evidenciar a disputa em torno do passado desejado para a nação e da forma com que a escrita da história nacional deveria ser conduzida segundo a visão de cada autor.

Os autores analisados, Manoel Bomfim - principal objeto desta dissertação - e Francisco de Adolfo Varnhagen, com sua *História de Independência* (obra terminada em 1875, mas que foi lançada em 1916), partem de lugares e momentos diferentes da história.

Varnhagen produziu sob a tutela do Imperador D. Pedro II, no final do século XIX, e Bomfim escreveu sem nenhum vínculo específico com a história oficial, buscando, desta forma, realizar uma crítica, ao final da década de 1920.

No entanto, o debate gerado em torno da questão nacional e o caminho para a integração da nação foi a mais importante discussão promovida no Brasil na primeira

¹⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “*História de Independência do Brasil*”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916. p. 349 – 350.

¹⁸⁴ BOMFIM, 1930, p. 482.

metade do século XIX¹⁸⁵ e persistiu até os anos 1930, quando, na condição de estudo da “especificidade brasileira”, passou a ser valorizado no campo das ciências sociais.

A análise pormenorizada da construção da história da independência empreendida por estes dois autores com visões tão distintas, pode, portanto, colaborar com os estudos sobre a questão nacional.

No século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a história ganhou uma importante função, que estava relacionada à preocupação de forjar uma nacionalidade para o país nascente.

Para além de marcar uma fundação, e, portanto a possibilidade de uma escrita nacional, a criação do IHGB, também definiu o sentido político dessa mesma escrita, que deveria, deste modo, estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional forjada.

Ao tentar executar o projeto historiográfico empreendido pelo IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816- 1878) tornou-se paradigma na cultura brasileira por três aspectos: seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um tipo específico de memória nacional e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira¹⁸⁶. Nesta tarefa, o pensador refletiu as preocupações do IHGB em relação à documentação sobre o passado brasileiro, elevando seu nome ao rol dos protagonistas no processo de manipulação e conformação de metodologia crítica referente à história do Brasil.¹⁸⁷ Através de seu método histórico, Varnhagen privilegiou a crítica erudita dos documentos e o compromisso com a verdade dos fatos narrados. Este método, segundo Rodrigo Turim, foi o corte que garantiu a suspensão do sujeito e a neutralidade do enunciado, traços essenciais de uma história que se denomina científica.¹⁸⁸ Sendo assim, este pensador foi iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou vários documentos relativos ao Brasil.

Manoel Bomfim escreveu, no final da década de 1920 e início de 1930, outro período crucial para a escrita da história pátria no Brasil. Este momento pode ser considerado marcante para nossa historiografia, pois com a Proclamação da República, tornou-se necessária uma nova busca pela identidade nacional, marcando um novo

¹⁸⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ; Anpuh, 2011

¹⁸⁶ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.195.

¹⁸⁷ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

¹⁸⁸ TURIN, 2009 p.18.

período de esforço para se entender o Brasil como nação. No entanto, é preciso notar que este período está fixado entre dois momentos paradigmáticos, já que o IHGB, nesta ocasião, passou a sofrer uma queda de seu domínio, principalmente a partir do surgimento das universidades e seu aparato institucional. Assim, o estudo de autores, que, como Bomfim, se encontram entre um paradigma e outro, podem contribuir para maiores esclarecimentos sobre o período.

Como foi apontado no primeiro capítulo desta dissertação, Bomfim se dedicou a tarefa de busca por uma identidade nacional, e para isso realizou uma revisão da história oficial. Dentro desta revisão, Bomfim destinou algumas páginas para pensar a história da Independência e, com isso, dar sua versão de momentos definidores para a constituição de uma identidade para o país.

Desta forma, a historiografia da história da independência pode ter contribuído para forjar aspectos importantes da identidade nacional brasileira, e a crítica realizada por Bomfim a esta historiografia merece dedicação. Assim, ao analisar as visões dos dois autores, Bomfim e Varnhagen, poderemos compreender melhor as duas posições, e com isso, definir mais enfaticamente os combates de Bomfim e sua visão da história nacional.

2.1 - Varnhagen e a luta por um Brasil monárquico

O “pai da história nacional”, Francisco Adolfo de Varnhagen, nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em Sorocaba, São Paulo. Filho de dois estrangeiros, seu pai era um oficial alemão que veio ao Brasil contratado pelo então regente da coroa e futuro D. João VI, com a missão de restaurar e ampliar a fundição de ferro São João de Ipanema, em Sorocaba. Sua mãe era de nacionalidade portuguesa.

Varnhagen iniciou e completou seus estudos em Portugal. A princípio cursou o Real Colégio Militar da Luz em Lisboa e, em seguida, matriculou-se na Academia da Marinha. Lutou pela causa do futuro D. Pedro IV, nosso ex-imperador D. Pedro I, na disputa pela coroa portuguesa com o príncipe D. Miguel. Tornou-se oficial e ingressou na Academia de Fortificações, concluindo o curso de Engenharia Militar em 1834.

Ainda em Portugal, frequentou rodas literárias e se aproximou de importantes figuras, como o historiador Alexandre Herculano e o Cardeal D. Francisco de São Luís. Este fato lhe ajudou a ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo, onde iniciou suas pesquisas documentais encontrando arquivos praticamente intocados. No ano de 1840, o

futuro Visconde de Porto Seguro, resolveu licenciar-se do exército português e viajar para o Brasil com o objetivo de requerer a nacionalidade brasileira.¹⁸⁹ Aqui, logo foi admitido como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que como já apontado, havia sido fundado pouco tempo antes, no ano de 1838.

Após obter o reconhecimento de sua nacionalidade, em 1941, no IHGB, Varnhagen fez parte de um programa de investigação dos arquivos europeus, em que o propósito era examinar, coletar e extrair cópias de documentos e diplomas que pudessem contribuir para a escrita da história nacional. Tendo permanecido um tempo em Portugal e na Espanha, regressou ao Brasil em 1851, onde passou a frequentar as sessões do IHGB, do qual se tornara primeiro-secretário. Neste período, Varnhagen acabou por conquistar a simpatia do protetor do Instituto, D. Pedro II, o que lhe rendeu postos, honrarias e condecorações.

Mandado, mais uma vez, à Europa, Varnhagen visitou arquivos de Madri, Amsterdã, Paris, Florença e Roma, além de lançar, durante este período, sua obra mais aclamada: *História Geral do Brasil (1854-1857)*¹⁹⁰. Mais tarde, a partir de 1859, serviu como representante do Império em diversas repúblicas sul-americanas e casou-se, durante sua permanência no Chile, com Carmen Ovalle y Vicuña, com quem teve três filhos.

Em 1868, foi nomeado ministro-residente na Áustria, país onde deu continuidade a seus estudos históricos. Deste período datam suas obras *História das Lutas Contra os Holandeses (1871)*, *História da Independência do Brasil (1875)*¹⁹¹ e *A Origem Turaniana dos Tupis e dos Antigos Egípcios (1816)*¹⁹². Em 1872, D. Pedro II concedeu-lhe o título de Barão de Porto Seguro, elevando-o, dois anos mais tarde, a Visconde. Em 1877, ano anterior à sua morte, o visconde esteve mais uma vez no Brasil para realizar uma viagem de pesquisa ao interior do país, viagem esta, que tinha como objetivo encontrar uma nova capital para o Império. O autor faleceu em Viena, em 26 de junho de 1878¹⁹³.

¹⁸⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p.16.

¹⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Portugal. 3ª Ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

¹⁹¹ VARNHAGEN, 1916.

¹⁹² Para maiores detalhes dessa obra, ver: CEZAR, Temístocles. Estudo introdutório 'A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios' de F. A. de Varnhagen. In: GUIMARÃES; GLEZER, op. cit., p. 317-345.

¹⁹³ Sobre aspectos importantes da trajetória de Varnhagen ver: GUIMARÃES; GLEZER, 2013.

Varnhagen deixou uma vasta obra composta por livros, opúsculos, artigos e memórias, que abrangem estudos históricos, literários, filológicos, políticos e de administração pública. Sua obra capital e considerada, por muitos, obra fundadora da historiografia nacional é *História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*, que abrange todo o período que vai do descobrimento do Brasil (1500) até o limiar da Independência (1822). Neste estudo, Varnhagen tratou dos três séculos de colonização como um processo de constituição da nacionalidade brasileira. Dessa forma, o Brasil colônia, amadurecido sob a proteção de Portugal, teria se tornado uma nação independente, representando a vitória da civilização europeia sobre a barbárie indígena ¹⁹⁴.

História da Independência do Brasil, obra de particular interesse para este estudo, foi escrita em 1875 e publicada postumamente no ano de 1916¹⁹⁵ em meio às comemorações do Centenário da Independência. Esta celebração marca o momento de “entronização” do 7 de setembro como um importante “lugar de memória” da nação brasileira ¹⁹⁶.

O estudo de Varnhagen sobre a independência teve sua importância garantida por ter sido concebido como continuação de *História Geral do Brasil* e apontar a versão do visconde sobre a emancipação política do Brasil.

Os preparativos para a comemoração da Independência já estavam em curso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando os manuscritos originais do livro de Varnhagen foram descobertos em meio aos papéis que compunham o arquivo do Barão de Rio Branco¹⁹⁷. Na ocasião, o presidente perpétuo do Instituto, conde Affonso Celso (1860-1938)¹⁹⁸, organizou uma comissão destinada a examinar, conferir e coordenar os originais para que fossem posteriormente publicados na revista do IHGB.

¹⁹⁴ Para uma maior apreciação sobre a obra ver: ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; SILVA., 2006; WEHLING, 1999.

¹⁹⁵ A edição da revista do IHGB em que o texto foi publicado data de 1916, porém a mesma só foi realmente publicada no ano de 1919.

¹⁹⁶ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

¹⁹⁷ José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão de Rio Branco) foi diplomata e historiador, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Coursou o Colégio Pedro II, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, e formou-se em 1866 pela Faculdade de Recife. Regeu a cadeira de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II.

¹⁹⁸ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior é natural de Ouro Preto - Minas Gerais, nasceu em 31 de março de 1860 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1938. É um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e pertenceu ao IHGB.

Esta comissão foi composta por grandes nomes ligados ao IHGB¹⁹⁹ e seu trabalho consistiu em restaurar o texto de Varnhagen, deixando à margem as modificações realizadas anteriormente por Eduardo Prado²⁰⁰ e Rio Branco, aproveitando, no entanto, as anotações feitas pelos mesmos.²⁰¹

A edição da revista do Instituto em que o estudo foi publicado foi totalmente dedicada a Varnhagen e sua obra. Nela encontramos um relatório assinado por Ramiz Galvão, Basílio de Magalhães, Pedro Lessa, Max Fleiss e Vieira Fazenda intitulado *A publicação da “História da Independência” do Visconde de Porto Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em que tomamos contato com a recepção do texto no Instituto. Logo após o texto introdutório segue a publicação integral dos escritos de Varnhagen, com as restaurações realizadas pela comissão.

No relatório encontramos, primeiramente, a narrativa de como o texto de Varnhagen chegou às mãos do Instituto. O escrito segue apresentando o texto como uma “valiosa contribuição para o estudo de nossa história”²⁰² e indica os procedimentos realizados para a formação da comissão e composição da obra para publicação.

Em um momento destinado a discorrer sobre o valor da obra, lemos: “Basta que tenha saído da pena deste, para que não haja ninguém que se atreva a negar-lhe o mérito, e é deveras para ser lida com atenção e proveito”.²⁰³ Entendemos, dessa maneira, que, para o Instituto, a fama do Visconde de Porto Seguro bastava para que o texto tivesse seu mérito garantido, mostrando a forte admiração dedicada a Varnhagen e sua obra.

Em outro trecho notamos elogios bastante significativos ao modo de como o texto foi construído. Segundo a revista “a narração fiel e fartamente documentada de

¹⁹⁹ Entre eles encontramos: José Vieira Fazenda (1874-1917), Ramiz Galvão (1846-1938), Pedro Lessa (1859-1921), Max Fleiuss (1868-1943), tendo ainda como relator Basílio de Magalhães (1874-1957), além de Rodolfo Garcia (1873-1949) como secretário.

²⁰⁰ Eduardo Paulo da Silva Prado nasceu em 27 de fevereiro de 1860, em São Paulo, e faleceu na mesma cidade em 30 de agosto de 1901. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi colaborador assíduo do *Correio Paulistano*, onde assinava artigos de crítica literária e política internacional. Monarquista convicto era amigo do Barão do Rio Branco, colaborando na edição de *Le Brésil en 1889*. Travou amizade com os escritores portugueses Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, que pertenciam ao famoso grupo dos “Vencidos da Vida”. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e pertenceu ao IHGB na qualidade de sócio correspondente. Dedicou-se a estudos históricos, e publicou estudos sobre Anchieta.

²⁰¹ RIHGB. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 79 (133), 1916, p. 14.

²⁰² *Ibidem*, p. 7.

²⁰³ *Ibidem*, p. 16

Varnhagen já daria direito a este livro de ser publicado”²⁰⁴, o que mostra a confiança do Instituto nos métodos utilizados pelo autor.

Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o aparecimento do livro póstumo de Varnhagen trouxe uma reviravolta nos planos de comemoração do Centenário pelo Instituto. Ditando o tom da festividade, a obra influenciou os temas abordados nas palestras que fizeram parte da programação do evento ocorrido em 1922. Estes temas obedeciam, rigorosamente, a noção de processo tal como concebera o Varnhagen em *História da Independência*.²⁰⁵

Para Guimarães, os autores das palestras oferecidas neste evento dedicaram grande empenho à pesquisa documental e à preocupação em aprofundar as proposições enunciadas por Varnhagen²⁰⁶. Em conformidade com o que foi dito, destacamos a forte presença do pensamento de Varnhagen, neste episódio, o que nos sugere que, mesmo depois de decorridos 44 anos de sua morte, seu modelo de história não fora totalmente superado.

No entanto, apesar dessa evidenciada presença, devemos, igualmente, dar destaque às inovações apresentadas pelos autores, na comemoração do centenário, enfatizando que a Independência, vista como processo, desdobrou-se em outras possibilidades de interpretação, marcando a superação de certa visão interpretativa dos sucessos de 1822, apresentada, até então, pela historiografia oitocentista.

Este acontecimento gerou um novo ciclo de comemorações em 1923, que possuía o objetivo de evidenciar esse novo enfoque, que relacionavam acontecimentos políticos com questões sociais e culturais.²⁰⁷

2.2 - Varnhagen por Bomfim: uma história feita para o Trono

Manoel Bomfim foi o mais radical dentre os críticos do Visconde de Porto Seguro²⁰⁸, dedicando-se, principalmente em seu livro *O Brasil na História*, a uma dura crítica a respeito de Varnhagen e de sua concepção de história. Um esforço de compreensão a respeito dessa crítica pôde nos auxiliar a entender de que forma Bomfim teria lido e, dessa maneira, se apropriado de Varnhagen.

²⁰⁴ Ibidem., p.17.

²⁰⁵ GUIMARAES L., 2007. p. 135.

²⁰⁶ Ibidem. p.135.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ WEHLING, op. cit. p.205.

Em um capítulo intitulado “Os que fizeram a história do Brasil”, Bomfim dedicou-se ao que nomeia de uma “História para o Trono”. Sempre preocupado com a influência de Portugal sobre o destino do Brasil, o médico acusou os Braganças de adotarem uma política dedicada a destruir tudo o que pudesse concorrer para a afirmação de uma nova nacionalidade brasileira. Essa, por sua vez, mais tarde, chegou à completa expressão nacional, rompendo para a soberania, se não fossem suas sistemáticas investidas no intuito de calá-la.

Portugal foi, desde o primeiro momento, inimigo implacável da tradição “verdadeiramente nacional”, sendo o principal condutor da “deturpação” e “adulteração” de nossa história pátria. Para Bomfim:

[...] O mal teve extensão de verdadeira calamidade porque, tudo conseguindo – até assenhorear-se da independência do Brasil, os Braganças lhe impuseram a voz de seus interesses – dinásticos e portugueses, realizando, finalmente, uma história contra a verdadeira tradição brasileira. Em verdade, o Império foi olvido sistemático, quando não a difamação, dos heroísmos genuinamente nacionais, pela consagração daquilo mesmo que a eles se opunha. Houve, até, um qual ortodoxismo histórico, em correspondência com o ambiente da política imperial, ortodoxismo que consistia, justamente em dar corpo a tudo que pudesse valer como prestígio para os exploravam esta pátria, contrariando mesmo, explicitamente, a expressão de seus legítimos sentimentos, velando a as verdadeiras glórias da história.²⁰⁹

Desta forma, segundo Bomfim, diversas interpretações equivocadas da história nacional ganharam espaço, como, por exemplo, o que ocorreu com o tema da *Insurreição Pernambucana*, que foi esquecido em detrimento de “opacos heroísmos” ocorridos na região do Prata, ou como a interpretação histórica, que afirmava que a unidade nacional foi resultado da independência, afirmação com a qual Bomfim discordava e que analisaremos mais adiante.

Assim, com a intenção de produzir uma “história para o trono” é surgiram os “historiadores por encomenda, opacos refratores, sem outro maior valor que o da distorção”²¹⁰. É, portanto, neste contexto que, para Bomfim, surge Francisco de Adolfo Varnhagen, que adquiriu destaque especial, como modelo, e como sistematizador dessa história.

²⁰⁹ BOMFIM, 1930. p. 110.

²¹⁰ Ibidem, p.111.

Bomfim ainda atribuiu a Varnhagen a iniciativa de esconder a obra de Frei Vicente, que, como vimos no capítulo anterior, era considerado pelo sergipano a primeira interpretação que fazia jus a verdadeira história nacional.

Frei Vicente concluiu *História do Brasil* em 1627, no entanto, o livro não foi publicado, pois, segundo Bomfim, “os que tinham os destinos do Brasil, julgaram [...] o livro cousa especialmente importante e que devia ser conservada... mas escondido”.²¹¹

O texto de Frei Vicente foi mantido por longo tempo na *Torre do Tombo* e encontrado e lido tempos depois por Varnhagen, que desaparecera com a obra logo em seguida.

Mais tarde, quando o exemplar foi reencontrado, ele estava, segundo Bomfim, todo “podado”, faltando doze capítulos inteiros e alguns outros pequenos trechos. Assim, Bomfim, fundamentado nas notas de Capistrano de Abreu²¹², afirmou que os trechos foram utilizados e deturpados por Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) em seu livro *Santuário Mariano* (impresso entre 1707 e 1723).²¹³

Portanto, nas palavras de Bomfim:

[...] o grande historiador, que, de tanto valer, acabou titulado em Porto Seguro, esse conheceu, ainda bem moço, o livro tão ardentemente desejado; leu-o, no exemplar completo; explorou-o o mais que pode, já dissimulando a origem das informações, já fingindo honestidade num esquivo F. V. S. Chegou a publicar um capítulo isolado, e que lhe foi comunicado por João Francisco Lisboa; mas, preferiu não cumprir o dever de brasileiro e de historiador, e não fez conhecido Fr. Vicente.²¹⁴

Bomfim acusa Varnhagen de esconder documentos, contestando, dessa maneira, uma de suas mais apreciadas qualidades: a de bom pesquisador. O sergipano ainda afirma que:

[...] parece que era vezo, no seu historiar, o esconder documentos de que se servia. Além dessa vez, Capistrano aponta duas outras em que a respeito de Pero de Góes e de Cosme Rangel ‘...Varnhagen encontrou documentos que não especifica

²¹¹ Ibidem, p.113,

²¹² Ver: SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Anais da Biblioteca Nacional, v. 13. Rio de Janeiro: 1888. Introdução de Capistrano de Abreu.; _____. *História do Brasil (1500-1627)*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1918. Notas e prolegômenos de Capistrano de Abreu.

²¹³ BOMFIM, op. cit., p. 117

²¹⁴ Ibidem., p. 118.

e não são conhecidos...’ E, agora, no interesse da história do Brasil: Que respeito e crédito pode merecer um tal historiador? Que orientação esperar de histórias assim entendidas e realizadas?²¹⁵

Bomfim ainda censurou os historiadores que seguiram os ensinamentos do Visconde, nomeando-os de sub-varnhagen, já que, para ele, o autor de *História Geral do Brasil* legou à historiografia brasileira uma noção de história a qual o maior mérito é a quantidade de erudição. Esta história, segundo o sergipano, tinha como principal característica ser enfadonha, bem ao espírito Dryasdust²¹⁶, irritante, vazia de ideias, sem expressão, recheadas de futilidade, descabidas, inertes, indigestas, servindo somente para apagar o que de fato teve valor no passado.²¹⁷

Bomfim é ainda mais enfático quanto à conduta de Varnhagen quando afirmou:

Tomemos, dos que chegaram a renome de historiador do Brasil soberano, esse mesmo Varnhagen. Foi, si não o primeiro, pelo menos, o principal, em dar o Brasil a casa reinante. Teria valido como escarafunchador de arquivos...Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apossar-se da história – para torná-la coisa sua, e fazê-la nos interesses de sua fofa ambição[...] fez obra de secador de absorvente, e ressequiu os assuntos, ao mesmo tempo que velava documentos. Quando chega o momento de dar de si mesmo, quando não podia ser, apenas, inerte e opaco, encontramos-lo – o menos humano dos homens, brasileiro de encomenda, sem bondade, num patriotismo de convenção.²¹⁸

Ao tratar especificamente da obra *História de Independência*, de Varnhagen, Bomfim afirmou que:

Varnhagen tem na *História de Independência* o seu melhor, ou seu livro modelador. Tratando-se de um período curto, em fatos precisos, ele pode documentar-se relativamente bem, e dada a natureza do assunto, ele se apaixona para largas ao seu maior talento – de reacionário bragantista. Tem vida, as suas páginas, no sentido de que não nas podemos ler sem estremecer de indignação e cólera [...] ²¹⁹

²¹⁵ Ibidem, p. 118

²¹⁶ Personagem de um romance de Sir Walter Scott escrito no final do século XIX, Dr Jonas Dryasdust, seria um escritor pedante e enfadonho. (disponível em <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/dryasdust>. Acesso em: 19/01/2014)

²¹⁷ BOMFIM, op. cit., p. 120.

²¹⁸ Ibidem, p. 122.

²¹⁹ Ibidem, p. 123.

Ou seja, para Bomfim, o livro *História de Independência* foi crucial para compreendermos o pensamento de Varnhagen. Nele podemos encontrar explicitamente sua paixão pela monarquia portuguesa e, com isso, sua “deturpação” da história nacional.

Podemos, portanto, notar o desprezo de Bomfim por Varnhagen e sua escrita da história, feita, segundo ele, para contemplar os interesses do trono português, que nunca esteve relacionado aos interesses do povo brasileiro.

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a história, para Bomfim, tem um grande poder didático, e a propagação da história escrita por Varnhagen teria trazido grandes dificuldades ao desenvolvimento da nação e, é por este motivo, que Bomfim buscava combatê-la de forma tão incisiva.

2.3 - Disputa por um passado: a independência e um futuro para o Brasil

Em seus esforços para definir a nação, Varnhagen e Bomfim se dedicaram ao processo de independência e deram respostas diferentes a importantes questões, o que evidencia a visão política de ambos, além de uma clara disputa pelo passado. Como já dito, as noções difundidas por Varnhagen são representantes de um importante paradigma da história nacional e não estavam totalmente superadas quando Bomfim se dedicou à forte crítica e tentativa de erradicação da história produzida pelo Visconde.

A análise dos dois pontos de vista nos ajudará a evidenciar o passado eleito por cada autor, marcando suas posições em relação à constituição de uma identidade nacional, além de contribuir para a definição de contornos mais firmes à noção de história empreendida por Bomfim.

Em *História da Independência do Brasil* Varnhagen, ao se dedicar à descrição dos principais acontecimentos que desencadearam este processo, destacou o protagonismo da família real e, principalmente, de D. Pedro I, e evidenciou sua forte fidelidade à monarquia.

O texto é fartamente documentado e apoiado em cartas, relatórios, decretos, entre outros documentos oficiais, o que comprova uma das características mais destacadas pelos intérpretes de Varnhagen: seu apego às pesquisas documentais.

Logo no prefácio Varnhagen se propõe a explicar ao leitor os critérios científicos utilizados por ele na composição de seu texto, afirmando que:

O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são do domínio do público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscientemente o seu veredito, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu juntar²²⁰.

Varnhagen ainda afirmou que um autor não deve “adular ou lisonjear os sentimentos ou prevenções de uns, nem de outros”²²¹. Dessa forma, garantindo imparcialidade e “amor a verdade” Varnhagen, afirmou construir um discurso de imparcialidade que, em conformidade com os critérios do período, lhe conferiu credibilidade.

Varnhagen utilizou, como metodologia de exposição, contar as histórias das províncias separadamente ao final do texto, isso porque, segundo ele:

Não escrevemos anaes, escrevemos uma História, e os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompido o fio dos sucessos importantes e capitais, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fossem convenientemente explicados.

Além de que na época da independência a unidade, não existia[...] ²²²

Assim sendo, observamos que o autor orientou sua narrativa a partir do centro, porque, para ele, seu desvio poderia tirar o foco dos fatos mais importantes. Além disso, ele ainda indicou não crer na unidade brasileira antes da Independência, já que esta foi proporcionada pelos braganças mais adiante.

Já Bomfim, diferentemente de Varnhagen, ao se dedicar a História da Independência, o faz de forma dispersa, uma vez que o tema perpassa todo o livro *O Brasil na História*. No entanto, dada à relevância do assunto, Bomfim também lhe dedicou um apêndice nomeado de *A História da Independência*.

²²⁰ VARNHAGEN, 1916, p. 25-26.

²²¹ Ibidem, p. 26.

²²² Ibidem, p. 28-29.

Em sua abordagem, Bomfim buscou refutar concepções instituídas pela historiografia oficial, elaborando respostas às questões apontadas, por ele, como “deturpadas” por esta historiografia. Desta forma, Bomfim buscou realizar uma enfática defesa de sua versão dos fatos.

O médico respaldou-se, muitas vezes, nos dados apresentados por esta mesma historiografia, citando um grande número de autores, entre eles o próprio Varnhagen, e sua obra *A História Da Independência*. Ao citar este texto, Bomfim não se referiu ao fato dele ter sido publicado pelo IHGB, somente citou a participação do Barão de Rio Branco, quando comentou algumas de suas notas.

Além de Varnhagen, são citados Pereira da Silva, Oliveira Lima e Antonio Vianna (1884-1952)²²³, que foram empregados, em algumas ocasiões, até mesmo, para contradizer suas próprias teses.

O sergipano também utilizou autores contemporâneos aos acontecimentos narrados como Monsenhor Tavares (1793-1876)²²⁴ e Vasconcellos de Drummond (1794-1865)²²⁵, além de outros como, Robert Southey, Armitage (1807-1856)²²⁶ e Felício dos Santos (1822-1895)²²⁷, Mello Moraes (1816-1882)²²⁸, Assis Cintra (1987-

²²³ Antonio Vianna é autor de *A emancipação do Brasil*, 1808-1825 de 1922. É denominado por Bomfim de “português de hoje”.

²²⁴ Francisco Muniz Tavares (Monsenhor Tavares) nasceu em 16 de fevereiro de 1793 em Recife (PE). Foi padre e Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, Padre e, mais tarde, monsenhor. Escritor, historiador e parlamentar. Faleceu em 23 de outubro de 1876. Foi um dos vultos mais notáveis da revolução de 1817, em Pernambuco. Deputado Constituinte, eleito pelas Comarcas de Olinda e Recife a 7 de junho de 1821, deputado para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil para a legislatura ordinária de 1845 a 1847 (posse em 21 de fevereiro de 1845). Era Sócio Fundador e Primeiro Presidente do Instituto Arqueológico Pernambucano; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Era Membro do Conselho do Imperador. Publicou *História da Revolução de Pernambuco em 1817, Recife*, 1840; Projeto de *Constituição para o Império do Brasil*, entre outras.

²²⁵ Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond nasceu no Rio de Janeiro em 1794 e faleceu em Paris em 1865. Foi um dos políticos que se destacaram no processo que culminou na Proclamação da Independência do Brasil, atuando nas províncias de Pernambuco e da Bahia. Foi um dos fundadores, em 1823, do jornal *O Tamoyo*, alinhado aos Andradas. Fugiu do país na época do fechamento da Constituinte e instalou-se em Paris, onde manteve contatos próximos com outro exilado, José Joaquim da Rocha, e com José Bonifácio. Conquistou uma posição importante, entre os sul-americanos do tempo, na vida cultural francesa. Publicou periodicamente no jornal *La France Chrétienne*, e figurou entre os membros fixos do *Journal de Voyages*. Foi nesse último que publicou, em três partes, o diário da “Viagem mineralógica” de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e José Bonifácio por São Paulo, além de excertos de outros textos deste último. Em 1829, entrou para a carreira diplomática.

²²⁶ John Armitage foi um comerciante britânico. Autor de *The History of Brazil* de 1836.

²²⁷ Joaquim Felício dos Santos nasceu em Serro, em 11 de maio de 1822 e faleceu em Diamantina, em 21 de outubro de 1895. Foi professor, jurista, jornalista, historiador e político brasileiro. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Na política, defendeu um mandato como deputado geral durante o Segundo Império (1864-1866), o qual não concluiu por protesto à negação de seus quereres políticos e outro como senador (1891-1895) já na República Velha. Dentre seus diversos trabalhos, encontra-se o *Projeto do Código Civil Brasileiro* de 1882. Foi o primeiro escritor a relatar a história de Chica da Silva, em seu livro *Memórias do Distrito Diamantino*, lançado em 1868. Dentre suas publicações periódicas, destacou-

1953)²²⁹ entre outros. Ou seja, Bomfim, embasado por estes autores, construiu uma interpretação diferente, afastando-se, acentuadamente, da interpretação apresentada por Varnhagen, que, é considerada por ele, feita a serviço do trono português.

Francisco Adolfo Varnhagen compôs um elenco de fatores fortemente relacionados às ações da monarquia que teriam desencadeado a emancipação política do Brasil. O autor apontou três iniciativas cruciais para a construção da nação brasileira, foram elas: a chegada da família real, em 1808; a elevação da então colônia a Reino Unido e sede do trono português, em 1815 e, por fim, a decisão do rei de retornar a Portugal. Estes três acontecimentos teriam servido em favor da futura união nacional²³⁰, tendo proporcionado transformações que, mais tarde, contribuiriam para o espírito de integração e autonomia, dificultando a reversão da situação, ou seja, tornando árduo, senão improvável, o retrocesso do Brasil à condição de Colônia.

No entanto, a vinda da família real causou forte insatisfação a Portugal. Este descontentamento acabou por acarretar a Revolução Constitucionalista do Porto ocorrida em Portugal, no ano de 1820. Para Varnhagen:

Esta revolução triunfante marcava uma nova era para o Brasil: se não adere a ela, fica separado em Estado independente: se adere e consegue proclamar também as novas instituições, era mais que seguro que não se havia de dar ao trabalho de se libertar do julgo do antigo sistema de Governo, para voltar ao julgo maior e mais humilhante do estado colonial, de que, aliás, já se libertara com a vinda da corte.²³¹

Desta forma, o movimento de restauração português, ao suscitar dúvidas a respeito do retorno da família real a Portugal e acerca da situação do Brasil como reino

sea novela *Páginas da história do Brasil, escrita no ano 2000*, uma impiedosa sátira contra a monarquia e o imperador.

²²⁸ Alexandre José de Mello Moraes nasceu em Maceió em 23 de julho de 1816, e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1882. Foi médico e historiador brasileiro. Formou-se na Faculdade de Medicina na Bahia no ano de 1840. Em 1843, escreveu em jornais como o *Correio Mercantil*. Além dos estudos devotados a medicina, Mello Moraes dedicou-se ao estudo da História, sondando documentos inéditos que possuía em grande número, e de que chegou a ser o mais rico depositário do Império. São numerosos os seus trabalhos sobre História, Medicina e ciências acessórias. Entre as suas numerosas publicações em História destacamos: o *Brazil Historico* em quatro volumes, de 1864 a 1873; *O Brazil Reino e Brasil Imperio* de 1873 e *Independencia e o Império do Brasil* de 1877.

²²⁹ Francisco de Assis Cintra, em 13 de março de 1887 na cidade de Bragança Paulista em São Paulo. Foi jornalista, crítico literário, filólogo, historiador e professor, escreveu diversos livros sobre História do Brasil como *O Homem da Independência* (1921), *D. Pedro I e o grito da Independência* (1921), entre outros.

²³⁰ Trataremos deste tema mais detalhadamente mais adiante neste capítulo.

²³¹ VARNHAGEN, 1916, p. 39.

unido, afluíram questões importantes aos interesses brasileiros, e gerou uma situação incerta ao país.

Em uma clara disputa entre as cortes portuguesas representadas no Brasil por Conde de Pamella, e os interesses de D. João VI, representados por seu ministro Thomaz Antonio, diferentes projetos foram propostos, tais como o de duas constituições e duas capitais, dois congressos com uma monarquia e até a permanência da Coroa de forma definitiva no Brasil.

Um projeto apresentado em Coimbra, em 1821, por Antonio D' Oliva de Sousa Siqueira, tenente de infantaria e estudante do 4º ano de matemática, merece ser ressaltado devido ao grande destaque que Varnhagen lhe concedeu.

O autor deste projeto, ao perceber que o melhor para Portugal era manter-se unido ao Brasil, propôs a conservação da metrópole no Brasil, tendo o Rio de Janeiro ou a Bahia como capital, e, além disso, sugeriu que se nomeasse um vice-rei a Portugal, com todos os poderes, e que se estabelecesse um livre comércio entre os dois países.

Segundo Varnhagen, esta proposta merecia destaque, pois: “O Brasileiro mais patriota não poderá inspirar por certo ideias mais fecundas, nem mais adequadas à situação do Brasil”²³². Dessa forma, o autor reafirmou sua crença de que a permanência da monarquia no Brasil era o melhor para a nação.

Dito isso, acrescentamos que, para Varnhagen, a principal questão levantada pelas discussões até aqui apresentadas era a de quem iria para Portugal e quem ficaria no Brasil. Segundo o autor, os brasileiros mais conciliadores cogitavam a ida do príncipe real com a condição de que ficasse o rei ou o contrário, e os portugueses menos exigentes, se contentavam com a partida do rei e a permanência do príncipe. Já, os mais exaltados dos dois lados queriam cada qual para seu país, a família real toda. Ficou decidido, neste contexto, a formação de duas constituições, habitadas alternativamente pelo soberano e pelo herdeiro da coroa. Ficou ainda determinado enviar o príncipe à Portugal.

Ao mesmo tempo em que todas estas questões eram decididas, outro fato importante ocorreu na província da Bahia. Ao aderir às cortes portuguesas, e jurado sua constituição, esta província influenciou diretamente algumas decisões de D. João relacionadas à resolução aludida anteriormente e sua ida, ou não, a Portugal, já que, para

²³² *Ibidem*, p. 73-74.

Varnhagen, qualquer passo em falso a respeito dessa decisão poderia ocasionar a desunião do Brasil. Segundo o Visconde:

[...] depois das ocorrências da Bahia, principalmente, o plano do novo regime era perigoso, e ameaçava fracionamento do Brasil, confederando-se a Portugal algumas províncias, para entrarem no gozo de mais direitos constitucionais do que os que lhes eram oferecidos por Thomaz Antonio.²³³

Sendo assim, para Varnhagen, a conservação da resolução que apresentava duas constituições, mantinha duas capitais e mandava o príncipe a Portugal, ameaçava a união nacional. Ele ainda lamentou, afirmando que, caso a resolução fosse tomada logo que chegaram as primeiras notícias do movimento em Portugal, e antes que o plano de conjuração da Bahia se desdobrasse, seria mais provável que a “Independência do Brasil se teria desde então feito pacífica e progressivamente, e que Portugal teria concluído por pactuar com o rei [...]”²³⁴

Um novo fato ocorreu: um conluio que envolveu até mesmo a rainha foi armado para que a constituição portuguesa fosse aprovada, e para que D. João retornasse à sua terra natal. Nas palavras do Visconde:

Havia se formado, desde algum tempo, um pequeno conluio para promover a proclamação da constituição portuguesa. Eram membros ajuramentados dele o bacharel padre Marcelino José Alves Macambôa, o padre Francisco Romão de Góes e outros Portugueses estranhos aos interesses do Brasil e nele não domiciliários. Celebravam suas reuniões todas as tardes em casa do dito Padre Macambôa, e por influência até da rainha, que desejava que El rei fosse obrigado a retirar-se para Portugal, chegaram a pôr-se em inteligência com o príncipe real, vendo-o até em palácio, na sala do seu guarda-roupa, por baixo da sala chamada dos pássaros. Reconhecera ademais o príncipe que, proclamada já a Constituição na Bahia, era intempestiva e perigosa a tentativa aconselhada por Thomaz Antonio e prometera que, chegando ao caso, auxiliaria um movimento constitucional (...)²³⁵

²³³ Ibidem, p.60.

²³⁴ Ibidem, p. 60.

²³⁵ Ibidem, p. 64-65.

O padre Macambôa, por meio de sua conspiração que objetivava “servir somente a Portugal” teria, providencialmente, ajudado o Brasil a se manter unido, livrando-o de um fracionamento, já que a situação na Bahia poderia causar discordância.

Dessa maneira, Varnhagen ainda reforçou que a ida de D. João e a permanência de seu filho foram uma “grande resolução” em favor da futura unidade nacional, e que a interferência do príncipe por meio desse conluio foi providencial para a união do Brasil.

Vimos que Varnhagen apontou a saída da família real de Portugal como fato impulsionador da união e autonomia do Brasil, atributos, estes, postos à prova durante o episódio da Revolução do Porto e da situação na província da Bahia. Este pensador buscou deixar claro a boa intenção da família real, principalmente de D. João para com o Brasil. Até mesmo quando Varnhagen falou em conluio deixou claro que o príncipe foi influenciado e, além disso, havia percebido que a situação da Bahia era perigosa e que conspiração tinha servido para o bem, resultando na unificação do país.

Manoel Bomfim, em sua narrativa, seguiu a mesma periodicidade apresentada por Varnhagen e conferiu destaque aos mesmos fatos, entretanto, manifestando interpretação e ênfase diferentes das apresentadas pelo Visconde de Porto Seguro.

Quando fez referência aos mesmos episódios Bomfim afirmou que a presença da corte portuguesa no Brasil, ao invés de deflagrar a Independência, atrasou-a, já que o desejo de emancipação já se fazia presente nas aspirações dos brasileiros desde os movimentos insurrecionais do final do século XVIII. Bomfim afirmou que:

A presença da coroa, com o seu aparelho de força e corrupção, pôde retardar a redenção do Brasil, sobretudo depois do fracasso dos Pernambucanos; todavia desde que, a pretexto da constituição, foram levados os brasileiros a manifestarem-se a favor da liberdade política, deram largas aos seus contidos anseios, e, sentindo-se fortes nas suas aspirações nacionais, nada mais os poderia conter.²³⁶

Diante disso, podemos afirmar que Bomfim acreditava que o desejo de emancipação nacional existente nos brasileiros foi desperto pela presença da corte, que, com o desenrolar dos fatos, percebeu nos brasileiros “um indomável espírito de reivindicação nacional”.

²³⁶ BOMFIM, 1930, p. 483

Bomfim não negou que a chegada da corte portuguesa ocasionou certa autonomia brasileira em relação a Portugal, no entanto, alegou que este fato não serviu para livrar o Brasil do domínio português.

Sabido que o desejo de emancipação nacional era presente na população brasileira, a Revolução Constitucionalista do Porto teria, ao procurar reajustar o regime entre Brasil e Portugal, concorrido para evitar que houvesse independência aos moldes brasileiros. A exigência do retorno do rei também agravou o caso, já que, no Brasil, “sentia-se” que, assim que a corte partisse, com a volta do antigo sistema colonial, dar-se-ia a ruptura completa de toda a ligação entre Brasil e Portugal. Dessa forma, segundo Bomfim:

[...] entre pavores, incertezas e perfídias, iam os dias do bragantismo no Brasil, quando a revolução liberal de 1820 rompeu a crosta de infâmias da política portuguesa, lá mesmo, e impôs a convicção – de que era indispensável concertar de qualquer forma o regime, a fim de evitar o definitivo desastre.
237

Portanto, para o médico, a gênese desse processo de independência, chamado por ele, ironicamente, de “movimento revolucionário”, foi a repercussão da revolução liberal-portuguesa. Foi neste momento que Portugal se apossou do movimento que era legitimamente brasileiro para torná-lo seu.

Assim, podemos afirmar que Bomfim acreditava em dois perfis de Independência: o primeiro dizia respeito ao anseio de independência do povo brasileiro, manifestado nas lutas insurrecionais ocorridas no século XVIII e na Revolução Pernambucana de 1817, e o segundo dizia respeito ao movimento que, de fato, ocorreu e deu a independência aos braganças.

As disputas que se travaram daí em diante, como a de Pamella e Thomaz Antonio, estavam envolvidas neste processo específico de “independência para os braganças”. Ainda segundo Bomfim, o conluio exposto por Varnhagen, envolvendo o príncipe, Pamella e o Conde dos Arcos, possuía motivos evidentes, já que “[...] obrigava-se D. João VI a jurar a longínqua e desconhecida constituição, para obrigá-lo a obedecer às cortes que exigiam sua volta a Portugal, e que deixaria livre o Brasil – a sofreguidão do herdeiro”.²³⁸ Dessa forma, se consolidou um novo governo ao sabor do

²³⁷ Ibidem, p. 487.

²³⁸ Ibidem, p.492.

constitucionalismo e favorável ao príncipe. Bomfim encerrou esse episódio com a seguinte afirmação: “Com a partida de D. João VI, fechou-se o primeiro ato da farsa, que veio a ser a – Independência do Brasil [...]”²³⁹.

Ao dar continuidade a sua narrativa, Varnhagen destacou que, após a partida de D. João, o que se via no Brasil era a falta de conformidade entre os que se ocupavam de política. À vista disso, o autor identificou três fortes tendências: “monarquia pura”, “monarquia constitucional” e “democracia e republicanismo”. O autor também apontou que cada uma destas três tendências dividia-se em frações que inclinavam, uns à união com Portugal e outros à Independência.

Ter em mente “o jogo desencontrado destes três elementos” foi importante para explicar certas adesões e distanciamentos que, a princípio, podiam parecer incomuns, como quando o príncipe aparentava estar de acordo com as cortes e era apoiado por democratas que buscavam a união com Portugal, recebendo ainda a oposição de monarquistas independentes. Dessa forma, a harmonia de sentimento em favor da Independência só surgiu mais tarde, fazendo em sua configuração de militar um “ultra-democrata” ao lado de um “ultra-monarquista” ou vice e versa. De tal modo, Varnhagen buscou esclarecer o complexo jogo de interesses que tomava o Brasil neste período.

Assim seguiu o Brasil após a partida de D. João. No entanto, mesmo com toda divergência de ideias, para Varnhagen, um sentimento de descontentamento em relação ao principal ministro do príncipe, Conde dos Arcos, atingiu tanto os brasileiros, como os portugueses, que começaram a manifestar suas insatisfações publicamente. Diante desta insatisfação geral, e da falta de atitude do príncipe regente, a tropa portuguesa agiu, e seu general, Jorge de Avilez, em 5 de julho de 1821, à frente da mesma, determinou que o príncipe jurasse as bases da constituição portuguesa aprovada pelas cortes em Lisboa, e exigiu, também, a demissão do ministro Conde dos Arcos. Seguiu-se a este ocorrido, uma nova organização ministerial e a eleição de uma Junta Provisória, além da expulsão do Conde dos Arcos, mandado de volta a Lisboa.

Segundo Varnhagen, houve, nos primeiros dias que se seguiram ao 5 de julho, um temor geral entre os brasileiros, e após isto, o governo ficou em uma espécie de marasmo, sem saber onde residia a autoridade, já que: “a do príncipe fora desprestigiada e menoscabada; a hunta, presidida pelo bispo, não desejava tomá-la; e os ministros,

²³⁹ Ibidem, p. 497.

feitura da tropa, não davam um passo temendo a cada instante um novo pronunciamento”²⁴⁰.

Entretanto, o príncipe, segundo Varnhagen, “estava aborrecido, em meio a tantas contrariedades, a que não via fim, e sinceramente desejoso de largar o poder e retirar-se para a Europa”²⁴¹. Ávido de retornar a Portugal, o príncipe buscou ganhar a confiança dos oficiais portugueses, com a intenção de manter a paz para que não houvesse novos pronunciamentos, até que finalmente chegasse o momento de partir. Desta forma, enquanto o príncipe mantinha a tropa entretida em festejos:

[...] trabalhavam em clubes maçônicos José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, oficial maior da Contadoria do Arsenal do Exército, padre Januario da Cunha Barbosa, Manuel Alves Branco Muniz Barreto e outros, deliberando acerca do modo mais conveniente, de organizar no Brasil um governo perpetuamente livre, sem deixar de entrever a possibilidade de que só isso poderia ser conseguido, organizando-se em nação independente, como haviam praticado todos os demais Estados do continente americano²⁴².

Enquanto isto, em Portugal, após a chegada de D. João VI a Lisboa, as cortes começaram a legislar para o Brasil, e, entre diversas propostas, ficou resolvida a criação de Governos Independentes, estando às tropas, em cada província, sujeitas a um governador de armas, que provavelmente seria escolhido entre os portugueses, e que se subordinaria unicamente às cortes de Lisboa ou ao seu governo. Foi também referendado, neste momento, um decreto que ordenava o regresso do príncipe a Portugal.

Segundo Varnhagen, estas decisões foram mal recebidas no Brasil, já que se temia pela recolonização e divisão do país. Este temor despertou um sentimento de independência entre os brasileiros. Com isso, o historiador afirmou que:

Todas as moderadas tendências da parte dos Brasileiros pensadores mudaram de repente, com a chegada especialmente do decreto para a retirada do príncipe, acompanhado logo do projeto proposto acerca da supressão dos tribunais. De um dia para o outro viu-se [*sic*] extraordinariamente alentada a pequena

²⁴⁰ VARNHAGEN, op. cit., p. 117.

²⁴¹ Ibidem, p.118.

²⁴² Ibidem, p. 120.

minoria dos clubes que ousara acenar tão cedo com a independência: e o que se viu de mais extraordinário foi o apresentarem-se alistados, abertamente a declararem contra as providências das Cortes, centenares [sic] de famílias inteiras, e, com mais audácia e valor que os Brasileiros, os próprios Portugueses, empregados públicos ou estabelecidos no Brasil, uns porque viam desde logo a perspectiva de ficarem a meio soldo, outros, proprietários e comerciantes, não viam na retirada do príncipe senão dissolução, anarquia e saqueio geral, segundo tinham o exemplo do que haviam sofrido os Espanhóis por ocasião de se proclamarem em republica os Estados limítrofes

²⁴³

Esta citação nos evidencia que, para Varnhagen, a partida do príncipe para Portugal seria um infortúnio para o Brasil, já que sua presença garantia a paz e a tranquilidade ao país.

Os brasileiros e portugueses, aqui instalados, os últimos com maior valor, notaram este fato e se manifestaram prontamente contra a partida do príncipe, com a intenção de evitar a anarquia a que se submeteram os Estados espanhóis para proclamarem a república, indicando que o melhor caminho para o Brasil, naquele momento, era a manutenção da Monarquia.

Diante de resolução do príncipe de partir, a população brasileira passou a se manifestar contra esta atitude, buscando ajuda em outras províncias e mandando emissários do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais.

O príncipe percebendo a gravidade da situação decidiu, portanto, que talvez valesse desobedecer às ordens vindas das cortes do que sacrificar milhares de vidas dos seus concidadãos. Sua decisão de ficar, só foi tomada após a leitura de uma carta de Thomaz Antonio, homem de confiança de D. João, para um velho amigo Antonio Soares de Paiva. Na carta, o ex-ministro do rei dizia que, se o príncipe desejasse salvar seu pai e os reinos de Portugal e do Brasil, além de si próprio, não deveria de forma alguma deixar o Brasil.

Mais tarde, o príncipe já decidido admitiu a ideia de tornar pública sua resolução na “[...] resposta que daria a um pedido formal do Senado da Câmara, em vista das representações do povo, que já conhecia e que contavam vários milhares de assinaturas”²⁴⁴. Sendo assim, para o Visconde de Porto Seguro, os acontecimentos que fizeram o príncipe mudar de opinião quanto à sua partida para Portugal foram, primeiramente, o

²⁴³ Ibidem, p. 125.

²⁴⁴ Ibidem, p. 129.

receio de perder vidas brasileiras na desordem que sua ausência causaria, e a carta de Thomaz Antonio, que foi determinante. Estas considerações nos revelam um príncipe preocupado com o destino do Brasil e de seus habitantes e, ao mesmo tempo, leal a seu pai.

Neste processo descrito por Varnhagen, a participação de José Bonifácio se restringiu a redação de uma representação da Junta de São Paulo em que se reivindicava a permanência do príncipe, publicada quando este já havia tomado sua decisão. A participação de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, se resumiu a um discurso em que o mesmo suplicou ao príncipe que suspendesse sua viagem, quando este já havia decidido por essa resolução, ou seja, a participação destes atores não foram decisivas para a determinação do “Fico”.

Ademais, para Varnhagen, o episódio do “Fico”, ou seja, a decisão do príncipe de ficar no país, salvou o Brasil da anarquia e do infortúnio de terminar como as repúblicas americanas. O príncipe, agindo de boa fé, desobedeceu às ordens das cortes portuguesas por medo de sua partida causar danos aos brasileiros, portugueses e a seu pai, tornando-se um herói para todos.

Já para Manuel Bomfim, o episódio conhecido como “Fico” foi mais um ato para a farsa da Independência, uma vez que, com a partida de D. João, o príncipe teria concretizado parte de seu plano, pois “achou-se senhor do país, livre para arranjar uma independência em que se garantisse”²⁴⁵. Sendo assim, para esse autor, o príncipe teria sido um dos “armadores” e grande protagonista do “Fico”, suscitando a independência da forma como ela ocorreu, ou seja, feita para os braganças.

Apesar de buscar a confiança dos brasileiros, alcançá-la não foi uma tarefa simples para o príncipe, já que, desde o início, ele apareceu ligado à tropa portuguesa, o que bastava para indispor-lo com os “patriotas brasileiros” e confundi-lo com os “piores adversários da causa nacional”. Porém ele logrou a confiança brasileira por meio de suas tramas, “mentindo, cavando, traindo... sempre que tanto lhe convinha aos planos”²⁴⁶. O príncipe compreendeu que os brasileiros não suportavam a tropa lusitana, e, estrategicamente, optou por agir contra ela, isto é, contra as cortes. Para Bomfim: “O verdadeiro e concreto inimigo das cortes eram os Braganças, principalmente D. Pedro,

²⁴⁵ BOMFIM, 1930, p. 497.

²⁴⁶ Ibidem, p. 498.

cuja mocidade, se traduzia forçosamente em rebeldia contra quem vinha podar-lhe os poderes”²⁴⁷.

O que se seguiu ao regresso do rei a Portugal foi concretizado a partir de armações do príncipe para tornar o Brasil, seu. Dessa forma, Bomfim afirmou que, quando a tropa portuguesa percebeu que os rumores de independência aumentaram, ela veio à rua fazer uma série de exigências, entre elas, que o príncipe jurasse a constituição portuguesa e demitisse seu ministro, Conde dos Arcos. O príncipe cedeu, pois sabia que, caso continuasse no poder poderia, mais a frente, formar um partido separatista e, em momento oportuno, resistir eficazmente à tropa lusitana.

Devido a todos estes motivos, o episódio do “Fico” foi apontado por Bomfim como um conluio entre o príncipe e a maçonaria, esta por sua vez, corrompida pelas ações de Joaquim Gonçalves Ledo “cuja canalhice tornou possível – desvirtuar-se a tradição maçônica, até então brasileira e republicana”²⁴⁸. Portanto, o príncipe, sabido de que a independência estava sendo preparada por meio da Maçonaria, que a fazia com a República, buscou, através de Ledo, o apoio da mesma, para fazer a independência para os braganças, ou seja: “Ledo, tradição republicana e maçônica, trai a mesma tradição, entrega a Maçonaria ao Bragança, como ele próprio se entrega a José Clemente, que nunca falara de Independência, e só fazia questão de conservar o Brasil para Portugal”.²⁴⁹

Para Bomfim, dada a armação entre o príncipe, José Clemente e Ledo, o “Fico” já estava decidido quando mandaram emissários a São Paulo e Minas Gerais, a fim de solicitar auxílio caso houvesse reação das tropas de Avilez. Entretanto, o príncipe não havia sido convencido de última hora a ficar, como aponta Varnhagen, mas sim, tramado tudo para que pudesse conservar o Brasil como sendo seu.

A trama do “Fico”, segundo nosso autor, só se concluiu com a expulsão da tropa lusitana do Brasil, pois, esta, era representante direta das pretensões das cortes que ameaçavam o Brasil de redomínio, ou seja, eram inimigos do Brasil e das pretensões do príncipe. A expulsão ocorreu com a ajuda de brasileiros, militares e civis que “pronta e espontaneamente se armaram”. Este apoio dos brasileiros ao príncipe se explica, segundo Bomfim, pois:

²⁴⁷ Ibidem, p. 501.

²⁴⁸ Ibidem, p. 501.

²⁴⁹ Ibidem, p. XVIII.

[...] o povo propriamente dito se achava embaido em tudo aquilo: diziam-lhe que o Príncipe tinha virado brasileiro, e ia dar-lhe uma independência... E os brasileiros a aceitaram, na certeza de que era uma legítima liberdade e completa separação

²⁵⁰

Analisado por esta perspectiva, o “Fico” veio para adiar e corromper a Independência. Nas palavras de Bomfim: “[...] foi a *ficada*, que, desde logo, desvirtuou a Independência e a entregou (e com ela o Brasil) ao Príncipe. Do momento do Fico em diante, desapareceram as possibilidades de República [...]” ²⁵¹ Dessa forma, até este momento os planos do príncipe estavam dando certo, caminhando em direção a seu desfecho final e encerrando o segundo grande ato da farsa.

Em contrapartida, para Varnhagen, como sabemos, o “Fico” veio para salvar o Brasil, e, por isso, a resolução do príncipe de ficar agradou a todos. Até mesmo a divisão portuguesa se conformou, não só porque “já não desejavam incomodar-se com o Brasil” ²⁵², mas também porque todos os seus patrícios aplaudiram esta resolução, portanto, a alegria foi geral.

Não tardou muito e parte da tropa portuguesa, em consequência de algumas disputas, contestou a decisão do príncipe, determinando que o mesmo embarcasse imediatamente. Os brasileiros não gostaram da ameaça e, na mesma noite do ocorrido, a tropa de linha e miliciano do país começou a reunir-se no campo de Santa Anna. Esta crise gerou, mais tarde, uma intimação do príncipe ao general Avilez e às tropas portuguesas, ordenando o embarque imediato das mesmas ou abrir-lhe-iam fogo, o que resultou na partida da tropa e no fim desta crise. Varnhagen, ao tratar deste episódio, apresentou o príncipe como protagonista, destacando sua fidelidade ao Brasil e seu heroísmo.

Com todos estes acontecimentos em curso, o príncipe precisou reorganizar seu ministério e acabou por entregar a pasta do reino e estrangeiros a José Bonifácio. Segundo Varnhagen, a entrada de Bonifácio no ministério teria lhe dado mais unidade, trazendo grandes consequências para o que se seguiu.

Após a resolução destes problemas iniciais, o príncipe fez uma importante viagem às Minas Gerais. Segundo Varnhagen, graças a esta viagem, Pedro teria livrado a referida província da anarquia, pois lá se desenvolviam forças que ameaçavam sua

²⁵⁰ Ibidem, p. 504.

²⁵¹ Ibidem, p. XIX.

²⁵² VARNHAGEN, op. cit., p. 134.

regência, o que o fez eleger uma nova junta. Esta ação salvou a província. Nas palavras de Varnhagen, ao retornar ao Rio, o príncipe foi recebido com festa já que:

Ficava salva a província de Minas por um desses lampejos de gênio com que os verdadeiros heróis salvam às vezes as nações, e sendo recebido entre os Fluminenses pelos aplausos mais fervorosos do patriotismo, pois nem sabiam como demonstrar ao príncipe o profundo reconhecimento em que todos lhe estavam, por haver salvado o país, primeiro das garras de deputados demagogos das Necessidades, e depois das faces da anarquia ²⁵³.

Ainda por decorrência desta viagem, uma importante mudança aconteceu “[...] operado no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro, e de tal começou a ufanar-se perante o próprio pai”²⁵⁴. Assim, ao enfatizar a transformação no ânimo do príncipe, Varnhagen, deixou para trás a ligação do mesmo com Portugal, o identificando totalmente com as causas brasileiras.

A isso se seguiu uma série de ações que reforçaram, ainda mais, os laços do príncipe com Brasil, foram elas: o decreto, conhecido como “cumpra-se”, determinando que as decisões das cortes portuguesas só se cumpririam no Brasil com o aval do regente; a aceitação do príncipe do título de *Defensor Perpétuo do Brasil*; o anúncio de que uma assembleia geral constituinte e legislativa seria convocada após as eleições dos Deputados das Províncias, e por fim, um decreto declarando inimigas quaisquer forças armadas que viessem de Portugal. Segundo Varnhagen, em “todas estas decisões tinha já grande parte a Maçonaria, de cujo Grande Oriente o ministro José Bonifácio era ainda grão-mestre” ²⁵⁵.

Assim, tendo seu governo influenciado pela Maçonaria através de José Bonifácio, seu ministro grão-mestre, além de outros membros dessa sociedade secreta como Gonçalves Ledo e José Clemente, o príncipe se deixou levar pela “curiosidade tão natural à sua idade” e entrou para o mesmo clube. Dessa forma, a Maçonaria teve um papel importante em todo este processo de independência.

Apesar disso, a decisão de declarar a Independência do país foi obra do próprio príncipe, pois este, ao visitar a província de São Paulo a pedido de sua junta, já “se

²⁵³ Ibidem, p. 155.

²⁵⁴ Ibidem, p. 156.

²⁵⁵ Em nota, Varnhagen destaca que apesar de grão-mestre, José Bonifácio teria menos influência na Maçonaria do que Gonçalves Ledo, o que teria levado, mais a frente, Bonifácio a romper com a Maçonaria e fundar outra sociedade secreta chamada de Apostolado. VARNHAGEN, op. cit. p. 173.

despediu quase resolvido a declarar a independência”²⁵⁶. No entanto, a decisão do príncipe só foi definida após o recebimento dos despachos vindos do Rio de Janeiro, enviados pela princesa, sua esposa, e por José Bonifácio. Nestes despachos, encontravam-se cartas que traziam notícias a respeito de resoluções tomadas pelas cortes portuguesas, resoluções estas “que careciam com urgência de ser prevenidas, antes que chegassem oficialmente”.²⁵⁷

Ainda assim Varnhagen ressaltou certa influência maçônica, quando afirmou que:

A verdade é que, antes de poderem chegar ao Rio, as resoluções do príncipe tomadas em S. Paulo, já a proclamação da mesma independência se resolvia também no Rio de Janeiro no Grande Oriente, de que José Bonifácio era grão-mestre, em sessão de 9 de Setembro.²⁵⁸

Para Varnhagen, as decisões tomadas pelo príncipe estavam em sincronia com as resoluções tomadas pela Maçonaria, indicando que estes estavam em sintonia em relação ao que era melhor para o Brasil.

Afinal, o príncipe tomara a decisão certa, já que:

Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes, não já para ir como fora ordenado no ano anterior, viajar com mentores, mas, sim, mui provavelmente, para finda a Constituição, ser chamado à barra pelas Cortes a fim de se justificar pelos seus atos, e dobrar os joelhos em presença dos seus imprudentes afrontadores.²⁵⁹

Assim, “inspirado pelo gênio da glória”, com esta resolução, o príncipe “acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana”²⁶⁰. Dessa forma se deu a Independência Do Brasil para Varnhagen: o príncipe como seu principal articulador, apoiado pela Maçonaria e tendo como inimigo a combater as cortes portuguesas que faziam seu pai prisioneiro. Para Varnhagen, o príncipe foi o herói e salvador do Brasil.

²⁵⁶ VARNHAGEN, op. cit., p. 181.

²⁵⁷ Ibidem, p. 185.

²⁵⁸ Ibidem, p. 183.

²⁵⁹ Ibidem, p. 185-186.

²⁶⁰ Ibidem, p. 187.

Para Bomfim, o “gesto do Ipiranga foi o momento capital, no terceiro ato da força da Independência, e é o que se salva de toda ela”²⁶¹, pois foi o único ato feito em favor do Brasil. Conduzida por José Bonifácio, a forma com que se deu a Independência se alterou, pois:

A lusitanada tinha entrado já, toda para a Independência; era poderosa, pois que se achava montada nas melhores posições; estava disposta a fazer-se senhora da mesma Independência, ideada para serviço dos seus interesses... E José Bonifácio, em face dela, procedia com a temeridade do suicida: deixou-lhes todas as posições, ao passo que, sem reservas nem complacências se declarou seu inimigo.²⁶²

Após a expulsão do general Avilez e sua tropa pelos brasileiros, a situação tornou-se favorável ao Brasil, já que os ministros adeptos das cortes portuguesas tiveram que sair do Governo, e o príncipe fez de José Bonifácio de Andrada e Silva seu novo primeiro ministro. Dessa forma Bomfim apresentou, em *O Brasil na História*, o velho Andrada da seguinte maneira: “Monarquista intransigente, cordialmente bragantista, sempre avesso a revoluções, José Bonifácio foi o mais radical independentista de todos que, de fato, concorreram na obra”²⁶³, e fez, portanto, a Independência para o Brasil. Em suas palavras:

José Bonifácio nada preparou, antes, para a Independência; todavia uma vez no Governo, foi o senhor da situação, o ostensivo condutor da política, até o ponto de, apesar de tudo, fazer a mais brasileira das independências que podiam sair do fico de José Clemente, tão nacionalizada, que nunca mais foi possível voltar atrás para a sonhada re-união.²⁶⁴

Ao entrar para o governo, Bonifácio se tornou um condutor ativo e lúcido dos acontecimentos, e, quando vieram os ataques das cortes portuguesas à “dignidade nacional”, o ministro “respondeu desassombradamente, e a cada um dos golpes do lusitanismo cartista, respondeu com outro mais eficiente”.²⁶⁵ Ou seja, conduziu a política brasileira contra os mandos de Portugal e, com isso, alcançou uma independência menos bragantina e mais brasileira.

²⁶¹ BOMFIM, op. cit., p. 512.

²⁶² Ibidem, p. 513.

²⁶³ Ibidem, p. XVIII.

²⁶⁴ Ibidem, p. 509.

²⁶⁵ Ibidem, p. 513.

O príncipe “num ímpeto de despeito contra as cortes” seguiu as ordens de Bonifácio e declarou a Independência sem compreender bem o alcance de seu ato, certo de que poderia voltar dele quando quisesse.

Bomfim acrescentou que a decisão do príncipe para o gesto de 7 de setembro, como bem disse Varnhagen, já estava tomada antes de sua partida a São Paulo, e, seguiu afirmando que, como prova disso, o Visconde citou uma circular de José Bonifácio, o que demonstrou que este teria tomado esta decisão, ou seja, Varnhagen “[...] pensa provar contra o grande paulista, e dá a demonstração de que tudo resultou a ação dele”.

266

Ao receber o que lhe foi enviado do Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro, o príncipe verificou que o que tinha em mãos não eram despachos de Lisboa, mas sim:

[...] contexto das notícias recebidas por José Bonifácio, com comentários, observações e resoluções do mesmo ministro, que era, no momento, senhor incontestável das decisões do Governo. E foi ele quem decidiu – que se proclamasse, imediatamente, a absoluta independência, antes que chegassem os decretos das cortes.²⁶⁷

Nem a maçonaria mandou indicações ou sugestões ao príncipe porque, em seu seio, o “assunto foi adiado – a esperar-se a opinião das províncias”.²⁶⁸ Sendo assim, não se tem nenhuma referência a respeito dos motivos da maçonaria desejar a Independência naquele momento, e da forma com que foi feita.

O último ato que compôs a Independência, para Bomfim, teve como seu principal articulador, José Bonifácio, que, em seus esforços patrióticos, proclamou uma independência brasileira, tornando irreversível a situação do Brasil como um país livre.

Contudo, mesmo na plenitude do programa criado pelo Andrada, a independência foi “viciosa, incompleta e desorientadora, uma vez que contrariava os patentes intuítos da nacionalidade, segundo a tradição santificada e consagrada no sangue dos nossos mais legítimos e característicos patriotas”.²⁶⁹ Ou seja, se não fossem as manobras bragantinas para conduzir a independência de maneira que, os mesmos,

²⁶⁶ Ibidem, p. X.

²⁶⁷ Ibidem, p. XII.

²⁶⁸ Ibidem, p. XV.

²⁶⁹ Ibidem, p. 515.

pudessem continuar no poder, a independência teria sido feita nos moldes da tradição brasileira que “era radicalmente – republicana, liberal, maçônica, nacionalista”.²⁷⁰

Dessa forma se concluía para Bomfim a grande farsa que foi a Independência: o que se seguiu a ela não seria nada mais do que uma continuidade do que já ocorria, ou seja, o Brasil, apesar de autônomo, “estava sob o governo de *legitimíssimos* representantes da metrópole”.²⁷¹

Para Varnhagen, a narrativa segue até o momento em que Portugal reconhece o Brasil como uma nação independente, assinalando este episódio como parte fundamental do processo de Independência. Mas, ainda antes de se prender a este fato, Varnhagen se dedicou ao caso da convocação da constituinte e sua dissolução.

Ao narrar este episódio, o Visconde destacou que aquele período foi marcado por diversas crises, como: a causada pelos mandos e desmandos de José Bonifácio e seus irmãos, seguido pela demissão dos mesmos (que, mais tarde, por protestos foram reintegrados); a crise com Portugal, seguida de decretos contra este país; a demissão de José Bonifácio, seguida de várias mudanças no ministério; a crise contra a imprensa e os jornais fundados pelos irmãos Andrada; a tentativa de Portugal de re-união com o Brasil, após D. João VI ser restituído ao poder; as perseguições aos nascidos em Portugal e por fim, já após a dissolução da Assembleia, a prisão dos irmãos Andrada.

Para Varnhagen, estas crises justificavam a dissolução da Assembleia, e, além disso, o autor defende D. Pedro afirmando que:

Não falta quem, ainda hoje, atribua esta dissolução, bem como a demissão dos dois ministros Andradas, a manejos ocultos, procurando até, para mais enegrecer a acusação envolver nela uma favorita. Os fatos, apresentados como se passaram, provam o contrário. A ideia da dissolução era de meses antes prevista pelos políticos, começando por José Bonifácio, tanto no poder como ainda fora dele.²⁷²

Dessa forma, a dissolução seria de tal forma inevitável, que até mesmo José Bonifácio já a previa. Bomfim, ao comentar rapidamente este episódio, afirmou que após a independência houve uma disputa entre José Bonifácio e Ledo, José Clemente, que deu o tom à política do Império nascente. Por isso, ao defender os interesses do

²⁷⁰ Ibidem, p. 512.

²⁷¹ Ibidem, p. I.

²⁷² VARNHAGEN, op. cit. p. 305.

Brasil, os Andradas foram “abatidos, afastados da defesa em que se empenhavam”.²⁷³ Assim, a dissolução da constituinte, excluída “para eliminar a mesma constituição – liberal e brasileira”²⁷⁴, e a demissão dos Andradas representava para Bomfim, mais um ataque à tradição brasileira.

Dito isto, compreendemos que Varnhagen se esforçou para encontrar nos fatos uma justificativa para o ato de D. Pedro. Já em relação ao reconhecimento do Brasil como nação soberana, por parte de Portugal, o historiador acreditava que o reconhecimento ocorreu por intermédio da Inglaterra e de forma bastante conturbada conflitando os interesses de Portugal com os brasileiros. Assim, D. Pedro teria lutado com os negociadores palmo a palmo contra as decisões desfavoráveis ao Brasil, como a concessão do título de imperador a D. João; a concessão da grande quantia de dinheiro exigida por Portugal; entre outras. Ou seja, para Varnhagen, graças aos esforços empreendidos pelo Imperador o Brasil teria conseguido o melhor tratado possível, já que o país não teria sofrido nenhum transtorno decorrente da redação do referido tratado.

Varnhagen concluiu que a resolução das diferenças com Portugal traria estabilidade à monarquia e ao Governo brasileiro, diante deste país e das outras nações. Neste sentido, este pensador, reiterou a importância da monarquia e do Estado português para a independência, pois, o processo somente se concluiria com o aval de Portugal e o acerto entre D. João e seu filho. O autor ainda concluiu que, sem a monarquia, a emancipação ocorreria de forma menos gloriosa, pois sem o herdeiro do trono português, a independência, naquele período, não teria triunfado em todas as províncias “[...] e menos ainda teria levado a cabo esse movimento, organizando-se uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul”.²⁷⁵

Esta conclusão de Varnhagen, além de atribuir à monarquia portuguesa, e principalmente à D. Pedro I, os créditos pela Independência, também suscitou uma importante questão que deve ser investigada a partir daqui: de que forma foi concebida a unidade nacional? Esta questão é significativa, pois a partir de sua análise compreenderemos em que momento e em quais condições o Brasil começou a se formar como uma nação unida, para os dois autores investigados. A resposta a esta investigação

²⁷³ BOMFIM, op. cit., p. 521.

²⁷⁴ Ibidem, p. XXIV.

²⁷⁵ VARNHAGEN, op. cit., p. 350.

nos mostrará de que maneira os autores descreveram as raízes da formação da nação brasileira.

Para o Visconde de Porto Seguro:

[...] na época da independência a unidade, não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marcharam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar por meses emancipada.²⁷⁶

Para este historiador, a concretização da união nacional ocorreu concomitantemente ao processo de independência. Assim, os fatos que levaram à união nacional contribuíram com a independência, muitas vezes, justamente por fomentarem a união.

Dito isso, destacamos que Varnhagen apontou que o primeiro passo em prol da unidade nacional ocorreu com a vinda da família real para o Brasil e com a abertura dos portos às nações amigas, “pois que só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a acostumar-se a receber as ordens vindas já não da Europa, mas dos confins do Brasil”.²⁷⁷ Dessa forma, a ideia de receber ordens vindas do próprio território brasileiro contribuiu para que seus cidadãos assimilassem o país como uma nação.

O segundo passo apontado por Varnhagen, como fomentador da união nacional, foi a elevação de toda região do Amazonas ao Prata à categoria de Reino Unido, notícia que, acolhida com entusiasmo pela população brasileira, levou o Brasil a fazer parte de um grande império. Segundo Varnhagen: “[...] em meados de 1820, era já toda essa região sede de um Império maior que os dos romanos, o qual entendia seu poderio pelas cinco partes do globo terrestre”²⁷⁸, fato este que, portanto, proporcionou ao Brasil uma ideia de pertencimento e unidade.

Dessa forma, a resolução na qual ficou decidido o retorno de D. João VI a Portugal, foi o terceiro e último passo, apontado por Varnhagen, como impulsionador da união nacional. Este fato marcou não só o regresso do rei, como também a permanência do príncipe como regente do Brasil, o que livrou o país “do maior perigo que deveria temer: o de obter novas instituições a custa do seu maior fracionamento, como sucedera

²⁷⁶ Ibidem, p. 29.

²⁷⁷ Ibidem, p. 32.

²⁷⁸ Ibidem, p. 32.

aos povos seus limítrofes das antigas colônias da Espanha”.²⁷⁹ Ou seja, a permanência do príncipe marcou a manutenção da monarquia, e com isso, evitou seu fracionamento.

Após a partida de D. João, Varnhagen apontou mais alguns fatos significativos para a união, entre eles o episódio do “Fico” que, ao contribuir para a manutenção da monarquia, evitara uma independência republicana e com ela, a “dissolução, anarquia e saqueio geral, segundo tinha o exemplo do que haviam sofrido os Espanhóis por ocasião de se proclamarem em republica os Estados limítrofes”.²⁸⁰ Assim, a conservação da monarquia evitou uma luta republicana e, com isso, evitou também a dissolução do Brasil em diversos países como ocorrera com a América Espanhola, exemplo máximo de insucesso.

E, por fim, o ato final que teria garantido a união foi a própria declaração de independência. Com sua confirmação se firmou também a união nacional. Dessa forma, ao dar o grito da independência, e com ele, propor-se a unir o Brasil em uma só nação, D. Pedro salvara este país. Sendo assim:

Nem se podia mais duvidar da união de todas as províncias, quando já haviam manifestado oficialmente os seus sentimentos as da Bahia, Pernambuco e outras, e era reconhecido que os demais o não faziam pela pressão exercida pelas tropas que as ocupavam.²⁸¹

Para Varnhagen, a união nacional foi impulsionada por atos decorridos diretamente da monarquia portuguesa, ou seja, esta mesma monarquia propiciou a união. Assim, a vinda da família real, a elevação do Brasil a reino unido, o retorno de D. João, deixando o príncipe como regente e o ato do “Fico”, contribuíram para a união nacional, tendo ainda, como ato final, o 7 de setembro, mais uma obra realizada pela monarquia e que teria selado de uma vez por todas a união do Brasil como nação ao formar um Império puramente brasileiro.

Em contrapartida, Manoel Bomfim, ao abordar este tema, demonstrou grande preocupação a respeito da maneira com que o assunto foi tratado pelos historiadores brasileiros. Para ele, as origens e motivos da unidade política do Brasil estava, entre as grandes falsidades arquitetadas por essa historiografia e necessitava de imediata correção.

²⁷⁹ Ibidem, p. 69.

²⁸⁰ Ibidem, p. 125.

²⁸¹ Ibidem, p. 187.

Bomfim dedica um capítulo: “Atentados contra a tradição brasileira”, para apresentar sua crítica aos historiadores brasileiros dedicados a tratar da unidade nacional:

Míopes, tendo de julgar horizontes, eles, historiadores para a atualidade, não puderam tirar os olhos daquilo que lhes estava no focinho: não souberam ver além da *Independência*, e derivaram a nossa unidade nacional, com os seus efeitos definitivos, da mais precária das causas – a torva independência de 1822, com aqueles que a fizeram. Tudo mais, na vida colonial, rica expressiva, logicamente seguida e demonstrada a respeito; tudo que não é a trôpega sequência de tradições da *Independência*, não tem valor para eles.²⁸²

Nesta análise, Bomfim destacou a falta de visão destes historiadores que não souberam enxergar a tradição nacional em seu desenvolvimento histórico. Caso tivessem, estes historiadores, notado o desenvolvimento histórico do Brasil, teriam percebido que a experiência de união nacional teve seu início com o insucesso das capitânicas hereditárias. Este malogro ocasionou a unificação da colônia, que foi subordinada a um só Governo Geral, topograficamente central e que, por isso, centralizou todos os motivos e interesses gerais.

Para o sergipano, a solução encontrada para o problema das capitânicas, isto é, a unificação em torno de um centro, podia ser vista como um reflexo da política em que se fizera o Portugal heroico. Assim:

O gênio político que inspirava os criadores do império ultramarino impusera-se no Brasil, desde que este foi uma possibilidade de poder nacional. Esse gênio se infundiu na sociedade política aqui formada, de tal sorte que quando o domínio lusitano caía, aos pedaços pelo Oriente a fora [...] o Brasil tem uma alma nacional para reagir contra o invasor Holandês.²⁸³

Em outras palavras, o Brasil herdou o espírito de união de Portugal heroico, tanto que, mesmo quando Portugal se degradou, o Brasil prosseguiu com o mesmo espírito. Assim, Bomfim acreditava que o Brasil teria existido “desde sempre, e bem explicitamente, como conjunto político” e que as necessidades administrativas locais

²⁸² BOMFIM, op. cit., p. 140.

²⁸³ Ibidem, p. 141-142.

não impediram que os “aspectos superiores, essencialmente sociais” se fizessem da mesma forma para o conjunto do país.²⁸⁴

Outro ponto que, para o sergipano, afirmava a união já existente entre o povo brasileiro, foi o fato de não existir nenhuma divergência que separasse os núcleos de população, não havendo, assim, nem conflitos, nem lutas locais, pelo contrário:

Se abstrairmos a estreita faixa litorânea sob o imediato influxo do Português, a vastidão interior, onde se forma o verdadeiro e exclusivo Brasil pronuncia-se numa atividade nitidamente entrelaçadora unificante.²⁸⁵

Para reforçar a noção de que o sentimento unificador já existia no Brasil desde seus primórdios, Bomfim apontou mais algumas evidências, como a ação dos bandeirantes paulistas que criou um movimento presente por todos os grandes vales, ligando-os em uma só população e desta forma, contribuindo para a concretização do sentimento de união.

Neste sentido, Bomfim apontou mais um fator importante que teria proporcionado maior vigor ao sentimento de união entre os brasileiros: a forma com que se deram os diversos conflitos ocorridos dentro do território do Brasil, como, por exemplo, a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Para este pensador, nesta ocasião, o Brasil concentrou energias para bater o holandês, invicto em toda parte e isto só teria ocorrido, porque já existia, nos brasileiros, um sentimento de união que atuou em favor da luta, e, ao mesmo tempo, aumentado por sua causa. Segundo ele:

Assim, se fez o Brasil. Na veemência da necessidade patriótica imposta pelas repetidas invasões, reforçada a unidade do gentio tupy, a preciosa tendência de unificação nacional produziu o máximo de seus benéficos efeitos. A lutar contra o estrangeiro, ao longo de toda sua formação, o Brasil concentrou-se na consciência de ser uma pátria; reforçaram-se os motivos de solidariedade, e o princípio de unidade dominou todas as outras considerações.²⁸⁶

As Rebeliões Nativistas, que ocorreram a partir do século XVII, também foram exemplos de conflitos que podem ser tidos como comprovação de que já havia união

²⁸⁴ Ibidem, p. 145.

²⁸⁵ Ibidem, p. 147.

²⁸⁶ Ibidem, p. 153.

nacional. Estas disputas somente aconteceram devido à política de perseguição à tradição nacional realizada por Portugal.

Neste momento, para melhor garantir seus lucros, Portugal isolou as capitanias umas das outras e do centro, proibindo o tráfego entre elas e, ao mesmo tempo, anulando a influência do governo do Rio de Janeiro, em detrimento de Lisboa.

Em sua análise sobre as rebeliões, Bomfim afirmou que:

Lamentavelmente perturbadoras essas crises não chegaram a provocar desunião no que já era, de fato, brasileiro. Tomaram desde logo, ostensivamente, o caráter de dissensões nativistas, e, de certo modo, serviram para avivar os laços nacionais.²⁸⁷

Bomfim concluiu, dessa maneira, que a política portuguesa para com a colônia poderia ter causado maiores estragos se não fosse o espírito de união já contido na população, sendo assim, as rebeliões poderiam, devido a este sentimento, ter, até mesmo, avivado a união entre os brasileiros.

Outros conflitos abordados pelo autor foram os que ficaram conhecidos como “rebeliões separatistas”, ocorridas desde o final do século XVIII. Estas sublevações foram vistas, por um grande número de autores, como motivo e manifestação de desunião entre as regiões brasileiras. Entretanto, Bomfim as enxergou como motivo e manifestação de união, já que:

Então, ao mover-se para a liberdade e a soberania, não possuía unidade de sentimento, o povo brasileiro? As manifestações eram locais sim; nem se admite pudessem ter outra forma. Sem unidade de sentimento, porém, como explicar que a revolução de *Dezessete* alastrasse, como alastrou, e levasse as suas pretensões do Ceará até a Bahia e a própria sede da Corte?²⁸⁸

Desta forma, os movimentos separatistas tinham que ser locais, mas, os resultados pendiam para todo o Brasil. A unidade brasileira se fez no patriotismo dos que defenderam o Brasil, e que, desta forma, “sentiram no valor da vida que lhe ofereciam”.²⁸⁹

Bomfim, ainda avaliou a forte tendência da historiografia nacional de ligar a união à monarquia. Para ele, o Brasil, como consequência da “longa infecção

²⁸⁷ Ibidem, p. 151.

²⁸⁸ Ibidem, p. 143.

²⁸⁹ Ibidem, p. 168.

bragantina”, teve que ser independente levando consigo “toda a miséria do Estado português”, e isto teria sido suficiente para que alguns historiadores “falhos” viessem afirmar que a unidade nacional só se fez com e devido à monarquia. Estes historiadores agiram de tal maneira, pois este era o meio mais próximo de condenar os movimentos de 1817 e 1824 ocorridos em Pernambuco, ou seja, era o jeito mais fácil de deslegitimar a tradição nacional existente nestes movimentos.

Ao tratar destes historiadores Bomfim acusou diretamente Varnhagen, afirmando que “Depois de tudo assim contado, vem um Varnhagen, e, com a sem cerimônia de quem dá do que não é seu afirma – ‘O Brasil deve a Pedro I a sua unidade...’”.²⁹⁰ Como visto, para Bomfim, Varnhagen se encaixa no perfil dos historiadores que entregaram a unidade aos braganças e que com isso, desvalorizaram toda história do Brasil que se dedicava ao reconhecimento da tradição nacional.

Ele prossegue sua crítica a este tipo de história afirmando que:

A mentira dessas histórias é mais irritante ainda porque, de fato, a independência de 22, longe de ser benéfica a unidade nacional, foi um motivo de divisão da Nação Brasileira, ao mesmo tempo que eram suplantados os verdadeiros apóstolos da emancipação do país, na realização de um regime livre.²⁹¹

Dessa forma, a Independência teria sido causa de divisão da nação, fato que só não ocorreu, pois a unidade do país vinha de longe e “era indestrutível, a ponto de poder resistir à prova máxima [...]”.²⁹² Ou seja, o Brasil só conseguiu sair do episódio da independência unido e coeso devido à sua consistente união nacional concedida em sua plenitude anos antes e por meio do empenho de seu próprio povo.

Com isso, podemos afirmar que Bomfim combate a noção de que a unidade nacional foi proporcionada pela coroa portuguesa e passa este protagonismo aos brasileiros, homens anônimos que, através de suas lutas cotidianas, adquiriram o espírito da tradição nacional e, por isso, poderiam ser considerados brasileiros que, de fato, lutaram pelos interesses do país. Entre estes brasileiros, Bomfim destacou os pernambucanos que fizeram a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, pare ele, exemplo máximo de cidadãos e verdadeiros heróis deste país.

²⁹⁰ Ibidem, p. 159.

²⁹¹ Ibidem, p. 160.

²⁹² Ibidem, p. 160.

Concluimos que, ao narrar a história da Independência, Bomfim e Varnhagen apresentaram versões do passado bastante distintas. Para o visconde de Porto Seguro o processo de independência ocorreu de forma assertiva e tranquila graças às ações da monarquia portuguesa e especialmente de D. Pedro I, elegendo, este último, como salvador e fundador do império brasileiro. Tendo, portanto, o papel de fundadora, fica claro que a monarquia portuguesa não só concordava com a independência, como também contribuiu de forma fundamental para que ela ocorresse sem sérios embaraços. Assim, sob a proteção da monarquia portuguesa o Brasil alcançou sua independência, além de sua unidade nacional.

Desta maneira, para Varnhagen, o Estado brasileiro em formação era visto como continuidade do Estado português, ou seja, o Brasil, após a independência, teria herdado de Portugal as bases para construir sua nação. Uma nação que, exatamente por ser herdeira de Portugal, poderia ser grandiosa. Ao realizar esta abordagem, Varnhagen expõe seu projeto político em que elege a Monarquia como forma de governo para o Brasil, além de um governo Monárquico o Brasil de Varnhagen deveria herdar, também, o modelo de civilização Europeia e todas as consequências que isto comporta, como a unidade racial com a predominância do homem branco.

Bomfim, com a intenção de realizar uma revisão crítica da matriz varnhaguiana de história e desta forma, de combatê-la, rejeitou a história da independência escrita por Varnhagen, combatendo também o passado e o futuro eleitos pelo Visconde. Passado este que foi convertido em uma espécie de herança e prosseguido até mesmo após a implantação da República. Para o sergipano, a melhor forma de combater essa herança funesta era através da revisão de nossa história, passo dado por ele ao empreender esta reavaliação da história da independência.

Ao buscar uma revisão desta história, Bomfim tentou eleger novos atores para a independência. Ele buscou dar os créditos deste acontecimento a homens anônimos que, em suas vidas cotidianas, se identificaram com a nação e se tornaram brasileiros - estes são, para Bomfim, os verdadeiros heróis da independência - os “homens de 17”, os “homens de 24”, entre outros, que fizeram a união nacional e plantaram a “inevitável independência”.

Destarte, para Bomfim, a monarquia portuguesa, ao notar que a Independência se daria de qualquer modo, aproveitou a oportunidade para fazê-la de sua forma, com a manutenção da monarquia, o que ia completamente contra a tradição nacional. A coroa transformou um movimento libertador com tendências republicanas em um movimento

monarquista em favor de D. Pedro I. Deste feito, o Brasil herdou a forma de governo corrompida além dos maus administradores, características que perduraram no país por muito tempo e nem com a Proclamação da República, anos depois, esta característica se perdeu.

Portanto, ao criticar a história escrita por Varnhagen e buscar uma nova escrita, Bomfim estava combatendo um passado e elegendo outro no qual os brasileiros anônimos são os verdadeiros heróis, e no qual a república é característica fundamental da tradição nacional, ao mesmo tempo em que a monarquia portuguesa é apontada como causadora de grandes males ao Brasil.

Com este pensamento, nosso autor, acabou elegendo também um futuro diferente, um futuro em que pudesse predominar um Brasil autônomo, livre e republicano. Logo, ao combater a história escrita por Varnhagen, Bomfim almejava entrar disputa por outra visão de passado, que, por consequência, geraria um futuro, em que o Brasil se tornasse independente da herança deixada pelos braganças.

CAPÍTULO 3

LEITORES E LEITURAS DE *O BRASIL NA HISTÓRIA*

Os impressos que aqui circulam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel.²⁹³

Este capítulo possui como principal objetivo realizar uma análise a respeito da forma com que o livro *O Brasil na História*, de Manoel Bomfim, foi lido por contemporâneos de seu autor. Com esta investigação buscaremos situar Bomfim em relação a estes autores e em relação à cultura histórica do período. Para atingir nossos objetivos buscaremos investigar alguns textos publicados em periódicos brasileiros de destaque no período (ano de publicação do livro, 1931) procurando sempre ressaltar as importantes reflexões produzidas pela área da história da leitura.

Dessa forma, é necessário destacar, primeiramente que, segundo Roger Chartier, abordar a leitura é considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores, já que a leitura é uma prática criadora e os condicionamentos que pretendem refreá-la, pois o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor, que tentam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura “forçada”. Quando inseridos neste contexto de relação entre interlocutores é necessário realizar uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras e reconhecer as estratégias de condicionamento²⁹⁴.

Proponho aqui analisar os artigos separando-os por periódicos, iniciando com o jornal que deu maior destaque ao livro de Bomfim no momento de seu lançamento, ou seja, proponho dar início a análise com a folha que mais publicou artigos referentes ao tema, e finalizar com a que deu menor atenção à publicação da obra. Frisamos aqui que todos os periódicos em que encontramos textos com resenhas a respeito do livro *O Brasil na História* foram utilizados nesta pesquisa.²⁹⁵

Os textos tomados foram publicados nos seguintes periódicos: *Correio da Manhã* (6), *Diário Carioca* (6) e *Diário de Notícias* (3), *A Esquerda* (3) e *A Noite* (1).

²⁹³ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.8.

²⁹⁴ CHARTIER, Roger. 1988. p. 123.

²⁹⁵ A pesquisa realizada buscou resenhas a respeito do livro *O Brasil na História* nos principais periódicos do país no período em questão, no entanto, só foram encontradas em periódicos da cidade do Rio de Janeiro.

É importante observar que os artigos, em sua grande maioria, foram escritos no fervor do lançamento do livro e buscavam motivar discussões sobre seu conteúdo. Torna-se relevante, ainda, ressaltar que além das resenhas, outras referências a Bomfim e a seu livro aparecerem em diversos momentos nestas folhas, principalmente em homenagens ao autor ou em menções ao sucesso do livro.

3. 1 – O lugar social dos impressos no Brasil

Para dar início a esta investigação nos dedicaremos à análise da atuação da imprensa no Brasil durante os primeiros anos do período republicano, até a década de 1930, período em que foram escritas as resenhas, dando destaque a cidade do Rio de Janeiro, que era, na época, a capital federal e o local onde foram escritos os textos que serão aqui analisados. Para tanto, buscaremos verificar qual o lugar social ocupado por esta imprensa periódica do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, com o objetivo de assimilar quais interesses a definem. Estas informações podem nos auxiliar na compreensão do discurso elaborado presentes nos periódicos analisados.

Neste trabalho entendemos “imprensa” como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social e concluímos que a análise do lugar social ocupado por este instrumento é de extrema importância, já que o conteúdo do impresso não pode ser dissociado de suas funções sociais, e, conseqüentemente, de seu lugar na história da imprensa.²⁹⁶

É sabido que o período compreendido como Primeira República (1889-1930) foi marcado por grandes transformações e inovações, tanto tecnológicas como políticas e sociais. Esse período também foi marcado por uma intensa busca pela modernidade, pelo progresso e pela civilização, revelação de um forte protagonismo dos intelectuais brasileiros.

Com o advento da República surgiu, no Brasil, uma intensa busca por modernizar uma sociedade saída recentemente da escravidão e do regime monárquico, o que ocasionou o desenvolvimento do ideal republicano de reformar o ensino e disseminar o letramento.

Além da busca por melhor educação, outras novidades contribuíram para o aprimoramento da circulação de informações, como o crescimento dos centros urbanos,

²⁹⁶ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

a expansão da malha ferroviária, a entrada de um grande número de imigrantes e um primeiro surto industrial. Isso tudo surgiu aliado a artifícios modernos e aos novos meios de comunicação como carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e mais adiante, o rádio.²⁹⁷

As inovações tecnológicas deste período também impactaram a imprensa. Neste momento, a imprensa passou a explorar tecnologias como máquinas modernas de composição mecânica, clichês de zinco e rotativas velozes, equipamentos que permitiram o aperfeiçoamento de ilustrações diversificadas como as charges, as caricaturas e a fotografia, o aperfeiçoamento do aumento das tiragens e da melhor qualidade de impressão. Estas melhorias acabaram proporcionando grandes transformações no campo gráfico.

Estes avanços da tipografia contribuíram para o surgimento de um mercado consumidor que acentuou a transformação da imprensa em uma grande empresa.²⁹⁸ Assim, a evolução técnica do impresso somada ao investimento na alfabetização, além dos incentivos à aquisição e à fabricação do papel formaram a base fundamental de sustentação dessa grande empresa - a imprensa- que tornou-se, durante um grande período de tempo, o principal veículo de comunicação no Brasil²⁹⁹.

Contudo, era evidente que, apesar da sequência de acontecimentos que ocasionaram o surgimento da imprensa-empresa, ela ainda apresentava limites explícitos. Estes limites estavam ligados aos problemas de distribuição – causado pelo alcance limitado das ferrovias – e ao baixo número de leitores – devido às altas taxas de analfabetismo, que, apesar do investimento republicano ao letramento, chegavam a apenas 25% de alfabetizados no Rio de Janeiro e no ano de 1900 e não sofreram alterações significativas em 1920, o que tornava a concorrência bastante acirrada, pois a imprensa-empresa disputava a preferência de um número baixo de leitores.³⁰⁰

De qualquer maneira, a atividade intelectual ganhou notoriedade nos primeiros anos de República, pois a modernização barateou os custos de impressão dos periódicos, o que fez com que surgissem novas oportunidades para os intelectuais que desejassem sobreviver deste trabalho. Além disso, “escrever na imprensa tornou-se não

²⁹⁷ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na metade do século XX. In: LUCA; MARTINS. 2008; SÜSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁹⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Modernidade técnica e censura política. In: LUCA; MARTINS. op. cit.

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ LUCA, 2008. p. 156.

apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político”³⁰¹. Dessa forma, o intelectual que atuava no Brasil naquele período encontrava, na imprensa, atraentes oportunidades de profissionalização, já que ela era a principal instância de produção intelectual e fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais³⁰².

Estes profissionais, portanto, além de ganharem espaço com o aumento do número de publicações (o que aumentava o número de empregos na área), tomaram para si a missão de modernizar o país na tentativa de retirá-lo do “atraso” em que se encontrava. Para tanto, esses homens das letras “[...] se engajaram em diversificadas estratégias de ação e intervenção social, e mobilizaram, para sustentá-las, os valores da moderna ciência e os instrumentos da moderna tecnologia de sua época”³⁰³.

A atividade jornalística brasileira vem, desde suas primeiras publicações, travando lutas políticas. Os primeiros periódicos foram idealizados por grupos de interesse que visualizavam na imprensa um meio de disseminação de suas ideias e aspirações. Ao mesmo tempo em que nasciam as publicações oficiais, surgiam também as folhas de oposição. O crescimento do mercado editorial nos primeiros anos de República desdobrou-se também em diversificação de jornais e revistas, e em preocupação com o atendimento às exigências do público.³⁰⁴

O novo negócio que surgia passou a exigir de seus donos a utilização de métodos específicos de distribuição e gerenciamento. Entretanto, as inovações, com a “entrada” da publicidade, não ficaram limitadas à estrutura de produção, organização, direção e financiamento, e acabaram atingindo o conteúdo dos jornais e sua organização interna, que passaram a demandar gama variada de profissionais como redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, etc. Dessa maneira, sem abandonar a luta política, os diários incorporaram outros gêneros, como as notas, as reportagens, as entrevistas, as crônicas e os inquéritos literários. Surgiram também, neste momento, as sessões especializadas, como as dedicadas ao público feminino, aos esportes, ao lazer, aos assuntos policiais, entre outras.³⁰⁵. Com isso:

Consagrou-se a ideia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito à

³⁰¹ ELEUTÉRIO, op. cit. p. 94.

³⁰² LUCA, op.cit.

³⁰³ GOMES, 2012. p. 29.

³⁰⁴ COBEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. LUCA; MARTINS. 2008.

³⁰⁵ LUCA, op. cit. p. 152.

‘verdade dos fatos’. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites de seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional, ademais na estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política³⁰⁶.

Sendo assim, durante os primeiros anos da República a imprensa estava se adaptando à nova realidade do mercado, que gerara alterações estruturais e de conteúdo nos diários. Estas mudanças levaram os jornais a não mais se guiarem majoritariamente por questões políticas, como ocorria nos primórdios da imprensa no Brasil, gerando, desta forma, uma maior diversificação dos conteúdos. E os intelectuais passaram a ver, nesta imprensa, uma forma de legitimação de suas atividades profissionais³⁰⁷.

Com o movimento de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder aconteceram importantes alterações no cenário da imprensa. Estas mudanças estavam ligadas, principalmente, à liberdade de expressão, já que a instabilidade dos momentos iniciais foi utilizada, pelo governo, como um dos argumentos para justificar o cerceamento dessa liberdade, tanto em jornais e em revistas, como no cinema e no rádio³⁰⁸.

Logo no início do movimento alguns “periódicos que se identificavam com a chamada ‘velha ordem’ foram alvos de fúria popular e tiveram suas sedes invadidas e depredadas”³⁰⁹. Mais adiante, estas mudanças ainda acarretaram transformações mais concretas, como o exemplo de alguns periódicos que perderam parte de seu brilho, ou outros que não resistiram às mudanças e acabaram desaparecendo, ou ainda outros que mudaram de proprietário e/ou alteraram a linha editorial.³¹⁰

Um exemplo interessante para compreender o clima daquele momento ocorreu com o *Diário Carioca* (1928-1965), este periódico, apesar de aplaudir a deposição de Washington Luiz (1869-1957), apoiando, desta forma, o governo de Getúlio Vargas, após algumas semanas passou para o lado oposto. A campanha do jornal, em prol da redemocratização, resultou na invasão e destruição da redação do jornal por membros do Exército em fevereiro de 1932. No dia seguinte, em sinal de protesto, os jornais cariocas não circularam. A falta de uma investigação eficiente sobre o caso fez com que

³⁰⁶ LUCA, op. cit. p. 153.

³⁰⁷ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁰⁸ LUCA, op. cit. p. 168.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 166

³¹⁰ *Ibidem*, p. 167.

aumentassem as suspeitas de que o ato contara com a anuência de pessoas ligadas ao governo, o que causou uma grave crise política e resultou na renúncia coletiva de vários membros do governo que discordaram da forma com que se passaram os acontecimentos.³¹¹

Sendo assim, em meio a esta conjuntura marcada pelo grande destaque da imprensa e por uma forte tensão que assinalou os anos iniciais do governo de Vargas é que encontramos os artigos a que nos dedicaremos neste capítulo. Estes diários estão, portanto, imersos em um importante momento para o país, e a análise dos mesmos nos auxiliará, de forma bastante efetiva, na compreensão da história do momento.

3.2 – O Brasil na História: “um grande livro”

O livro *o Brasil na História* passou a circular em março de 1931, aproximadamente no dia 3, publicado pela *Francisco Alves* (1854), uma das principais editoras do período, e obteve grande acolhida por parte da imprensa.

Desde antes do lançamento, os jornais já vinham anunciando a publicação do livro e divulgando capítulos ou trechos da obra. Após a publicação, grandes periódicos comentaram o seu conteúdo, e se dedicaram às críticas a respeito de suas hipóteses.

A seguir, nos propomos a realizar a análise destes textos. Cabe aqui ressaltarmos algumas características dos periódicos analisados, com a intenção de verificar aspectos de suas linhas editoriais, assim como alguns de seus colaboradores, identificando, dessa maneira, parte dos intelectuais que se aglutinaram em torno de suas redações³¹².

3.2.1 – Correio da Manhã (1901- 1974)

³¹¹ LUCA, op. cit. p. 168.

³¹² Buscaremos aqui manter o foco em aspectos importantes relacionados às características de ordem material do periódico e também atentar para a localização da publicação na história da imprensa, além de identificar seus responsáveis e colaboradores mais assíduos, com a intenção de observar os círculos formados em torno das redações. Entretanto, tendo em mente que o objetivo principal do estudo proposto se refere às leituras realizadas do livro de Bomfim e não ao estudo do periódico em si, esclarecemos que não será realizada uma análise sistemática dos aspectos apontados acima. Com isso, queremos deixar claro que não pretendemos de nenhuma maneira esgotar aqui o estudo a respeito dos periódicos que serão citados aqui. (Ver em: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa*. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de; FERREIRA, Antonio Celso. (Org.). *O historiador e seu tempo*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, v. 1, p. 117-127.p. 118; _____ *História dos, nos, e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.)

Considerado, hoje, um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX³¹³, o *Correio da Manhã* foi, durante grande parte de sua existência, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando-se por ser um “jornal de opinião” que se posicionava frente às mais variadas questões.

O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt³¹⁴. Sua fundação pode ser relacionada à Revolução Federalista (1893-1894) e aos eventos posteriores à ela no cenário político da nação. O diário circulou durante 73 anos e foi extinto em 8 de julho de 1974.

Nascido em um período em que a imprensa costumava fazer sempre o jogo de poder, o *Correio da Manhã* declarava-se isento de qualquer tipo de compromisso partidário e apresentava-se como o defensor do povo, o que fez com que a aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade fosse uma forte característica do *Correio da Manhã* no momento de sua fundação.³¹⁵ Em sua primeira edição o jornal apresentava-se da seguinte maneira:

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo.

O *Correio da Manhã* não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. [...] Jornal que propõe, e quer de veras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha política. [...] Mas desta política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente pode se ocupar. [...] O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual

³¹³ HEMEROTECA... *Correio da Manhã*. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/correio-da-manha>>. Acesso em 22/04/2014.

³¹⁴ Edmundo Bittencourt (1866-1943) nasceu em Santa Maria no Rio Grande do Sul e fez seus primeiros estudos em Porto Alegre, onde colaborou em *A Reforma*. Depois de breve passagem por S. Paulo foi para o Rio de Janeiro, em 1889, para concluir os preparatórios e se formar no curso de direito. Começou a advogar com Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Em 1908, acabou a sociedade que mantinha *A República* de Rui Barbosa e Edmundo comprou-lhe o material e arrendou o prédio da rua do Ouvidor, dando início ao *Correio da Manhã*. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.287.

³¹⁵ LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

o povo a nela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizê-la que aqui estamos.³¹⁶

O *Correio da Manhã* nasceu “modesto”. Sua primeira edição contava com apenas seis páginas, três delas ocupadas por publicidade. Com o formato *standard*³¹⁷ e com publicação diária, a folha não possuía manchetes, assim como boa parte dos jornais de sua época.

Em sua primeira página eram encontrados assuntos de âmbito nacional, acontecimentos de destaque no Rio de Janeiro, além de críticas, editoriais e informações a respeito da política e da sociedade carioca. Na segunda página, o diário apresentava notícias internacionais. Além disso, o jornal ainda apresentava as editoriais “Seção de Comércio”, “Letras e Artes”, “Dia social”, “Teatro” e “Dia da Caserna”.³¹⁸

Em seus melhores momentos a folha chegou a alcançar tiragens diárias superiores a 200 mil exemplares. Em sua composição inicial o diário trazia como redator-chefe, Leão Veloso Filho (Gil Vidal); na secretaria, Heitor Melo, na redação, Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Itiberê da Cunha e os colaboradores mais destacados eram José Veríssimo, que se dedicava a crítica literária, Artur Azevedo, Carlos Laet, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Morales de lós Rios e Melo Morais Filho.³¹⁹

Segundo Carlos Eduardo Leal, proprietário do jornal, a folha era uma espécie de frente organizada para opor-se à situação. Além disso, o periódico admitia colaboradores das mais diversas tendências, como o conde Afonso Celso, monarquista e Medeiros de Albuquerque, simpatizante do florianismo. Carlos Eduardo Legal se empenhava em recusar o caráter neutro em seu jornal. Assim, em sua primeira fase o *Correio da Manhã* manteve-se sempre avesso tanto quanto a neutralidade quanto ao compromisso partidário.

Para Nelson Werneck Sodré,

³¹⁶ BITTENCOURT, Edmundo. *Correio da Manhã. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1901. p. 1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 22/04/2014.

³¹⁷ *Standard* é o nome dado em tipografia ao formato de jornal que possui cerca de 55 cm, e é o maior formato desse tipo de publicação. Este tipo de jornal é mais utilizado no Brasil e em Portugal. Em outros idiomas recebe, geralmente, o nome inglês de *broadsheet*.

³¹⁸ HEMEROTECA, op. cit.

³¹⁹ SODRÉ, 1999. p. 286.

[...] o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase em que a participação da classe trabalhadora era mínima.³²⁰

Durante seus primeiros anos, a folha se posicionou contrária à maneira violenta com que a vacinação contra a varíola foi imposta à população do Rio de Janeiro. Mais tarde, demonstrou simpatia à Alemanha ao “cobrir” os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (o que contrastou com o apoio à Inglaterra que predominou a partir de 1929)³²¹

Em 1930, o *Correio da Manhã* sofreu algumas importantes alterações em sua equipe, já que em 1923, em consequência do falecimento de Leão Veloso Filho (1856-1923), o senador alagoano Pedro da Costa Rego (1889-1954) tornou-se redator chefe do diário, em 1924 o jornal foi fechado por um longo período pelo governo de Artur Bernardes (1875-1955), por fazer-lhe oposição. Em 1929, Edmundo Bittencourt transmitiu a direção do jornal a seu filho Paulo Bittencourt. Com este novo quadro o “Movimento de 1930” contou com o apoio do jornal que defendeu a *Aliança Nacional* e o candidato Getúlio Vargas.

No dia 24 de outubro de 1930, o jornal foi ao público com a manchete que anunciava “Triunfou a Revolução”. Nesta edição, o diário descrevia a mobilização popular verificada no Rio de Janeiro, dizendo ainda não poder informar a população sobre as notícias dos últimos dias devido à proibição do governo. Nesta mesma edição, na primeira página, o jornal ainda declarava seu apoio ao movimento fazendo a seguinte declaração:

O ‘Correio da Manhã’ congratula-se com o povo desta capital pela vitória, que é principalmente desse mesmo povo e para a qual, em harmonia com o nosso programa tradicional, concorreremos. As tropas, que efetivaram o triunfo da causa nacional, estão se portando com a maior correção e é necessário que o povo tudo facilite no sentido de se restabelecer quanto antes a ordem, garantindo a tranquilidade de todos os espíritos.

A Revolução foi em nome da Lei, que o governo deposto havia banido.

³²⁰ SODRÉ, op. cit. p. 287.

³²¹ LEAL, op. cit. p. 18.

É preciso, pois, que essa Lei volte a dominar, gerando a confiança geral no futuro da Nação.³²²

Contudo, durante todo o Governo Provisório o *Correio da Manhã* manteve-se em uma relação dicotômica com Getúlio Vargas, ora o apoiando, ora se opondo a ele, e sempre buscou afirmar sua não ligação com qualquer partido político, vinculando-se às propostas defendidas no momento de sua fundação.³²³

As duras críticas feitas pelo jornal ao governo de Getúlio, durante o Estado Novo, colaboraram para o fim do regime em 1945. Neste momento de transição, o diário apoiou a posse de Juscelino Kubitschek (1902-1973) contra a *União Democrática Nacional*, entretanto, logo em seguida, passou para a oposição a JK. O mesmo ocorreu com o governo de João Goulart (1919-1976), o diário apoiou sua candidatura, mas logo passou a fazer oposição a seu governo e mais à frente, o mesmo ocorreu com os governos militares: todos foram alvos de ferrenhas críticas editoriais.

Dito isso, podemos nos ater às leituras empreendidas pelos colaboradores do periódico, ressaltando, novamente, que a leitura está posta entre a liberdade individual e as limitações do suporte e o *lugar* de onde se fala.

Sete artigos³²⁴ dedicados ao livro de Manoel Bomfim foram encontrados no diário *Correio da Manhã*. Esse número indica o destaque dado pelo periódico ao livro de Bomfim. Alguns dos artigos publicados tinham como objetivo anunciar a publicação da obra ao mesmo tempo em que faziam algumas apreciações, outros realizavam uma análise mais específica e profunda do texto.

O primeiro texto sobre a obra foi divulgado no diário em 3 de março de 1931, e segundo dados que constam no próprio artigo, esta foi a data em que o livro chegou às livrarias. O pequeno texto publicado na terceira página do jornal vinha acompanhado de uma foto de Bomfim, com o seguinte título “O Brasil na História de Manoel Bomfim é um grande livro”. Sem autor identificado, o principal objetivo do texto era o de anunciar a chegada do livro às prateleiras. Alguns comentários do artigo merecem atenção e serão destacados nos próximos parágrafos.

O autor tece elogios a Bomfim, e refere-se a ele como um escritor,

³²² CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 22/04/2014.

³²³ LEAL, op.cit. p. 20.

³²⁴ Sete artigos foram encontrados neste periódico, no entanto, serão analisados apenas seis, já que o artigo de Floriano de Lemos foi anteriormente publicado no periódico *Diário Carioca* e será analisado quando tratarmos desta folha.

[...] consagrado como uma das maiores autoridades no assunto e ainda como das mais fortes cerebrações [SIC], de que podem se orgulhar as letras pátrias, dispensa qualquer elogio e só por si constitui uma garantia para o sucesso da obra.³²⁵

Neste pequeno trecho do artigo podemos notar que o jornal pretendia dar destaque ao lugar de prestígio de que gozava Bomfim, entre seus pares, no momento do lançamento de seu livro. A matéria segue com elogios destinados à trilogia que abrange “os mais completos estudos sobre o nosso passado”. Segundo o texto, Bomfim “honestamente, faz assentar as bases das suas criações sobre o granito de verdades incontestáveis, à luz de documentos irrefutáveis”.³²⁶ Essas observações atribuem ao texto de Bomfim a credibilidade necessária ao relacioná-lo às práticas caras à disciplina histórica. Neste sentido, a divulgação do livro aproxima Bomfim dos historiadores do período, que seguem as regras estabelecidas pela disciplina histórica.

Entre um artigo e outro é importante destacar uma nota publicada no *Correio da Manhã*, na qual o jornal destaca o sucesso de venda do livro *O Brasil na História*. A nota intitulada “Manoel Bomfim” afirma: “É digno de registro o sucesso de vendas que vem fazendo o livro do professor Manoel Bomfim, Brasil na História, há uma semana, apenas, lançado à montra das nossas livrarias.”³²⁷ Por meio desta pequena nota podemos verificar a curiosidade e demanda dos leitores por tomar conhecimento do que foi postulado por Bomfim na obra, e que vinha sendo anunciado nos jornais.

Alguns dias depois, em 8 de março, mais um artigo foi publicado no caderno “Suplementos”, que era veiculado todos os domingos no *Correio da Manhã*. O texto estava destacado ao lado de uma foto de Bomfim, e foi assinado por Carlos Maul (1887-1974)³²⁸.

³²⁵ CORREIO DA MANHÃ. “O Brasil na História” de Manoel Bomfim é um grande livro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 3 de março de 1931. p. 3 . Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 2/05/2014.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 6 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³²⁸ Carlos Maul nasceu em 2 de setembro de 1887, em Petrópolis. Foi para o Rio de Janeiro em 1904 para completar os estudos. Tornou-se jornalista, escritor e poeta elogiado e festejado por Olavo Bilac, João do Rio e outros tantos. Carlos Maul foi membro atuante da Sociedade Brasileira de Geografia e de Filosofia. Foi redator do “Correio da Manhã”, “A Imprensa”, “Gazeta de Notícias” construindo sólida reputação profissional. Escreveu artigos diários para os jornais “A Notícia” e “O Dia” até os anos 70. Em 1910 lançou seu primeiro livro de poesias chamado “Estro”, que foi editado em Portugal. Durante toda sua vida publicou cerca de 60 livros de poesia, teatro, traduções, história e crítica literária. Dentre as suas mais conhecidas obras está: “A Marquesa de Santos”. No ano de 1935, Maul organizou uma coletânea, contendo textos da trilogia Bomfim em um livro intitulado *O Brasil*; com uma nota explicativa de Carlos

Intitulado “O Brasil na História: sugestões no último livro de Manoel Bomfim”,³²⁹ no artigo, Maul faz uma forte crítica à historiografia brasileira e busca reafirmar algumas ideias de Bomfim. Para isto ele alega que a “falta de espírito afirmativo das elites brasileiras” somado a “uma parcela de preguiça para a pesquisa” teria levado “muitos de nossos historiadores a levar como aforismo o pensamento de Varnhagen de que ‘a História é a narrativa dos fatos consumados’”³³⁰. Dessa forma, os historiadores brasileiros:

[...] a interpretar os documentos, a ler os viajantes europeus da época colonial, a penetrar os estudos de Frei Vicente do Salvador, a seguir a pegada de Capistrano, preferiram o lirismo de Rocha Pitta como fonte inspiradora e como padrão. A consequência de tal delicadeza de sentimentos temo-la nessa volumosa bibliografia em que se encontra de tudo menos a verdade.³³¹

Sendo assim, Maul seguindo a trilha de pensamento de Bomfim, afirmou que grande parte da historiografia brasileira estaria baseada em inverdades e, diferentemente dos autores que compõe a historiografia vigente, Bomfim não acreditava que a história fosse uma “simples narrativa dos fatos consumados” e sim que “todo nosso passado tem uma razão de ser”³³².

Para Maul, com exceção de Rocha Pombo (1857-1933), João Ribeiro (1860-1934) e algumas pequenas monografias e opúsculos, o que temos na historiografia é uma “avalanche de deturpações dos acontecimentos em nossa terra desde que aqui aportaram as caravelas lusas”. Assim, a obra de Bomfim se destacaria em meio a essa historiografia “pela bravura com que enfrenta preconceitos e corrige lapsos e enganos [...]”.

Localizando Bomfim na historiografia brasileira como um historiador combativo que luta a favor da verdade histórica, Maul o opõe à grandes nomes e sugere que sua releitura seja reverenciada pelos que “reconhecem que a verdade histórica tem papel

Maul. Lançado pela editora brasiliiana o livro tinha como objetivo levar ao público uma síntese que abarcasse o Brasil colônia até a Republica. Carlos Maul faleceu em 1974, aos 87 anos de idade. (Ver: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V. Coleção Brasiliiana, Vol. XLVII.)

³²⁹ MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do ultimo livro de Manoel Bomfim. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³³⁰ MAUL, op. cit.

³³¹ Ibidem.

³³² Ibidem.

maior na vida das nacionalidades do que o repouso tumular dos arquivos”, reafirmando, desta forma, a noção de história empregada por Bomfim. Melhor recepção não poderia esperar o autor de “O Brasil na História”, pois a divulgação do livro realizada por Maul àqueles leitores do periódico naquele domingo de março de 1931 reafirmava as duras críticas traçadas por Bomfim aos já consagrados historiadores brasileiros³³³.

O próximo artigo publicado no diário intitulava-se “O Brasil dos Brasileiros” e foi escrito por Antonio Leão Velloso.³³⁴ O texto não possuiu muito destaque na quarta página do jornal e era dedicado ao “Sr. Luís Edmundo”.³³⁵ Velloso apresenta *O Brasil na História* como sendo parte, juntamente com *O Brasil na América*, e ao lado das obras de Frei Vicente do Salvador e de Roberto Solthey, de uma “notável reivindicação brasileira dos fatos da nossa história”. Assim, para este autor, o livro de Bomfim se opôs a uma historiografia que, com exceção de João Ribeiro, dava ao Brasil “uma imagem perfeitamente falsa”.³³⁶ Para Velloso:

Nós brasileiros não conhecemos a nossa história: e não a conhecemos, sobretudo, porque as fontes onde haurimos as nossas informações e que por aí existem, como repositórios da história do Brasil, foram envenenadas, foram poluídas pelas mãos dos que tivera a criminosa preocupação de desfigurar, em favor dos antigos dominadores desta terra, os lances mais agudos de sua história.³³⁷

Como exemplo máximo de obra poluidora, o autor aponta a história escrita por Varnhagen e, dessa forma, contrasta a obra de Bomfim com a desse pensador. Para este autor, o trabalho de Bomfim era de grande importância para a historiografia nacional, pois fazia parte de um seleto grupo de trabalhos que buscavam trazer a tona a “grande obra desempenhada, através dos séculos, pelos filhos legítimos desta terra”.³³⁸

Velloso direcionou seu texto para uma dura crítica à historiografia nacional, destacando a falta de honestidade de muitos historiadores brasileiros ao lidarem com as fontes históricas.

³³³ Ibidem.

³³⁴ Não foram encontrados dados biográficos de Antonio Leão Velloso.

³³⁵ Luís Edmundo foi jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo e orador. Foi, também, membro da Academia Brasileira de letras. Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 26 de junho de 1878, e faleceu na mesma cidade em 8 de dezembro de 1961.

³³⁶ VELLOSO, Antonio Leão. *O Brasil dos Brasileiros*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem.

O autor, na esteira do pensamento de Bomfim, dividiu a historiografia em dois grupos: o que se empenhou em uma escrita da história baseada em mentiras, e o que se dedicou a contar o Brasil verdadeiro, neste último grupo fixou Bomfim. Cabe salientar que uma crítica dessa natureza atinge diretamente, além de grande parte da intelectualidade dedicada à escrita da história no período, os vários empreendimentos federais e estaduais voltados para a recolha e publicação de documentos referentes ao Brasil em arquivos estrangeiros e nacionais.³³⁹

Dois meses depois, em um artigo datado de 12 de junho de 1931, na quarta página da folha e intitulado “O Brasil na História”, M. Paulo Filho (1890-1961)³⁴⁰, diretor do jornal, no momento em que escreve apresenta a obra da seguinte maneira: “Antes do mais, *O Brasil na História* é um livro de larga erudição e segura documentação que o Sr. Manoel Bomfim escreveu”.³⁴¹ Notamos que a primeira ação de Filho foi buscar dar credibilidade aos escritos de Bomfim, atribuindo a ele a execução do método histórico.

A seguir Paulo Filho não poupa elogios ao método empreendido por Bomfim.

O sr. Bomfim não improvisa os fatos. Enumera-os com precisão absoluta. Fundado neles, argumenta lógica e exaustivamente, sustentando o princípio de que na colônia de 1500 a 1822 tudo quanto aconteceu em degradação, empecendo os costumes, aviltando o território e corrompendo os poderes arbitrariamente constituídos, se deve pura e exclusivamente a *infecção do bragantismo*. Tem razão o escritor, que não é, apenas, um narrador e comendador. É também um pensador, rumando pela

³³⁹ Como exemplo destes empreendimentos podemos citar, em âmbito nacional, o empenho do próprio Instituto Histórico e Geográfico que, desde sua fundação, buscou realizar a coleta e publicação de documentos considerados importantes para a escrita da história nacional. (Ver o discurso de Januário da Cunha Barbosa publicado na Revista do IHGB no ano de 1839. BARBOSA, 1839.) Já em âmbito regional, ou estadual, podemos apontar os esforços de Washington Luis, que se dedicou a publicação de documentos importantes para a construção da historiografia paulista. (Ver: ANHEZINI, 2011.)

³⁴⁰ Manuel P. Teles de Matos F. (pseudônimo: João Paraguaçu) nasceu na Cachoeira na Bahia em 22 de março de 1890. Paulo Filho fez seus estudos primários de 1902 a 1905 nos colégios Vieira e Florêncio em Salvador. Ao terminar os estudos secundários ingressou na Faculdade de Direito da Bahia. Ainda estudante já se iniciou sua carreira de escritor escrevendo em jornais e revistas da época como *A Ordem* (Cacheira) e o *Diário da Bahia* (Salvador). Em 1911 chegou ao Rio de Janeiro e no mesmo ano entrou para a redação do *Correio da Manhã*. M Paulo Filho foi procurador do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, deputado geral da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 a 1935, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro e membro da Academia Carioca de Letras. Conferencista, novelista, ensaísta, estudioso da crítica e da história, M Paulo Filho escreveu para jornais de Portugal e do Brasil. Entre suas principais obras estão *Literatura e História* (publicada pela Francisco Alves), *Ensaio e Estudos e Pequenos ensaios de Literatura Brasileira*.

³⁴¹ PAULO FILHO, M. O Brasil na História. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

História como um caminheiro que dispõe de carta e bússola e sabe para onde vai e porque vai.³⁴²

Como vimos no fragmento acima, Paulo Filho exalta em Bomfim as características de um bom historiador, associando-o as regras da disciplina histórica. O jornalista também faz coro com o sergipano ao criticar os historiadores do período afirmando que “salvo o esforço paciente e mal compreendido do sr. Rocha Pombo, pode-se dizer que a História deste país tem sido feita por estrangeiros ou por brasileiros em viagens demoradas no exterior”³⁴³. E prossegue:

A história dos homens e dos fatos da nossa vida colonial é mal inspirada e pior contada. No seu recente livro, trabalho de coragem e de inteligência superior, desagrade a quem desagradar, o sociólogo de *A América Latina* e o historiador de *O Brasil na América* pergunta quantos são mesmos os nossos compatriotas atentos e cultos que conhecem, para não se enganarem, o nosso passado e a gente que nele agitou?[...] Não devem ser muitos, sem dúvida serão poucos, pouquíssimos [...] ³⁴⁴

No excerto acima, M. Paulo Filho também recorreu ao exercício de dividir a historiografia entre maus e bons historiadores, colocando o sergipano no grupo dos bons. Sendo assim, *O Brasil na História* seria um esforço de correção dessa história “mal contada”. Paulo Filho definia Bomfim ora como sociólogo, em *A América Latina*, ora como historiador, em *O Brasil na América*, o que mostra uma clara tentativa de determinar as áreas de atuação do autor em cada obra.

Outra grande crítica feita por Paulo Filho, diz respeito às fontes utilizadas pelos historiadores brasileiros, já que estas se limitavam a “relatórios oficiais de vassalos à El-Rei e a cartas de súditos aventureiros sem a menor noção do que fosse direito de propriedade alheia nas regiões que eles invadiam e conquistavam para saqueá-las” e continua afirmando que, nesses documentos, só se pode encontrar a exaltação à casa dos Braganças. Desta forma, para este autor, assim como para Bomfim, também por meio das fontes consultadas, a história brasileira foi deturpada.

Um fato interessante é que Paulo Filho fez referência a “Revolução de 30” como se ela tivesse contribuído para o fim das mazelas vindas de toda herança colonial

³⁴² PAULO FILHO, op. cit.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ Ibidem.

apontada por Bomfim. Segundo ele: “[...] até outubro do ano passado ainda sofríamos as consequências da colonização de mais de trezentos anos de torturas e de terrores [...]”. Com esta afirmação o autor evidencia seu apoio ao governo de Getúlio Vargas. Bomfim, no entanto, não compartilhava da mesma opinião, como podemos ver em *O Brasil Nação*. M. Paulo Filho conclui seu artigo dizendo que o “melhor elogio que se faz a *O Brasil na História* é dizer que esse livro merece ser lido por todos os brasileiros amigos da verdade”³⁴⁵.

Outro pensador que se dedica a análise do novo livro de Bomfim é Leôncio Correia (1865-1950)³⁴⁶. Seu texto é apresentado na página seis do periódico e é intitulado “O Brasil na História”. Sua análise é iniciada por um pequeno ensaio a respeito da influência do vivido na forma de se escrever. O autor afirma, no texto, que só grandes espíritos conseguem escrever em períodos difíceis como o que ele acredita estar passando o Brasil no momento (Movimento de 30). Para ele, Bomfim é um desses grandes espíritos, já que *O Brasil na história* teria surgido dissolvendo “[...] a larga monotonia destes dias ásperos e amargos e o espanto de quantos lamentam a inação ou a esterilidade de nomes já feitos [...]”³⁴⁷. Ou seja, o trabalho de Bomfim era ainda mais louvável por estar inserido em um momento desfavorável para o surgimento de grandes obras.

Correia ainda afirma que Bomfim teria escrito um “livro admirável, que é uma alta documentação de seriedade de propósitos e de labor indefesso”³⁴⁸, o que nos indica que, assim como M. Paulo Filho, este autor destaca o bom uso, que Bomfim faz das documentações. Além disso, Leôncio Correia também classificou Bomfim como historiador, dizendo que o “Brasil na História é a segunda das obras do grande historiador e sociólogo, destinada, pela mesma orientação estabelecida e seguida, à divulgação de fatos e ocorrências dos nossos fatos, que, sem eufemismo, se poderiam

³⁴⁵ Ibidem.

³⁴⁶ Leôncio Correia (1865-1950) foi advogado, escritor, jornalista e político. Exerceu diversos cargos como o de diretor da Instrução Pública do Rio Janeiro, diretor do colégio Dom Pedro II, diretor da Imprensa Nacional, diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, deputado federal e deputado estadual pelo Paraná. Apesar de ser formado em Direito por uma faculdade em Niterói, nunca chegou a exercer a advocacia e a magistratura. Sempre foi um defensor da liberdade pública. Publicou diversos livros ao lado de Machado de Assis, Olavo Bilac e outros. Foi membro da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Academia Carioca de Letras, da Federação das Academias de Letras, no Instituto Brasileiro de Cultura, e outras instituições literárias.

³⁴⁷ CORREIA, Leôncio. *O Brasil na História*. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro 16 de junho de 1931.p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁴⁸ Ibidem.

dizer inéditos”³⁴⁹. O que mais uma vez reforça a ligação de Bomfim à disciplina histórica e à seu método.

O autor ainda defende a “aspereza” de Bomfim com as palavras afirmando que ele: “Não imita nem copia. A fácil tarefa da compilação repugna a inteireza do seu caráter, e ele prefere ser selvagem com a verdade a ser diplomata com a mentira”³⁵⁰. Dessa forma, “sem o disfarce de uma delicadeza hipócrita” Bomfim estaria interessado apenas na verdade. Aqui podemos notar uma sutil crítica ao método histórico que busca a imparcialidade, pois a verdade, mesmo que dita de forma brusca, era melhor do que uma opinião disfarçada de isenção.

Dando mais uma prova de admiração pelo trabalho de Bomfim o jornalista afirmou que é “licito divergir das suas opiniões, mas ninguém tem o direito de lhe negar a homenagem que se deve ao labor honesto e porfiado”, e termina sua crítica com grandes elogios ao livro dizendo que se deveria saudar nele “uma das mais belas expressões da nossa inteligência e uma eloquente afirmação da capacidade de trabalho da nossa raça”³⁵¹.

A próxima crítica a ser avaliada foi a última a ser publicada no *Correio da Manhã* e é do influente intelectual e estudioso da história: Rocha Pombo (1857-1933)³⁵².

A crítica aparece mais uma vez na página quatro do diário e tem como título “O professor M. Bomfim”. Rocha Pombo inicia seu texto apresentando Bomfim com grandes elogios e localizando-o no meio intelectual:

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) foi jornalista, professor, poeta e historiador, iniciou-se cedo no jornalismo ao fundar e dirigir "O Povo" em cujas páginas fez as campanhas abolicionista e republicana. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886. Mudou-se em 1897 para a Capital Federal onde continuou a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. No Paraná fundou, em 1912, a Universidade, que teve vida efêmera. Em 1900 foi Rocha Pombo admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como membro da Academia Brasileira de Letras, falecendo antes de ter sido empoçado. Publicou, além de livros de poesias, diversos outros sobre diferentes assuntos. Entre suas principais obras estão "Nossa Pátria"- com mais de 40 edições, "História da América", "História do Rio Grande do Norte", "História do Paraná", "Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa", "A religião do belo", "No hospício", "Visões", "Dadá" e vários outros, de gêneros diversos. Em 1889, Rocha Pombo participou de um concurso de monografias que, além de um prêmio em dinheiro, dava a chance da mesma ser adotada nos cursos de história da América da Escola Normal. Neste concurso, Bomfim, como Diretor de Instrução Pública, emitiu um parecer favorável sobre a monografia *Compêndio de história da América*, escrito por Rocha Pombo.

é um dos mais operosos entre os nossos publicistas do dia. Legítimo pensador, filósofo da sociedade e da vida, os seus livros despertam sempre o mais vivo interesse em nosso meio intelectual, onde são escassas as produções que venham de tais alturas³⁵³.

Além da descrição acima, o autor ainda se refere à Bomfim como um pensador dedicado à “ciência da alma” que pelo desenvolvimento de seu trabalho “[...] tinha que chegar naturalmente a História”. Dessa maneira, Pombo parece ter a intenção de apresentar todo o caminho que levou Bomfim a pensar a história, dessa forma, Bomfim teria partido de outras indagações até chegar a questões que envolvem o pensamento histórico.

Para Rocha Pombo, o pensamento de Bomfim teria a função de criar “estímulos entre os contemporâneos para reagir contra os vícios e males da herança colonial [...]”, o autor segue fazendo coro aos que acreditam que a história do Brasil foi deturpada, afirmando que, com *O Brasil na História* Bomfim “[...] se insurge com mais veemência de alma contra o modo como se deturpou a nossa história e se complicou o nosso destino desde a ascensão da terceira dinastia portuguesa”³⁵⁴.

Pombo ainda apresentou, em seu texto, uma pequena ressalva ao livro de Bomfim, e defende o homem de seu período, segundo ele, *o homem novo*.

Neste exórdio, entra logo a assinalar a *decadência nos valores humanos e a degradação das tradições*, que enchem toda a nossa história... É aqui que se lhe poderia opor algumas restrições, ao menos para dizer que, por mais que nos perturbasse, não conseguiu a influência bragantina impedir que se criasse aqui *o homem novo*, que se deformou, a certo, mas que se há de integrar na sua evolução histórica própria.³⁵⁵

Enfatizando que Bomfim se preocupou em destacar o tipo de humano que se formou na América, já que este teve que resistir a degradação sofrida durante dois séculos, Rocha Pombo seguiu discutindo a respeito da formação do povo brasileiro de forma bastante otimista.

Não se conhece, na história de nenhum povo, espetáculo mais belo do que aquele contraste espantoso entre a corte portuguesa de meados do

³⁵³ POMBO, Rocha. O professor M. Bomfim. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 julho de 1931.p.4. . Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ Ibidem.

século XVIII e o heroísmo dos brasileiros na luta contra os holandeses... É na luta titânica que os colonos se impõem à metrópole emudecida de espanto... É principalmente naquele decênio glorioso que se completou a formação do nosso espírito de pátria. Em seguida, vem para os brasileiros um prélio muito mais longo o mais tremendo: o que travamos, e estamos travando ainda contra a enorme carga do passado. Não estará aí em síntese o pensamento que ilumina todo o *Brasil na História*?³⁵⁶

Com isso, entendemos que Rocha Pombo vê em *O Brasil na História* uma fonte de estímulo para se pensar o Brasil. O autor também concorda com Bomfim quanto à deturpação da história e a má herança bragantina.

3.2.2 – *Diário Carioca* (1928 – 1965)

Os próximos textos a serem analisados foram publicados em outro importante jornal do período: *O Diário Carioca*.

Fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares (1822-1967)³⁵⁷, este jornal foi criado para fazer oposição ao governo de Washington Luís, que fora eleito em 1926, e a seu candidato a sucessão presidencial, Julio Prestes (1882-1946). O *Diário Carioca* “[...] desde os seus primórdios, participou de momentos decisivos da história da República, exercendo considerável influência na cena política brasileira”³⁵⁸.

Além de seu fundador que atuava também como diretor, o jornal contava com Alberto Burle de Figueiredo na gerência, Leônidas de Resende na chefia da redação, Osório Borba como secretário e Antenor Guimarães. Entre os primeiros colaboradores

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ José Eduardo de Macedo Soares nasceu em São Gonçalo (RJ) no dia 4 de setembro de 1882, filho de José Eduardo de Macedo Soares, empresário, professor e político, e de Cândida Sodré de Macedo Soares. Sua família teve marcante influência na vida política e cultural do país. Matriculando-se na Escola Naval, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornou-se aspirante a guarda-marinha em março de 1898 e foi promovido a primeiro-tenente em 1908. Em 1912 deixou a Marinha e passou a dedicar-se ao jornalismo, fundando no mesmo ano o jornal *O Imparcial*, de oposição ao presidente Hermes da Fonseca. Em janeiro de 1915, José Eduardo de Macedo Soares foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e em maio de 1918, foi novamente eleito para um período que se estendeu até dezembro de 1920. Reeleito em 1921, cumpriu mandato até 1923. Em 1928, fundou o *Diário Carioca* e mais tarde participou também da fundação do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 para defender a reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista. José Eduardo de Macedo Soares faleceu no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1967.

³⁵⁸ HEMEROTECA...*Diário Carioca*. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-carioca>> Acesso em 22/04/2014.

destacavam-se Evaristo de Moraes, Virgílio de Melo Franco, Humberto de Campos e Adolfo Bergamini.³⁵⁹

Em seu primeiro número o diário caracterizava sua natureza como essencialmente política e afirmava:

Este jornal é, antes de tudo, um instrumento absolutamente livre nas mãos de seu diretor; não têm ligações partidárias e nem políticas, não representa nenhuma espécie de interesses comerciais ou financeiros que pudessem de qualquer forma limitar a perfeita independência de sua ação jornalística. O seu objetivo é servir o país, traduzindo lealmente os seus sentimentos, esclarecendo e interpretando as correntes de opinião, e assumindo com honestidade e firmeza a parcela de responsabilidade que lhe coubesse nas lutas políticas brasileiras.³⁶⁰

Mais adiante, o jornal apoiou o “Movimento de 1930”, enxergando-o como a solução para os males do país. Assim, dias antes de sua eclosão, um encontro de líderes da Aliança Liberal foi realizado na redação do jornal. Em 24 de outubro de 1930, com o triunfo do movimento, o diário estampava em sua primeira página a seguinte manchete: “A Redenção Brasileira: vitoriosa em todo o país a Cruzada Santa da Liberdade Nacional”³⁶¹, e prosseguia:

Soou afinal, no relógio dos destinos brasileiros, a hora decisiva de sua redenção. Estão vingados pelas forças que têm ao seu cargo a garantia das liberdades nacionais esses quarenta anos de opróbrios e vilipêndios, culminados neste governo, hoje tombado para sempre, sob a pressão formidável das energias da raça.³⁶²

Já no princípio de dezembro do mesmo ano, o *Diário Carioca* rompeu com a situação e passou para a oposição. Em 1932, o jornal aderiu à campanha pela Assembleia Constituinte, cuja convocação o governo de Vargas vinha adiando. Por este

³⁵⁹ LEAL, Carlos Eduardo. *Diário Carioca*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

³⁶⁰ DIÁRIO CARIOCA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 17 de julho de 1928. p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014

³⁶¹ DIÁRIO CARIOCA. A Redenção Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014

³⁶² *Ibidem*.

motivo, em 25 de fevereiro, o diário foi empastelado por simpatizantes do governo, como vimos anteriormente.

Devido aos grandes prejuízos materiais, além do ferimento de funcionários, o jornal foi forçado a sair de circulação por certo tempo. A crise que se seguiu a isso foi grande e se iniciaram fortes debates a respeito da censura da imprensa. Naquele mesmo ano, após o empastelamento do jornal, Horácio de Carvalho Junior assumiu o cargo de vice-presidente e Macedo Soares continuou responsável pela orientação política do jornal.

Ainda em 1932, a folha apoiou integralmente a *Revolução Constitucionalista* de São Paulo. Em 1935, o *Diário Carioca* ficou ao lado do governo contra a insurreição comunista, e em 1937, apoiou o golpe do Estado Novo, entretanto demonstrou preocupação com o perigo de suspensão das garantias constitucionais. A partir de 1945, o jornal entrou em choque direto com Vargas, e, em 1954 acentuou e auxiliou a campanha, movida por boa parte da imprensa, que exigia a renúncia de Getúlio Vargas. Até sua extinção, em 1965, o jornal nunca deixou de exercer influência na política brasileira.³⁶³

Este periódico também apresentou seis publicações sobre *O Brasil na História*, o que indica a relevância dada pelo jornal à obra do sergipano. O primeiro texto publicado sobre a obra de Bomfim no *Diário Carioca* foi em primeiro de março de 1931. Neste período o jornal estava vivendo um momento delicado, pois era de posição oposta ao governo.

O título do texto anunciava: “Um grande Livro: O que é ‘Brasil’ na História de Manoel Bomfim”³⁶⁴. Publicado na terceira página da folha, o artigo não apresentava autor e vinha acompanhado de uma grande foto de Bomfim em seu leito na *Casa de Saúde Dr. Eiras*.

O texto tinha como objetivo apresentar o livro ao público, e, para isso, foi publicado um pequeno trecho da obra. Sobre Bomfim, a resenha afirmara:

De Manoel Bomfim, sabemos que é um nome que se impôs, pelo trabalho, pelo talento, pela pureza do seu caráter ilibado, á admiração de duas gerações. Infenso às agitações microbianas da politicalha, sempre viveu ao sol da Beleza, cultivando a

³⁶³ HEMEROTECA... Diário Carioca . *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-carioca>> Acesso em 22/04/2014

³⁶⁴ DIÁRIO CARIOCA. Um grande Livro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 1 de março de 1931. p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014

História, que é uma das mais positivas das ciências, para, com os seus ensinamentos, esclarecer a nacionalidade. Manoel Bomfim é um pensador por excelência. Mas o pensador construtivo. Quando destrói, logo edifica. Daí o mérito de sua obra.³⁶⁵

Bomfim é destacado como importante figura para a História, no entanto, o autor destacou sua aversão às questões políticas ligadas à disciplina. É notável que o autor admirava o fato de Bomfim estar alheio às instituições que legitimavam a disciplina, pois, desta forma, o sergipano estaria dedicando seu tempo ao “cultivo” da história.

Quando o texto do *Diário Carioca* se refere propriamente ao *O Brasil na História*, ele declara que em seus “capítulos o formidável autor nos revela o passado, nele encontrando as causas geradoras dos males presentes e apontando, às futuras gerações o que elas terão que fazer” e ainda completa “É um livro bom, que faz bem a gente”³⁶⁶. O artigo aponta, portanto, para uma função clara ao livro: ensinar, esclarecer e guiar as ações da futura geração.

O trecho destacado na publicação é uma parte do subtítulo *Nacionalismo – necessidade para o patriotismo*, que está contido no Capítulo V do livro intitulado *O Patriotismo Brasileiro* e é apresentado pelo autor do texto como uma página “luminosa”. Nesta passagem Bomfim faz uma sólida defesa do nacionalismo e afirma:

Como povo, reconhecemo-nos numa tradição, e, como fórmula de vida, a consciência de um povo é nacionalismo, valendo por uma profissão de fé, que, em cada ânimo, se desdobra: confiança íntima no destino da nação, e solidariedade absoluta com esse mesmo destino.³⁶⁷

Assim, ao dar destaque a este trecho do livro, a publicação enfatizou uma importante tese de Bomfim: a de que só através do nacionalismo é que a sociedade pode evoluir, além de afirmar que este nacionalismo deve ser instigado através da história.

A próxima publicação sobre *O Brasil na História* no *Diário Carioca* é de 13 de março, e apresentava dois textos diferentes na mesma página da folha. O que aparece

³⁶⁵ DIÁRIO CARIOCA. Um grande Livro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 1 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁶⁶ Ibidem.

³⁶⁷ BOMFIM, 1930. Apud. DIÁRIO CARIOCA, op.cit. p.3.

em menor destaque chama-se “A Nota Brasileira” e é de autoria de Américo Palha³⁶⁸. Neste texto, Palha tem como intenção oferecer informações sobre o livro que acabara de sair, e, nesse sentido, ele apresenta Bomfim como “[...] um nome que só por si vale o elogio, [...] garimpeiro de nosso passado [...]”. O autor aponta ainda que “[...] *O Brasil na História* tem a característica enérgica de reparar as injustiças, de reavivar, no espírito nacional oculto pelas suas verdadeiras tradições, na consciência absoluta de sua soberania”³⁶⁹.

Palha segue o tom de crítica à historiografia e afirma que nenhuma história foi construída tão cheia de “paradoxos” e “divergências” como a do Brasil. Para ele, figuras de destaque na formação “etnológica” brasileira foram “apedrejadas” e outras figuras de “mero efeito decorativo” receberam as “glorificações da imortalidade”.³⁷⁰

O autor ainda destaca como uma das passagens que mais o “empolgou”, a que Bomfim se referiu a José Bonifácio (1763-1838). Para ele, assim como para Bomfim, como vimos no segundo capítulo desta dissertação, Bonifácio foi injustiçado pela historiografia. Palha conclui seu texto afirmando que o sergipano “galgou as alturas com as próprias asas. Outros querem voar também e não podem. Tem asas de papel de seda...”.³⁷¹

O segundo texto apresentado na mesma página do jornal, só que com maior destaque, é de autoria de Almir Ferreira³⁷². No texto intitulado “Um grande Livro: O Brasil na História”³⁷³, o autor tinha o objetivo de apresentar o livro ao público leitor e realizar uma apreciação sobre o mesmo. Ao iniciar o texto, Ferreira declara:

Mais um livro, cheio de ensinamentos, de verdades e de correções aos erros que por muito tempo perduraram, acaba de publicar o professor Manoel Bomfim, psicólogo, sociólogo, historiador, que não se limita a citar fatos e datas, mas estuda profundamente ‘as causas que turbaram o prosseguir da nacionalidade brasileira [...]’³⁷⁴

³⁶⁸ Américo Palha foi jornalista e autor das biografias de Rui Barbosa (*A História da vida de Rui Barbosa*) e de Castro Alves (*A vida Gloriosa de Castro Alves*), além do livro de história *Os precursores da Abolição*.

³⁶⁹ PALHA, Americo. A Nota Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Não foram encontrados dados biográficos de Almir Ferreira.

³⁷³ FERREIRA, Almir. Um Grande Livro: O Brasil na História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁷⁴ Ibidem.

Neste trecho, o autor, além de elogiar a escrita da história realizada por Bomfim, também declara suas ressalvas à historiografia brasileira. Ao apontar que o livro estava cheio de correções, o autor afirmou que o restante da historiografia estava repleta de erros.

Além disso, Ferreira destacou a passagem do livro em que Bomfim afirma que um regime livre, democrata e republicano sempre esteve presente na tradição brasileira e sempre foi almejado nas principais conspirações de independência.

O autor ainda reafirmou as ideias de Bomfim quando discutiu o exemplo da Inconfidência Mineira (1789), alegando que o plano trazido pelos que vinham da Europa foi logo aceito entre os brasileiros “justamente porque estava na linha dos sentimentos gerais, da capitania, e de todo o Brasil [...]”³⁷⁵.

Ao encerrar seu texto o autor ainda afirmou: “É um livro formidável que não pode deixar de ser lido pelos estudiosos e homens de cultura”³⁷⁶.

O próximo texto que foi publicado no *Diário Carioca* é de autoria de Benjamim Lima (1885-1948)³⁷⁷ e foi a público em 22 de março de 1931. O texto é intitulado “A leitura da semana” e subtulado “Um caso de emancipacionismo frenético em país que mentalmente se conserva colônia. O novo livro de Manoel Bomfim”³⁷⁸ possuía bastante destaque no início da página seis do periódico.

No texto, Lima, por meio de sua crítica, enaltece a obra de Bomfim e apresenta o autor da seguinte maneira:

Servir-me-ei, pois, do ensejo unicamente para manifestar minha veneração pelo insigne pensador e prosador que é Manoel Bomfim, alguém [...] que tanta falta faz à glória da Academia Brasileira, e a cuja glória, em verdade, nenhuma falta faz. [...] O senhor Manoel Bomfim é um momento de excepcionalismo da consciência brasileira – o de uma subitânea revolta contra o

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Benjamin Franklin de Araújo Lima nasceu em Óbidos no Pará em 27 de novembro de 1885. Educou-se em Manaus e iniciou o Curso de Direito em Salvador, o qual concluiu na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ainda estudante, foi secretário da revista *Ad Lucem*, de Salvador, e colaborou no *Diário da Bahia*, sob a direção literária de Almachio Diniz. Formado, fixou-se, a princípio, em Manaus, onde secretariou no *Diário do Amazonas* e dirigiu *A Imprensa*, além de colaborar assiduamente em outros órgãos e várias revistas. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1919, e entrou para a imprensa carioca sendo redator de *O Paiz*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*, onde trabalhou até falecer. Colaborou, ainda, entre outros, nos seguintes diários: *Jornal do Comércio*, *A Rua*, *O Dia*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Povo* do Rio de Janeiro; *Correio Paulistano* e *A Gazeta* de São Paulo; *O Diário de Santos*, e *Folha do Norte* e *Imparcial*.

³⁷⁸ LIMA, Benjamim. A leitura da Semana. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 22 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

despotismo da mentalidade portuguesa, sob o qual essa consciência permanece.³⁷⁹

Neste trecho, o autor, além de demonstrar sua clara admiração pelo médico, afirmou que a influência da Academia Brasileira de Letras não faz falta ao seu prestígio, que foi conquistado à revelia desta instituição.

No decorrer do texto, com foco na análise da obra de Bomfim, o autor afirma que a obra é leitura para muitas horas e meditação para muitos dias, e segue:

Não me impressiono somente, está claro, com as vastas proporções que o livro adquiriu, nem mesmo com a rica, seivosa substância, de ele se forma. É a própria matéria, nada nova em si, mas tratada de modo inteiramente novo, que exige a quantos dela pretendam dizer, os enormes, quase infinitos da mais autêntica rinação espiritual.³⁸⁰

Nesta passagem, o autor destacou que o tema abordado pelo livro de Bomfim não era novo, já que muitos pensadores já haviam se debruçado sobre ele. Entretanto, segundo Lima, a forma com que o tema é tratado por Bomfim é inovadora, nova, e acompanhada de “pensamentos de um ineditismo absoluto – ineditismo de postulados que ninguém antes se atrevera a exprimir”.³⁸¹

Lima ainda destacou como ponto importante do livro a noção de que a forma com que a colonização foi feita no Brasil foi causa dos principais problemas do país. O autor ainda destacou que estes problemas ocorreriam de qualquer maneira, independentemente do país que tivesse colonizado o Brasil, e completa:

Como se vê, não contesto a exatidão do que esse mestre eminente observa. Limito-me a dizer que, do período colonial teríamos, vencesse quem vencesse [...] o mesmo acerco melancólico de mazelas e gafeiras, do qual vamos tão devagar conseguindo convalescer.³⁸²

Para finalizar sua crítica, o autor afirmou que a “impaciência que inunda e faz fremir” contida no texto de Bomfim é uma reação “violenta e decisiva” contra a herança dos colonizadores.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Ibidem.

No mês seguinte, em primeiro de abril, mais uma crítica foi publicada no *Diário Carioca* pelo autor Jayme de Barros³⁸³. O texto denominado “O Nacionalismo através da História”³⁸⁴, com o subtítulo “Especial para o ‘Diário Carioca’ por Jayme de Barros” estava localizado na página seis do periódico, com continuação na página nove, se propunha a discutir a obra de Bomfim.

Barros apresentou o trabalho de Bomfim como uma obra “acentuadamente nacionalista”, que colocava o Brasil diante da História, e, ao mesmo tempo, advertiu:

Se a qualidade fundamental do historiador é a imparcialidade, não se poderá conceder esse título ao professor Bomfim. A natureza reformadora do seu trabalho de análise e de crítica, a flama de civismo que incendeia as páginas de sua obra, o ímpeto combativo, o rigoroso arremesso dos seus conceitos, fazem-no, antes marcadamente, um polemista, um panfletário da história.
385

Neste trecho, o autor se propôs a discutir o título de historiador atribuído a Bomfim por outros colegas de profissão. Para ele, a falta de imparcialidade de Bomfim era incompatível com a “serenidade dos historiadores”, o que, portanto, o aproximaria de uma escrita voltada mais para a polêmica do que para a história.

O autor também ressaltou, em contraposição à afirmação sobre a escrita voltada para a polêmica de Bomfim, o uso documental empreendido pelo sergipano. Para ele, Bomfim “apoia-se numa documentação inquietante, com a qual prepara demonstrações aflitivas das teses que atira a discussão”³⁸⁶.

Na continuidade da análise havia algumas contestações a algumas ideias de Bomfim.

A primeira tese de Bomfim, contestada pelo autor, diz respeito a unidade nacional brasileira, pois, apesar de Barros concordar com o sergipano que a unidade é anterior a Independência, para o jornalista, esta foi realizada “dentro e fora de nossas fronteiras, pela monarquia, desde o movimento emancipador com interminável vigilância, inflexível bravura até a queda do trono.”³⁸⁷ Contestando, dessa maneira a premissa de

³⁸³ Jayme de Barros foi jornalista e diplomata autor da obra *A política exterior do Brasil, 1930-1942* (1943) e de uma autobiografia intitulada *Chão de Vida: memórias* (1985).

³⁸⁴ BARROS, Jayme de. O Nacionalismo Através da História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 1 de abril de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁸⁵ Ibidem.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Ibidem.

Bomfim de que a unidade nacional já existia independentemente da monarquia, pois ela estaria enraizada na tradição brasileira.

O autor baseou sua argumentação em Oliveira Vianna (1883-1951) quando afirma que, em grande parte, a unidade nacional no regime monárquico se deve ao poder pessoal do imperador, e:

O que o professor Bomfim poderia dizer é que havia, no fundo, no povo brasileiro, o instinto de unidade, com raízes mais profundas do que o poder pessoal do Imperador, do que o próprio regime monárquico. Sé assim se explica que houvéssemos conservado essa unidade [...] ³⁸⁸.

Com esta afirmação postulada por Barros, podemos concluir que o autor acredita que Bomfim descreveu o sentimento de unidade nacional como algo pouco profundo, que não estaria enraizado no povo brasileiro. Outra ideia de Bomfim contestada por Barros é a noção de que a vinda da família real para o Brasil não teria contribuído para a proclamação da independência e sim atrasado-a, para Barros:

[...] é indiscutível que esse fato propiciou a nossa independência, dando, como deu ao Brasil, tal ascendência sobre o Reino que, quando se consumou a proclamação Portugal já era politicamente, colônia do Brasil ³⁸⁹.

O autor prosseguiu afirmando não ver razão para o nacionalismo brasileiro ser feito contra os portugueses, assim como o dos norte-americanos foi feito contra os ingleses, como clama Manoel Bomfim.

Barros concluiu sua crítica sentenciando que “Sejam, porém quais forem as discordâncias das ideias e afirmações do professor Bomfim, sua obra é de uma bravura cívica e todos os brasileiros devem o culto de sua admiração.”³⁹⁰

Vale ressaltar que a crítica de Jayme de Barros foi a primeira e única em que encontramos pontos de discordância entre o autor e Bomfim. No entanto, apesar de suas ressalvas, Barros buscou deixar clara sua admiração pelo autor de *O Brasil na História*.

O último artigo publicado no *Diário Carioca* em 12 de abril de 1931 foi redigido por Floriano de Lemos (1885-1968) ³⁹¹. Com o título de “O Brasil na História” ³⁹², o

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ Ibidem.

artigo estava publicado na segunda página do diário, ao lado de uma grande foto de Bomfim acompanhado por seu médico. No texto, Lemos seguiu o tom crítico à historiografia já destacado aqui, teceu grandes elogios ao livro e realizou uma espécie de releitura a partir do viés do *determinismo geográfico*³⁹³.

Para Lemos, era incrível que só naquele momento um brasileiro havia escrito este livro. Para ele, só era necessário que a obra fosse resumida de forma didática para que pudesse ser o “primeiro compêndio de educação nacionalista”. Com esta afirmação, o autor nos revelou sua confluência com o pensamento de Bomfim a respeito da função pedagógica da História. Lemos, ainda, seguiu sua explanação fazendo coro às críticas à historiografia brasileira, afirmando que:

Com efeito, até hoje – confessemos-lo com mágoa – nas obras de história do Brasil, pelo menos as que servem às escolas públicas e secundárias, dirse-iam [sic] fabricadas por portugueses, para atender as necessidades cívicas e à propaganda das glórias dos filhos da velha nação lusitana. Desde a narração da descoberta de Pedro Álvares até á referência aos episódios do grito do Ypiranga, mal ou pouco, os mestres publicistas têm bordado o relevo que cumpria dar-se, por nossa honra, ao que era essencialmente brasileiro. Há esquecimentos e noções falsas que revoltam. A formação da nossa nacionalidade passa, por isso, inteiramente despercebida dos nossos pequenos patrícios.³⁹⁴

³⁹¹ Floriano de Lemos foi médico e jornalista, nascido no Rio de Janeiro em 1885. Lemos só começou a frequentar oficialmente a escola em 1900, quando já era adolescente. Aos 14 anos ingressou no colégio Paula Freitas, e, de lá, partiu para o ensino superior, em 1904. Floriano de Lemos graduou-se em medicina no ano de 1908, e lecionou, entre 1908 e 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Membro da classe média urbana carioca, que então se consolidava, Lemos se aproximou também do teatro, da literatura, da música popular e, sobretudo, da imprensa. Além de jornalista do *Correio*, foi também conferencista, cronista, declamador, poeta, dramaturgo, músico, inspetor escolar e professor. Entre os anos de 1913 e 1914, e 1924 e 1925, morou em Minas Gerais. Em Minas, além de trabalhar como médico e professor ginasial, também fundou o *Jornal de Caxambu* (1913) e dirigiu a *Revista de Caxambu* (1924). Entre 1917 e 1920, viajou pelo interior do Mato Grosso, e fixou residência em Cuiabá. No Mato Grosso atuou como médico, diretor da tipografia oficial e inspetor federal de ensino. De 1926 a 1930, fixou residência no interior do estado de São Paulo. No noroeste paulista fundou jornais como *A Cultura*, em São José do Rio Preto, e participou ativamente, ora como colaborador fixo, ora como editor, dos periódicos *A Notícia* e *O Município*, editados também em São José. Fundou e dirigiu, em 1926, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto. Lemos faleceu em 1968. (Ver: CAMPOS, Raquel Discini de. Floriano de Lemos no *Correio da Manhã*: 1906-1965. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, supl. 1, Nov. 2013).

³⁹² LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. Diário Carioca. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014. (Este mesmo artigo foi publicado três dias depois no *Correio da Manhã*)

³⁹³ O determinismo geográfico considera que as diferenças no ambiente físico condicionam a diversidade cultural.

³⁹⁴ LEMOS, op.cit.

Para Lemos as distorções contidas na história do Brasil contribuíram para a formação desvirtuada da “consciência de povo”.

Ainda em sua análise da obra de Bomfim, Lemos afirma: “O destino das nações se prende à sua condição geográfica.” A partir, portanto, da “exuberância dos recursos naturais” brasileiros, o autor concluiu que o povo do Brasil não poderia ficar durante muito tempo sob tutela estrangeira, ou seja, o que Bomfim nomeou como tradição, Lemos entendia como um determinismo baseado nos recursos naturais.

O autor concluiu seu artigo afirmando que o texto de Bomfim continha questões importantes para a nacionalidade brasileira e afirmou que não só estudantes deveriam lê-lo, mas também todos aqueles que ocupam cargos de responsabilidade política.

3.2.3 – *Diário de Notícias* (1930 – 1974)

O *Diário de Notícias* foi, juntamente com *A Noite*, o terceiro jornal pesquisado que mais apresentou textos a respeito de *O Brasil na História*, no total foram quatro textos encontrados. Fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas (1896-1953)³⁹⁵, o diário surgiu em uma época bastante conturbada da história do Brasil. Após as eleições de março de 1930 que deram a vitória a Júlio Prestes, candidato situacionista, a oposição a Washington Luis, ficou ainda mais acentuada, e foi neste contexto de intensa agitação que surgiu o *Diário de Notícias*, com a intenção de engrossar a oposição ao presidente.³⁹⁶

Além de Orlando Dantas, o jornal ainda estava sob a orientação de Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel, jornalistas recém-saídos de *O Jornal*. Apelidado de “O Jornal da Revolução”, seu editorial de estreia *O Diário de Notícias* afirmava:

³⁹⁵ Orlando Ribeiro Dantas nasceu em 11 de fevereiro de 1896 em Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte. Fundador e proprietário do jornal *Diário de Notícias*, foi também deputado federal pelo estado de Sergipe, na legenda do Partido Socialista. Além de *O Diário de Notícias*, Dantas fundou, ainda em Recife, o jornal *Diretório Comercial Brasileiro*. Em 1922, no Rio de Janeiro, dirigiu a Revista Comercial e Industrial. Quatro anos mais tarde foi diretor de publicidade de *O Jornal* e, mais tarde, em São Paulo, fundou, juntamente com Rubens Amaral e Oswaldo Chateaubriand, *O Diário de São Paulo*. Em 1948, devido aos relevantes serviços prestados ao jornalismo, recebeu o prêmio Maria Moors Cabot, um dos mais importantes do continente americano. Sua atuação na Câmara dos Deputados ficou marcada pela luta pela implantação do monopólio estatal do petróleo que resultou na criação da Petrobrás, em 1953, por meio da lei 2004, sancionada por Getúlio Vargas. Dantas faleceu no exercício de seu mandato parlamentar, no mesmo ano da vitória do pleito nacionalista.

³⁹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

Surge O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, num momento que bem se poderia chamar de convalescença da alma nacional. Sacudida, ainda no primeiro período deste ano, pela campanha presidencial, mais alentadora de quantos já se feriram, no cenário político do Brasil [...]

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS livre de qualquer compromisso político e sem dependências financeiras que lhe tolham a atuação em prol da coletividade, não pode ocultar, no entanto, que o programa de combate às candidaturas oficiais no recente pleito presidencial, transformado pela fraude e a compressão, em mais uma triste paródia de democracia, refletiu, fielmente, as aspirações e verdadeiramente correspondeu aos altos interesses, na hora presente.³⁹⁷

O diário assumiu, claramente, desde o princípio, sua luta política. Assim, ainda que sem se comprometer com nenhum partido, o jornal sustentou as teses da Aliança Liberal. Ainda em 1930, a atuação crítica do jornal em relação ao governo, logo o tornou alvo de repressão e suas matérias foram submetidas à censura, além de seu proprietário Orlando Dantas ter sido chamado a depor na polícia.³⁹⁸

Em 25 de outubro, um dia depois da deposição de Washington Luís, o diário publicou a manchete: “O Brasil está livre da politicalha de ódios e vinganças.” E em sua primeira página havia a afirmação:

Assim terminou a luta armada e uma junta constituída de militares e civis responderá pelo governo do país, até que, presente Juarez Távora e levado ao Catete nos braços do povo, tenha início a execução do programa revolucionário.

Até lá, o povo esteja calmo, mas vigilante. A hora despudorada dos legaleiros [sic] de ontem e fingidos revolucionários de hoje, insinuou-se na confiança de alguns dos atuais detentores do poder, pensando que constituirá o assalto aos cofres nacionais solapando os alicerces da Segunda República. E é mister evitar que isso aconteça. A Revolução se fez para a redenção do Brasil e não para o benefício dos Tartufos e Gargântuas.³⁹⁹

Apesar de o jornal ter dado um crédito de confiança a Getúlio Vargas quando ele assumiu o Governo Provisório em 3 de novembro, não abandonou a posição vigilante adotada em 25 de outubro. Comprometido com a função de fiscal do governo, o *Diário*

³⁹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Diário de Notícias. *Diário de Notícias*: Rio de Janeiro: 12 de junho de 1930. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

³⁹⁸ Ibidem.

³⁹⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Visão do Momento. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 25 de outubro de 1930. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

de Notícias logo levantou a bandeira de reconstitucionalização, o que gerou a sua primeira grande divergência com o governo. A não convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte levou o matutino a iniciar uma campanha contra os setores do governo que estavam retardando o processo.

Portanto, a *Revolução Constitucionalista* de 1932 contou com o total apoio do diário. Esta postura submeteu o jornal a uma censura rígida do governo, o que tornou sua oposição em relação ao governo ainda mais dura, nomeando-o de “ditadura” de Vargas. A oposição manteve-se firme até o fim do Estado Novo, quando o jornal prometeu manter sua postura vigilante diante dos outros governos que viriam.

Nesse contexto a folha denunciou a corrupção no governo Dutra, foi contra a mudança da capital no governo de Juscelino Kubitschek, apoiou Janio Quadros com sua política externa independente e defendeu a posse de João Goulart. Quando Jango desafiou a hierarquia das Forças Armadas, o diário passou para a oposição e, em 1964, apoiou o Golpe Militar. Mais tarde, o posicionamento da folha mudou e passou a fazer oposição à ditadura, o que lhe rendeu, como castigo, a retirada da publicidade de órgãos estatais. Por conseguinte, o diário passou por uma crise financeira que culminou em sua venda no ano 1970. Em 1976, foi decretada a falência do diário.⁴⁰⁰

O primeiro texto publicado em 2 de março de 1931, um dia antes da publicação de *O Brasil na História*, tinha como objetivo apresentar a obra ao público leitor. O texto não possui autor identificado e tem como título “Novas projeções luminosas sobre a história do nosso passado: O breve aparecimento do ‘Brasil na História’ de Manoel Bomfim”.⁴⁰¹

O jornal apresentou a obra como mais um “trabalho brilhante” que terá “grandes repercussões em todos os nossos círculos intelectuais” e ainda aponta que Bomfim pertence à categoria de escritores que se dedicam “ao estudo da nossa História” e conclui, “além disso, é um professor eminente, cuja palavra tem sido ouvida por gerações seguidas de jovens brasileiros.”⁴⁰²

Após a apresentação da obra, a folha se propôs a publicar um trecho do livro considerado “bem significativo”. Nesta passagem intitulada “Como se congregou o

⁴⁰⁰ PREFEITURA... Diário de Notícias: a luta por um país soberano. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social. Cadernos da Comunicação. Série Memória. Rio de Janeiro: 2006.*

⁴⁰¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Novas projeções luminosas sobre a história do nosso passado. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro 2 de março de 1931.p. 5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

⁴⁰² *Ibidem*.

Brasil” que é um subtítulo pertencente ao capítulo IV “Atentados contra a tradição brasileira”, Bomfim buscava analisar as forças que contribuíram para a formação da unidade nacional e afirmou:

Nenhuma divergência a separar os núcleos de população, e, assim, nem conflitos, nem lutas localistas e dissolventes. Pelo contrário. Se abstrairmos a estreita faixa litorânea sob o imediato influxo do português, a vastidão interior, onde se forma o verdadeiro e exclusivo Brasil, pronúncia numa atividade nitidamente entrelaçadora, unificante.⁴⁰³

A passagem que o jornal buscava dar destaque e divulgação foi considerada controversa por outros autores, pois afirmava que a união nacional se constitui em detrimento da monarquia, tese que foi, mais tarde, como já visto, contestada por Jayme de Barros no *Diário Carioca*.

O próximo texto a ser analisado foi publicado no *Diário de Notícias* em 4 de março de 1931. O texto não possui identificação de autor e tem o seguinte título “Enriquecendo o Pensamento Nacional: A próxima aparição do livro ‘O Brasil na História’, a grande obra do Dr. Manoel Bomfim.”⁴⁰⁴ O artigo exposto sem destaque na quarta página do periódico tinha como objetivo anunciar a publicação do livro e apresentá-lo ao público. Para atingir seu objetivo o autor se referiu à Bomfim da seguinte maneira:

Organização complexa de homem de ciência e de letras [...] Louvá-lo é, pois, aureolar de unânimes elogios toda uma vida dedicada ao estudo e a meditação, à pesquisa histórica e à formação mental das gerações modernas.⁴⁰⁵

A partir deste comentário foi solidificado o tom das observações do autor que segue referindo-se ao livro como um “verdadeiro monumento da pujança de nossa moderna mentalidade, esse livro do Dr. Manoel Bomfim é uma obra maravilhosa de análise histórica e sociológica do Brasil [...]”.⁴⁰⁶

O jornal também destacou o método utilizado por Bomfim em sua escrita afirmando que o livro apresenta “exuberância de provas e documentação, de estudos e

⁴⁰³ BOMFIM, 1930. Apud. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, OP. CIT..

⁴⁰⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Enriquecendo o pensamento nacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Ibidem.

pesquisas, teses profundas sobre a formação da nossa raça, e as quais irão suscitar vivos debates.”⁴⁰⁷. Dessa forma, o autor aproximou, assim como outros fizeram, Bomfim dos métodos utilizados pela disciplina histórica e acrescentou destaque para a análise sociológica empreendida pelo autor, o que “virá enriquecer a inteligência nova do país”, além de trazer ainda mais prestígio ao nome de Manoel Bomfim.

O último texto publicado no *Diário de Notícias* em 8 de março de 1931, e também não possui autoria identificada. O texto de título “O Egocentrismo da História: um sugestivo trecho da grande obra do professor Manoel Bomfim, ‘O Brasil na História’, que acaba de ser dada à publicidade”⁴⁰⁸ aparece com destaque na página 19 ao lado de uma foto de Manoel Bomfim.

Assim como os anteriores, este texto tem a intenção de apresentar o livro ao público e para isso, também publica uma passagem considerada sugestiva. O escrito apresenta Bomfim como “médico, filósofo, polígrafo, historiador e estilista”, de “maior destaque na nossa intelectualidade contemporânea” e ainda entende o livro *O Brasil na História* como uma obra “imprescindível na biblioteca de todos os homens cultos e de todos os estudantes que prezam sobremaneira as tradições autênticas de nossa raça”⁴⁰⁹.

O trecho publicado no *Diário* é do primeiro capítulo do livro de Bomfim “A História pelos grandes povos”, que possui como subtítulo “Egocentrismo na História”. Nesta passagem Bomfim faz uma enfática crítica ao objetivismo defendido pelos que seguem as regras da disciplina histórica, e defende que cada escritor pensa a partir da tradição que está inserido. Bomfim ainda completa que: “verificadas as condições em que se faz a história para o uso universal, cabe a cada povo defender a própria história, num esforço que deve ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadoras”⁴¹⁰. Assim, o jornal escolhe reafirmar a necessidade de defesa da história nacional em tempos tão conturbados.

3.2.4 – A Noite (1911-1957)

O vespertino *A Noite* também dedicou algumas críticas ao livro *O Brasil na História* e por este motivo será analisá-lo nesta dissertação. Este jornal carioca foi

⁴⁰⁷ Ibidem.

⁴⁰⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. O Egocentrismo da História. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ Ibidem.

fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho (1876-1925)⁴¹¹ que, em virtude de desentendimentos com a direção do *Gazeta de Notícias*, do qual era secretário geral, decidiu, juntamente com mais 13 ex-funcionários, criá-lo.⁴¹²

Considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro, já que era vendido a preços baixos e com grandes tiragens, o jornal teve vários donos e fases, sendo que as consideradas mais importantes estão nas décadas de 1920 e 1930. Em 1915, Lima Barreto publicou, nas páginas do jornal, o romance satírico *Numa e a Ninfa*⁴¹³.

A Noite abordava temas que diziam respeito, majoritariamente, a política nacional e sobre a cidade do Rio de Janeiro, dando destaque ao noticiário policial.

Esta folha, desde o início, definiu sua linha política como oposicionista, assumindo-se um jornal crítico e contra o recém-formado governo do marechal Hermes da Fonseca. O diário, a princípio, declarava seu apoio à causa civilista da candidatura de Rui Barbosa (1849-1923) que, no entanto, foi derrotado nas eleições presidenciais de 1910. Sua forte oposição ao governo lhe custou uma suspensão da publicação e a prisão de seus diretores.

Durante as eleições presidenciais de 1918, em que disputaram a vaga presidencial os candidatos Epitácio Pessoa e Rui Barbosa, *A Noite* manteve o apoio ao candidato civilista, e, com a vitória de Pessoa, o jornal conservou sua posição crítica frente à situação.

Em 1921, a folha apoiou Nilo Peçanha e sua derrota frente ao candidato situacionista Artur Bernardes deixou o jornal em uma posição incômoda, já que o governo estabeleceu forte repressão às oposições.

⁴¹¹ Irineu Marinho Coelho de Barros nasceu em Niterói, em 19 de julho de 1876. Em 1891 ingressou no colégio de William Cunditt (Liceu Popular de Niterói) onde fundou o Grêmio Literário Sílvio Romero e os jornais *A Pena* e *O Ensaio*. No ano seguinte, 1892, transferiu-se para o Liceu de Humanidades de Niterói, anteriormente denominado (Liceu Popular de Niterói) e iniciou sua colaboração regular no jornal *O Fluminense*. Em 1894, foi morar no Rio de Janeiro e trabalhou em diversos jornais como no *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, no *A Tribuna* e, mais tarde, no prestigiado jornal *A Notícia*, onde tinha como colegas Arthur Azevedo e Olavo Bilac. Fundou dois jornais, *A Noite* em 18 de julho de 1911 e *O Globo*, em 1925. Menos de um mês após a inauguração de *O Globo*, Irineu sofreu um ataque cardíaco e faleceu.

⁴¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Noite*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

⁴¹³ HEMEROTECA... *A Noite*. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite>> Acesso em 22/04/2014.

Em 1925, o diário sofreu grandes transformações, pois Irineu Marinho, com problemas de saúde e com viagem marcada à Europa, passou a maior parte de suas funções para Geraldo Rocha (1881-1959)⁴¹⁴ que, mais tarde, rompeu os vínculos que ainda prendiam o jornal a seu fundador e elegeu nova diretoria.

Com a mudança de propriedade *A Noite* iniciou uma nova fase, fase esta marcada por modificações substanciais. A mais importante foi a alteração da linha política do jornal, que passou de oposta para apoiadora do governo de Washington Luís.

Durante as eleições presidenciais de 1930, após “ensaiar” uma possível neutralidade, o jornal acabou apoiando a candidatura de Júlio Prestes e, mesmo as denúncias de fraude eleitoral, não abalaram o alinhamento do jornal, que continuou a defender o resultado das eleições. Com a vitória do movimento que levou Getúlio ao poder, o jornal foi empastelado, e, seu proprietário Geraldo Rocha, preso.

Após o ocorrido, a folha acumulou uma grande dívida e acabou em novas mãos. Com os novos proprietários, um grupo de estrangeiros representados por Guilherme Guinle (1882-1960), novas mudanças ocorreram, entre elas, a alteração da direção, que passou a ser de Manoel Cardoso de Carvalho Neto e a nova linha política, que se tornou mais amena, sem ataques pessoais.

A partir de 1940 *A Noite* entrou em uma nova fase: a folha foi incorporada ao patrimônio nacional. Estando, portanto, sob o controle oficial, o jornal voltou a enfrentar problemas financeiros e administrativos.

Com o fim do Estado Novo, *A Noite* adentrou a década de 1950 sem resolver seus problemas administrativos. Neste período, novas e sucessivas substituições foram feitas, o que ocasionou o golpe final nas Empresas Incorporadas.

Em 1957, *A Noite* interrompeu sua circulação, que só retornou em 1959, com a publicação de uma edição, por iniciativa de seus funcionários.

Quase um ano depois, em 1960, a folha retornou definitivamente sob a direção de Celso Kelly (1864-1966) e em 1963 alterou novamente sua direção: desta vez o

⁴¹⁴ Antônio Geraldo Rocha Filho nasceu em Barra na Bahia, no dia 14 de julho de 1881. Formado em engenharia, trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia. Em 1925 tornou-se diretor-proprietário do jornal carioca *A Noite*, e foi o responsável pela construção de um grande prédio para abrigar a sede do periódico. Fundou a empresa "A Sertaneja", na região do Vale do Rio São Francisco. Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), foi acusado de ser agente, no Brasil, do presidente argentino Juan Domingo Perón. Supõe-se que Geraldo Rocha tenha sido a pessoa indiretamente acusada pelo jornalista Carlos Lacerda, em março de 1954, na *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, de ter ido à Argentina em nome de Vargas para comunicar à Perón que o presidente brasileiro não poderia avançar numa aliança com aquele país em vista da delicada situação política brasileira. Antonio Geraldo faleceu em 19 de junho de 1959.

cargo foi assumido por Eurico de Oliveira. Por fim, *A Noite* circulou, aproximadamente até 31 de agosto de 1964, data de sua última edição existente na Biblioteca Nacional.⁴¹⁵

O primeiro artigo divulgado em *A Noite* foi publicado em 4 de março, e é composto por um pequeno texto localizado na coluna intitulada “Novos Livros” cuja função era de divulgar as publicações mais recentes ao público. Assim, com o título “Novos Livros: ‘O Brasil na História’ – Manoel Bomfim”⁴¹⁶ o jornal inicia sua apreciação afirmando que o nome de Bomfim dispensa recomendações, pois já teria proporcionado ao pensamento brasileiro, um grande número de obras relevantes. Dito isso, o texto segue afirmando que a obra:

Não se trata propriamente de história, isto é, consignar fatos cronologicamente. Trata-se de um comentário vivo, às vezes irreverente, mas sempre muito pessoal e de aspectos novos, dos grandes fatores da nossa vida nacional, desde os seus primórdios⁴¹⁷.

Esta folha ressaltou que o livro de Bomfim não pôde ser integrado ao rol de livros pertencentes à disciplina histórica, e, para completar seu discurso, o jornal buscou demonstrar a “expressão psicológica” do livro expondo uma passagem intitulada “A tradição – consciência nacional” pertencente à parte da obra chamada por Bomfim de “Orientações”. Nesta passagem o sergipano apresenta sua ideia de tradição e aponta como ela se dá por meio da consciência nacional.

Em 9 de março, uma nova pequena publicação aparece na mesma coluna (“Novos Livros”) e, com o mesmo objetivo do primeiro texto, apresentava como título “Novos Livros: ‘O Brasil na História’ – por Manoel Bomfim”⁴¹⁸. Neste texto, o autor, também não identificado, seguiu o mesmo tom da publicação anterior e afirmou que Bomfim dispensava elogios. Logo em seguida o autor frisou o interesse do médico em tratar do problema da nacionalidade. No texto, ainda, foi destacado que a obra de Bomfim não buscava encadear fatos cronologicamente, e sim, estudá-los “originalmente”.

⁴¹⁵ HEMEROTECA, op. cit.

⁴¹⁶ A NOITE. Novos Livros. *A Noite*. Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ A NOITE. Novos Livros. *A Noite*. Rio de Janeiro: 9 de março de 1931.p.5. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

Por fim, a nota, assim como a anterior, divulgou ao público uma passagem do livro. O trecho também é parte de “Orientações”, cujo subtítulo é “A tradição - consciência nacional”. Neste caso o fragmento destacou a afirmação de Bomfim de que a humanidade progride cada vez se tornando mais humana, ou seja, agindo por meio da consciência.

O próximo texto publicado em *A Noite* apareceu em 21 de abril de 1931 e chamava-se “A História do Brasil”⁴¹⁹. Neste texto, o autor Heitor Moniz⁴²⁰ faz coro com Bomfim e apresenta um tom de forte crítica à historiografia. Moniz introduz sua discussão afirmando que:

‘O Brasil na História’, do Sr. Manoel Bomfim, é desses livros que toda a gente deve ler. Já, agora, ninguém poderia escrever, conscienciosamente, a respeito das coisas da nossa história sem ter, antes, visto e meditado sobre a obra erudita e segura de Bomfim, que se integra, definitivamente, na nossa literatura histórica, com uma de suas expressões culminantes.

Nesta passagem, Moniz destacou a importância do livro de Bomfim para a historiografia nacional e ainda classificou a obra como sumo da desta historiografia. O autor seguiu afirmando que o capítulo chave de *O Brasil na História* é o que Bomfim “à luz de documentos” demonstrou como a história havia sendo escrita “desnaturando-se de modo sistemático” os heroísmos nacionais. Para ele, a história do Brasil, no início, foi feita com “espírito legalista português” e os historiadores que vieram depois “[...] não quiseram “ter trabalho”, foram reproduzindo uns aos outros, pela lei do menor esforço, e sem nenhuma preocupação em investigar a verdade”⁴²¹. O autor ainda concluiu que a revolta de Bomfim contra os “falsificadores” da história nacional deveria ser acolhida com “calor” pelos brasileiros como um convite para a revisão dessa mesma história.

3.2.5 – A Esquerda (1927-1933)

⁴¹⁹ MONIZ, Heitor. A História do Brasil. *A Noite*. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1931. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

Heitor Moniz foi jornalista diretor da revista “Carioca”, redator de “A noite” e autor de *No tempo da Monarquia* (1929), *Aspectos da História Brasileira* (1932), *Vultos da Literatura Brasileira* (1933) entre outros.

⁴²¹ MONIZ, op. cit.

O quinto e último jornal em que encontramos análises do livro *O Brasil na História* foi *A Esquerda*, jornal carioca diário fundado em 1927 por Pedro Mota Lima (1898-1966)⁴²². Este diário expressava os princípios do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora não fosse seu porta-voz oficial. *A Esquerda* apresentava-se como um jornal nacionalista, com principal preocupação de defender o operariado.⁴²³

Pedro Mota Lima, diretor e proprietário da folha recorreu, com a intenção de arcar com as despesas do jornal, a um dos maiores banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro, João Pallut, a quem interessava encobrir sua atividade de bicheiro. Mota Lima justificava sua relação com Pallut afirmando que esta vinha em favor da causa comunista.

Ao longo do ano de 1928, o diário noticiou, amplamente, os movimentos grevistas nacionais e internacionais, e direcionou críticas ao governo do então presidente Washington Luís, por recusar a anistia aos integrantes da Coluna Prestes que estavam exilados na Bolívia.

Também em 1928 a folha publicou uma entrevista concedida por Luis Carlos Prestes (1898-1990) ao representante do PCB, Astrogildo Pereira (890-1965), resultou na entrada de Prestes no Partido Comunista. O Jornal também, na mesma época, denunciou a exploração do país pelo capital estrangeiro, criticou as condições de vida da população mais pobre, combateu à corrupção parlamentar e defendeu o voto feminino.

424

Em 1929, a forte repressão governamental ao comunismo esvaziou politicamente o jornal, que acabou apoiando os princípios da Aliança Liberal e a

⁴²² Pedro Mota Lima nasceu em Viçosa, Alagoas, no mês de dezembro de 1898. Completou os estudos básicos em sua cidade natal, e transferiu-se depois para o Rio de Janeiro, onde tornou-se jornalista. Participou do movimento tenentista desde 1922, que o apoiou através de artigos publicados no jornal *O Imparcial*, do qual foi secretário-geral. Na década de 1920, fundou os jornais *A Esquerda* (1927) e *A Batalha* (1929). Em 1935, foi um dos fundadores e diretor do diário carioca *A Manhã*, órgão semi-oficial da Aliança Nacional Libertadora (ANL), pouco depois o jornal foi fechado e Pedro Mota Lima ficou exilado na Argentina. Mota Lima foi indultado antes da anistia decretada por Getúlio Vargas, em 1945, e retornou ao país em 1943. Trabalhou no jornal *O Globo*, e, quando o PCB foi legalizado, ainda em 1945, tornou-se um dos diretores da *Tribuna Popular*. Contando com a presença de Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade na sua direção, a *Tribuna Popular* foi fechada em 1947, quando o PCB retornou à ilegalidade. Em 1948, passou a fazer parte do corpo de redatores e dirigiu, em várias ocasiões, o jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial do PCB, que existiu até 1958. Faleceu em um desastre aéreo na Tchecoslováquia no ano de 1966. Deixou os romances *Coronel Lousada* (1925), *Bruhaha* (1932), *Zamor* (1940) e *Idade da Pedra* (1950).

⁴²³ DICIONÁRIO... A Esquerda. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

⁴²⁴ *Ibidem*.

candidatura de Getúlio Vargas. No dia 24 de outubro de 1930, data da deposição do presidente Washington Luís, o jornal divulgava a seguinte manchete:

Num gesto que bem define a sua mentalidade e tanto enobrece os seus sentimentos, o povo da capital da República acaba de vibrar o golpe decisivo nesse montão de misérias e surdísses que era o governo que acaba de cair, afogado na própria ignomínia. Precipitando os acontecimentos e dando a vitória à causa sagrada da pátria, o povo carioca pôs um dique à caudal de sangue desencadeada pelos moribundos e avultou, aureolado, no coração do Brasil. Salve, povo Carioca! ⁴²⁵

No final de 1930, Mota Lima retirou-se da redação, passando a propriedade para João Pallut, fato que fez com que a folha perdesse grande parte de seu prestígio. Mais tarde, embora tivesse aplaudido o Movimento de 30, o jornal ao fazer oposição ao Governo Provisório, denunciou arbitrariedades dos interventores e clamou pela reconstitucionalização. Em 1932, *A Esquerda* se opôs a Revolução Constitucionalista.

Em 1933, mantendo a linha inicial ligada aos princípios da esquerda, o jornal demonstrava grande preocupação com o operariado, defendia Luís Carlos Prestes e mostrava-se anticlerical. A folha apresentava como objetivo uma “ditadura construtora”, que deveria ser dirigida por um líder sem compromissos com partidos vigentes e com as oligarquias. ⁴²⁶ Em agosto do mesmo ano, dificuldades financeiras causaram o fechamento do *A Esquerda*. ⁴²⁷

O último texto a ser analisado, publicado em *A esquerda*, foi escrito por Amorim Netto ⁴²⁸ e foi publicado em 18 de março de 1931. Com o título de “O Brasil na História – Manoel Bomfim – Livraria Francisco Alves – 1930” ⁴²⁹, o texto estava em posição de certo destaque na terceira página do diário e tinha como objetivo realizar uma apresentação da obra (foi deixado claro, pelo autor, que ele não pretendia realizar uma crítica do livro).

Amorim Netto se refere à Bomfim como sociólogo e historiador e define o livro como uma obra “revolucionária” que levará à “ira os mistificadores das nossas verdades

⁴²⁵ A ESQUERDA. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ DICIONÁRIO. op. cit.

⁴²⁸ Amorim Netto foi redator de “A esquerda” e de “A batalha” além de autor de *A Amazônia Bruta* (1950).

⁴²⁹ NETTO, Amorim. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 18 de março de 1931. p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

históricas”. Com tom de clara crítica à historiografia, o autor ainda frisa que o livro tem como fim máximo o reestabelecimento destas mesmas verdades históricas. O autor, ainda, destaca o método utilizado por Bomfim, e aponta no livro seu uso documental: para ele, a obra é “fartamente documentada”.

O autor destacou, em seu artigo, dois trechos do livro: no primeiro denominado “A unidade era união patriótica” presente no capítulo quatro “Atentados contra a união brasileira”, Netto aponta que o movimento de 1817 representava o patriotismo “irrefreável” dos brasileiros; e, no segundo trecho “Despeito de interesses ameaçados...”, presente no capítulo cinco “O patriotismo brasileiro”, Netto frisou a diferenciação, a divisão e o ódio dos portugueses aos brasileiros ⁴³⁰. Para finalizar, o autor, conclui que a obra de Bomfim é um “grande livro de desassombro, mas, sobretudo, um livro de sinceridade” ⁴³¹.

3.3 – Conclusão: uma recepção positiva da obra

O que buscamos neste capítulo ao analisar as leituras da obra de Manoel Bomfim realizadas por autores contemporâneos foi compreender o papel deste autor e, principalmente de sua obra, *O Brasil na História*, para cultura histórica do período em questão.

Como já vimos os jornais por onde falam estes homens de letras são lugares privilegiados para o debate intelectual, são lugares de intervenção na vida social e de legitimação para quem fala a partir deles. Dessa forma, o debate do livro ganha notoriedade quando surge a partir de lugares como estes. Médicos, advogados, engenheiros, professores, entre outros, os assim chamados homens de letras, realizaram, a partir do lugar de autoridade que a imprensa lhes fornecia, uma crítica bastante repercutida do livro, considerada “ruidosa” ⁴³² no período.

A tabela a seguir composta pelas resenhas analisadas neste capítulo pode nos auxiliar na análise destes textos através da visualização dos mesmos a partir de suas datas e locais de publicação:

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² A NOITE. A Semana Bomfim pelo Rádio. *A Noite*. Rio de Janeiro: 6 de junho de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

Tabela de Periódicos		
Autor	Jornal	Data de publicação
Sem autor	Diário Carioca	01/03/1931
Sem autor	Diário de Notícias	02/03/1931
Sem autor	Correio da Manhã	03/03/1931
Sem autor	Diário de Notícias	04/03/1931
Sem autor	A Noite	04/03/1931
Carlos Maul	Correio da Manhã	08/03/1931
Sem autor	Diário de Notícias	08/03/1931
Sem autor	A Noite	09/03/1931
Américo Palha	Diário Carioca	13/03/1931
Almir Ferreira	Diário Carioca	13/03/1931
Amorim Netto	A Esquerda	18/03/1931
Benjamim Lima	Diário Carioca	22/03/1931
Jayne de Barros	Diário Carioca	01/04/1931
Floriano de Lemos	Diário Carioca	09/04/1931
Floriano de Lemos	Correio da Manhã	12/04/1931
Antonio Leão Velloso	Correio da Manhã	15/04/1931
Heitor Moniz	A Noite	21/04/1931
M. Paulo Filho	Correio da Manhã	12/06/1931
Leôncio Correia	Correio da Manhã	16/06/1931
Rocha Pombo	Correio da Manhã	02/07/1931

Ao analisar a tabela notamos que as críticas se estenderam por cerca de cinco meses, sendo mais frequentes no mês de seu lançamento e diminuindo gradualmente, chegando, no entanto, até o mês de julho, quatro meses depois do lançamento do livro, o que demonstra sua intensa repercussão.

Notamos também que os primeiros textos publicados em cada jornal, com exceção de *A Esquerda* que oferece um único artigo, não exibem autor e apresentam um conteúdo que busca divulgar o livro, com opiniões menos incisivas e polêmicas. È Carlos Maul que no *Correio da Manhã* poucos dias após o lançamento do livro inicia a discussão elaborando uma enfática crítica a historiografia nacional. Este tom de crítica a historiografia seguiu, desta vez de forma menos enfática, com Américo Palha e Almir Ferreira no *Diário Carioca*. Mais tarde, o periódico *A Esquerda* segue com o mesmo tom de crítica a historiografia quando Amorim Netto afirmou que o livro apresentava como fim Maximo o reestabelecimento das verdades históricas do país.

O *Diário Carioca* com o texto de Benjamim Lima focou na ideia de que a herança colonial era a causadora dos principais problemas do Brasil e ainda afirmou que a impaciência demonstrada por Bomfim não passa de uma reação violenta a essa herança. Neste mesmo periódico, dias depois da publicação do texto de Lima, outro

texto é impresso, desta vez, no entanto, seu autor Jayme de Barros apresentava ressalvas a respeito do livro de Bomfim, para ele o autor não possuía a “serenidade” necessária a um historiador discordando de vários outros autores de resenhas que haviam classificado Bomfim como historiador, além disso, o autor discordou de algumas teses do sergipano que já tinham sido alvo de elogios por parte de outros resenhistas.

Nesta mesma folha, dias depois, Floriano de Lemos, que teve esse mesmo texto publicado no *Correio da Manhã*, voltou a seguir o tom de crítica à historiografia nacional, assim como Antonio Leão Velloso que no *Correio da Manhã* realizou uma crítica bastante dura em relação a historiografia e como Heitor Moniz que também seguiu esse caminho em *A Noite*.

Já M. Paulo Filho escrevendo para o *Correio da Manhã* parece fazer questão de ressaltar os métodos empreendidos por Bomfim, afirmando que “tem razão o autor que não é apenas narrador e comentador” afirmando que, para ele, um bom historiador deve ser um “pensador”. Este autor deixa claro, portanto, sua opinião contrária as ideias de Jayme de Barros que acredita na “serenidade” do historiador. Leoncio Correia, escrevendo para a mesma folha, também manifesta admiração pela forma com que Bomfim constrói seu texto e o classifica como historiador e defende a “aspereza” do sergipano afirmando que o mesmo não possui o “disfarce de uma delicadeza hipócrita”. Por fim, Rocha Pombo, ainda no mesmo periódico busca se esquivar da polemica apresentando Bomfim como um pensador dedicado a “ciência da alma” que por esse caminho tinha que chegar até a história. Pombo ainda retoma a crítica a historiografia, afirmando que *O Brasil na História* se levanta contra o modo com que se deturpou a história brasileira.

Assim, a partir da análise destes textos pudemos notar que Bomfim é prestigiado por todos seus críticos. Independentemente de sua não participação em instituições, como a Academia Brasileira de Letras e/ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é um grande pensador que contribuiu, grandiosamente, para o pensamento nacional.

Vale ressaltar que as diferentes visões da obra de Bomfim causaram certa polemica quanto a designação do que é ser historiador, para alguns autores o que Bomfim faz não é história, já que para isso ele precisaria deixar de fora suas enfáticas opiniões e exercer o objetivismo, já outros autores concordam com as posições de Bomfim e entendem este objetivismo como algo prejudicial ao pensamento nacional.

Outro aspecto identificado nos textos analisados e que deve ser destacado, é o frequente tom de crítica à historiografia presente em grande parte deles. A reafirmação

dessa premissa indica insatisfação com o rumo que a história do Brasil vinha tomando e sugere uma necessidade de renovação dessa historiografia. Vale, ainda, ressaltar que alguns autores, seguindo os passos de Bomfim, distinguiram os bons dos maus historiadores. Neste esforço, enquanto Varnhagem foi apontado como um dos autores que mais prejudicaram a historiografia brasileira, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo e o próprio Bomfim foram destacados como exceções, como autores que buscaram defender os reais interesses do país.

A partir da constatação desse tom de insatisfação em relação aos rumos da historiografia presentes em grande parte dos textos analisados, o brado de Bomfim por uma defesa da história nacional ganhou destaque e sua proposta de história é acolhida por uma significativa parcela desses pensadores. Para eles, tal modelo de escrita da história serviria como indicação de leitura e apoio para os futuros escritores da história nacional.

Com isso, entendemos que a ampla acolhida de *O Brasil na História* pelos homens de letras diz muito a respeito do rumo que o pensamento histórico tomava nas décadas iniciais do século XX, além de evidenciar quais eram suas preocupações e indefinições. Deste modo, pode-se entender que, neste período, ocorre uma busca por uma história nacionalista defensora de um Brasil livre, republicano e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar o processo de composição da escrita da História de Manoel Bomfim, que diante do desafio de criar uma identidade para a nação brasileira, produziu novas interpretações a respeito do país. Estas interpretações foram caracterizadas por um grande desejo de compreender o Brasil, de repensá-lo e de resgatá-lo do atraso que marcou a trajetória do estado como nação independente.

Assim, ao empreender um balanço a respeito dos feitos do passado e, principalmente, dos escritos a respeito destes feitos, Bomfim buscou produzir novas significações de passado e de futuro para o Brasil.

Para recriar o ideário nacional pensado por este autor, nos dedicamos a entender como ele construiu a sua história por meio da eleição de um passado específico. Comprometido com a tarefa de lutar contra o atraso brasileiro, Bomfim buscou identificar as causas desse atraso e eliminar seus vestígios.

Concebendo a historiografia produzida até então, salvo raras exceções, como contribuidora deste atraso, Bomfim buscou expurgar da mesma, toda e qualquer característica que apontava o Brasil e sua população como fraca e dependente. Ao analisar sua crítica à historiografia, nos deparamos com um conjunto de restrições a respeito da escrita da história produzida até 1930. E, em uma tentativa de construção de um novo modelo que pudesse guiar o Brasil rumo a modernidade, verificamos que este autor buscou traçar um roteiro para uma escrita da história nacional que fosse adequada aos seus anseios de nação.

Comprometido com aquele que, para ele, era o principal papel da história – sua função pedagógica, - que buscava inflar consciências e suscitar ações, Bomfim optou por uma história nacionalista, que possuiu como missão, gerar nos brasileiros os sentimentos, do que ele chamava de verdadeira tradição nacional. A história deveria, dessa forma, ser escrita a partir desta mesma tradição, o que abria espaço para a paixão, deixando o objetivismo reclamado pelo método histórico, de lado.

Filiando-se a uma tradição da história mais ligada à hermenêutica, em que a interpretação é mais importante do que uma única verdade, ao destacar temas que deveriam ser priorizados pela escrita da história nacional, Bomfim demonstrou preocupação em criar heróis e exaltar uma narrativa que pudesse servir de estandarte

para uma tradição que fosse capaz de impulsionar o país rumo ao progresso. E, ao eleger as histórias escritas por Frei Vicente de Salvador, Robert Solthey e ao aclamar escritos de Capistrano de Abreu e João Ribeiro, Bomfim buscou evidenciar o nacionalismo presente nestas obras. Já ao rejeitar a história escrita por Varnhagen e pelos que acreditava serem seus seguidores, nosso autor procurou expurgar da história brasileira a herança bragançista.

Sendo assim, ao findar a análise a respeito da escrita da história empreendida por Bomfim, contida no primeiro capítulo desta dissertação, verificamos que, através de seus apontamentos de uma correta escrita da história, ele sugere que esta escrita deve gerar o sentimento de uma tradição, que faria do Brasil um país livre, democrático e republicano.

A análise comparativa entre a escrita da *História da Independência*, produzida por Manoel Bomfim e Francisco Adolfo de Varnhagen, seu exemplo máximo de mau historiador, nos ajudou a tornar mais evidentes os pontos de aproximação e afastamento entre as duas propostas de escrita da história.

Evidenciamos, desta forma, que em seu projeto político, Varnhagen elegeu a Monarquia como forma de governo adequada. Além disso, ele acreditava que o Brasil deveria herdar, também, o modelo de civilização Europeia e todas as consequências que isto comporta, como a unidade racial com a predominância do homem branco. Já Bomfim, busca eleger como heróis da nação, não mais príncipes e reis e sim, homens anônimos que em suas vidas cotidianas teriam se identificaram com a nação e se tornaram brasileiros. Estes são, para Bomfim, os verdadeiros heróis da independência, os “homens de 17”, os “homens de 24”, entre outros, que fizeram a união nacional e plantaram a “inevitável independência”.

Notamos uma clara disputa entre do passado e a busca por um futuro diverso. Apesar de na década de 1920, período em que escreveu Bomfim, a história escrita por Varnhagen já ter sido contestada, em especial, por Capistrano de Abreu, o sergipano acreditava que só uma revisão mais profunda em toda a historiografia poderia afastar do Brasil da herança deixada pelos braganças. Portanto, apenas uma reescrita da história que priorizasse a verdadeira tradição nacional, poderia colocar o Brasil no rumo do progresso.

E, por fim, entendemos que, ao analisar as leituras empreendidas por pensadores contemporâneos ao lançamento do livro *O Brasil na História*, tivemos a oportunidade

de verificar a forma com que esta proposta de história, apresentada por Bomfim, foi recebida no período em que o livro foi lançado.

Ao realizar a análise destas leituras, pudemos evidenciar o apoio recebido pelo livro, que foi aclamado pela maioria de seus críticos. O fato de o livro ter sido bem acolhido nos levou a pensar, que a história proposta por Bomfim, ou seja, o passado e o futuro eleitos por ele foram bem aceitos e repercutidos em seu tempo.

Entre os pontos mais reafirmados pelos leitores encontramos a crítica à historiografia. Ao fazer coro com Bomfim e afirmarem que a escrita da história nacional foi deturpada, estes intelectuais demonstram insatisfação com o rumo que a história do Brasil vinha tomando, o que sugere uma necessidade de renovação dessa historiografia.

Em suma, entendemos que a ampla acolhida de *O Brasil na História* pelos homens de letras diz muito a respeito do rumo que o pensamento histórico tomava nas décadas iniciais do século XX, pois evidencia a queda do domínio exercido pelo IHGB, já que a história produzida a partir dessa instituição foi o maior alvo de críticas de Bomfim e seus leitores, além de salientar a aspiração por uma história como a proposta por Bomfim, que elevasse o país à categoria de uma nação livre, democrática e republicana. Assim, no início da década de 1930 novos ares sopravam pelos campos da escrita da história, e Manoel Bomfim foi capaz de propor essa reinvenção do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

I - FONTES UTILIZADAS

a) LIVROS

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "História da Independência do Brasil". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916.

b) PERIÓDICOS

A ESQUERDA. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

A NOITE. A Semana Bomfim pelo Rádio. *A Noite*. Rio de Janeiro: 6 de junho de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

A NOITE. Novos Livros. *A Noite*. Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

A NOITE. Novos Livros. *A Noite*. Rio de Janeiro: 9 de março de 1931.p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

BARROS, Jayme de. O Nacionalismo Através da História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 1 de abril de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

BITTENCOURT, Edmundo. Correio da Manhã. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1901. p. 1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 22/04/2014.

CORREIA, Leôncio. O Brasil na História. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro 16 de junho de 1931.p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

CORREIO DA MANHÃ.*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 6 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014

CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 22/04/2014.

CORREIO DA MANHÃ. "O Brasil na História" de Manoel Bomfim é um grande livro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 3 de março de 1931. p. 3 . Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 2/05/2014.

DIÁRIO CARIOCA. A Redenção Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1930. p.1. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. *Diário Carioca*. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 17 de julho de 1928. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. Um grande Livro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 1 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Enriquecendo o pensamento nacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. *Diário de Notícias*: Rio de Janeiro: 12 de junho de 1930. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. Novas projeções luminosas sobre a história do nosso passado. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro 2 de março de 1931.p. 5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. O Egocentrismo da História. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

_____. Visão do Momento. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 25 de outubro de 1930. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

FERREIRA, Almir. Um Grande Livro: O Brasil na História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

LIMA, Benjamim. A leitura da Semana. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 22 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do ultimo livro de Manoel Bomfim. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

MONIZ, Heitor. A História do Brasil. *A Noite*. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

NETTO, Amorim. *A Esquerda*. Rio de Janeiro: 18 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

PALHA, Americo. A Nota Brasileira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

PAULO FILHO, M. O Brasil na História. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

POMBO, Rocha. O professor M. Bomfim. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 julho de 1931.p.4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

VELLOSO, Antonio Leão. O Brasil dos Brasileiros. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2014.

II – BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil - Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ANDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 25, p. 41-62, 2000.

ANDRADE, Jéferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. José Olympio: Rio de Janeiro, RJ, 1991.

ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630) Dissertação (mestrado) - Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de pós-graduação em história social, 2004.*

ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. História e narrativa [1992]. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p.221-258.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda e NICOLAZZI, Fernando. (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1954], p.69-126.

AZEVEDO, Amaral. Prefácio à 2ª edição. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 31-34.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 1998. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: Depto. de História - FFLCH – USP, 1998.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1839, p. 9 -18.

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. *Manoel Bomfim: entre continente e nação*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Campinas, São Paulo, 2003.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa*. Organização de Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Coleção Retratos do Brasil. 1a. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 3ª edição [1905].

_____. *O Brasil*; com uma nota explicativa de Carlos Maul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 349p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. XLVII). 2a. ed., 1940.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929].

_____. *O Brasil na História: deturpação das tradições de degradação política*. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013

_____. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª. edição [1931].

BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP/Dep. de Sociologia, Campinas, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Pedro Moacir. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 1ed. São Paulo: Difel, 1961.

CAMPOS, Raquel Discini de. Floriano de Lemos no Correio da Manhã: 1906-1965. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, supl. 1, Nov. 2013.

CANDIDO, Antonio. A cultura do contra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7.5.1978. Folhetim, p.8-9.

_____. Radicalismos. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, 4(8), p. 4 – 8, Jan. – Abr. 1990.

CARBONELL, Charles-Olivier. O século da história. In: _____. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, s/d (1981), p. 104-105.

CASSIER, E. *La Philosophie des Lumières*. Paris: Fayard, 1932.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topói*. Rio de Janeiro, n°1, p. 123-152, UFRJ, set. de 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.65-119.

CEZAR, Temístocles. Como deveria se escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- _____. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação. Diálogos, DHI/UEM,v.8, N.1, p11-29, 2004.
- _____. Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p.11-34. jul./dez. 2004.
- _____. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência histórica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. vol.11, n.3, p.306-312, set.dez 2007.
- _____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004, v. p. 43-80.
- CHACON, Vamireh. *História das Idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, especialmente a introdução, p.13 a 28 e o capítulo IV,“Textos, impressos, leituras” [1986].
- _____. O leitor: entre limitações e liberdades. In: _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998 [1997].
- COSTA, Eliezer Raimundo de Souza; FONSECA, Thais Nivia de Lima. *Saber acadêmico e saber escolar [manuscrito]: história do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição a historia das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CRUZ, José Vieira da, BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio (Org.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*.São Paulo: CEN, 1974.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, SC: EDIUPF, 1998.
- DICIONÁRIO...*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders - Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2000.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História* [16]. DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, jan./jun. 2007, pp. 83-102.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, A. M. C.; FERREIRA, M. M. Primeira república: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, São Paulo, v. 4, p. 244-280, 1989.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 15-36, 2010.

_____. *Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, Publicações, vol. 23, n.º 45, 2003.

_____. O cruzado da inteligência: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41-76. 2007.

GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira Das. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p.510-512, jul./set. 1995.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói (RJ), v. 9, n. 18, p. 147-170, 2005.

_____. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Entre o amadorismo e o profissionalismo: o Instituto Histórico de Paris no século XIX. In: XXI Simpósio Nacional de História, 2001, Niterói. *Livro de resumo - XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: Associação Nacional de História, 2001. v. 1. p. 59-60.

_____. Entre as Luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no período oitocentista. In: _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 68-85.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*. Revista de História e Geografia. Dossiê Historiografia e Escrita da História, v. 11, n. 1, p. 31-47. Jan./jun. 2005.

_____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ; Anpuh, 2011.

_____. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p 5 a 27, 1988.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História social da língua nacional*. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.

HARTOG, F.; DEVOTO, F.; CEZAR, T.; GUIMARAES, M. L. L. S.; TURIN, R.; SILVA, T. T. Q.; FERREIRA, M. M.; GUIMARAES, L. M. P.; ALVES, Francisco José; ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.; OLIVEIRA, M. G.; NICOLAZZI, F. (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. 1. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

HEMEROTECA... *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-carioca>> Acesso em 22/04/2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinqüenta anos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. Suplemento Cultura Brasileira, p.1-3, 1951.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS.

Vestígios do passado, a história e suas fontes, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes - anais (recurso eletrônico), 2008.

IGLESIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 2000.

IOKOI, Zilda M. G. Manoel Bomfim: o Brasil na América; caracterização da formação brasileira. *Revista de História*, São Paulo: USP, v. 18, 1998.

JANCSÓ, Istivan. (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, ciência, saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro v.3, n.1, mar/jun, p.80-98, 1996.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo; Brasília: Nacional; INL, 1974. (coleção Brasileira).

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão*. Historiografia Brasileira Contemporânea. Petrópolis: Vozes. 1976.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. ABREU, Alzira Alves de (coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 22/04/2014.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional Brasileiro*. História de uma ideologia. 6.^a ed. rev.. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LEITE FILHO, Joaquim de Sousa. Robert Southey. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1943, jan;mar, vol. 178.

LIMA, Lílian Martins de. *O Brasil na Historiografia inglesa (1809-1821)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo: 2012.

LUCA, Tânia Regina de. A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de; FERREIRA, Antonio Celso. (Org.). *O historiador e seu tempo*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, v. 1, p. 117-127.p. 118

_____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a Nação*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA Flávia et al. *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____. Theodor Mommsen (1817-1903). In: _____. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. Profeta da quinta revolução. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Tpbbooks, 1996, p. 13-21.

MATA, Sergio. Elogio do historicismo. In: VARELLA, Flávia et al. *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MENEZES, Djacir. Razões para reeditar Manoel Bomfim. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: FGV, v.22, out/dez. 1979.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.13-25.

ODÁLIA, Nilo, *As formas do mesmo*. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Vanhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1977.

OLIVEIRA, Franklin. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, Manoel. *América Latina males de origem*. Edição do Centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – IFCS, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, p. 37-52.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos-educadores na cidade do Rio de Janeiro. Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro: FGV, 13(3), p. 7-34, jun./ago., 1989.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, n. 3, p. 53-82, set. 2009.

PREFEITURA...Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social. Correio da Manhã – Compromisso com a verdade. *Cadernos da Comunicação*. Série Memória, vol. 1: Rio de Janeiro, 2005.

PREFEITURA...Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social. Diário de Notícias: a luta por um país soberano. *Cadernos da Comunicação*. Série Memória. Rio de Janeiro: 2006.

QUEIROZ, Suely Robles de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP/ICHF, 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

RÉMOND, Réne (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005, p. 11-22.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “Pés-de-Chumbo: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Niterói: ICHF/Dep. de História/UFF. 1987.

RIBEIRO, João. *História do Brasil* (curso superior). 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

RODRIGUES, José Honório.[1952]. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3. Ed. acrescida de um posfácio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978^a.

_____. *Teoria da história do Brasil* (introdução metodológica). [1949]. 5. ed. acrescida de posfácio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978b.

_____. *Historia da história do Brasil*. Historiografia colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978c.

ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chadron, 1906.

_____. Provocações e debates. In: MENDONÇA, C. S. *Sílvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938, p.48 – 52.

SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Anais da Biblioteca Nacional, v. 13. Rio de Janeiro: 1888.

SANTOS, Wilmihara B. da Silva Alves dos. *Povo e raça na formação da nação um debate entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2006.

SARMENTO, Cristina Montalvão; GUIMARAES, L. M. P. (Org.). *Culturas Cruzadas em Português: Redes de Poder e Relações Culturais (Portugal e Brasil, sec. XIX e XX)*. 1. Ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Campanha das letras, 1993.

_____. *Os guardiões da nossa história oficial*. Os institutos históricos e geográficos brasileiros, Série História das Ciências Sociais, São Paulo: Idesp, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1983].

SILVA, Taise Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVEIRA, Juraci. *Traços biográficos do professor Manuel Bomfim*, mimeo, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira, RJ, 1966.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*. Ouro Preto. n° 02. p. 12-28, 2009.

UEMORI, Celso Noboru. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade Nacional*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. História da cultura e historiografia brasileira. *História: Questões e Debates*. Curitiba. n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Portugal. 3ª Ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. *Revista Intellectus*, ano 05, vol. II. Jaguariúna: 2006.

VOLOUBEF, Karin. *Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2000.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.